

MEMÓRIA

DA IMPRENSA

Edição nº 2 | setembro 2022 | www.abi-bahia.org.br



Associação
Bahiana de
Imprensa



Jornalismo em tempos de arbítrio

Registros históricos da vida contemporânea

AGOSTINHO MUNIZ CARLOS LIBÓRIO CARLOS NAVARRO GUTEMBERG CRUZ MARILUCE MOURA
MÁRIO KERTÉSZ MOACIR RIBEIRO REYNAVALDO BRITO SYMONA GROPPER WALTER PINHEIRO

RUY BARBOSA, 100 ANOS DEPOIS (1923-2023)

Quinze entidades baianas se uniram para planejar os eventos comemorativos do centenário de falecimento de Ruy Barbosa em 1º de março de 2023.

Eventos previstos

Reabertura do Museu Casa de Ruy Barbosa, requalificação da Rua Ruy Barbosa, documentário sobre o Águia de Haia, seminários temáticos, edição de livros, edição de revista em quadrinhos, exposição temática num shopping da cidade, instituição da comenda Rubens Nogueira, dentre outras ações em curso.





Ernesto Marques
Presidente da Associação
Bahiana de Imprensa

TEMPO, Tempo, tempo...

“Fiz um acordo de coexistência pacífica com o tempo. Nem eu fujo dele, nem ele me persegue. Um dia a gente se encontra.” (Mário Lago)

O Projeto MEMÓRIA DA IMPRENSA é uma forma de buscar a coexistência pacífica com o tempo, como bem dito pelo poeta-sambista-ator Mário Lago, sujeita a encontros tão indesejados quanto certos – mesmo sem sabermos quando.

O Tempo nos encontrou na despedida não marcada de Carmelito Almeida, antigo e querido companheiro de ABI, colega que atravessou décadas de atuação no rádio sem criar arestas ou colecionar desafetos – muito pelo contrário. À saudade pela partida de “Carmelo”, soma-se a dor de não tê-lo entre os personagens desta etapa do nosso projeto, contando a sua própria história. A ele dedicamos esta segunda edição.

A nossa formação, marcadamente judaicocristã, não nos ensinou a convivência pacífica professada pelo velho comunista, e, normalmente, vemos no tempo algo implacável. A sabedoria de Mário Lago parece mais próxima da concepção africana de tempo, muito mais pacífica do que resignada, fundada na ideia de repetição. Para adeptos do Candomblé, por exemplo, tudo que acabou de nos acontecer, tudo que acontece no agora, enquanto eu escrevo, e no agora em que você me lê neste texto; ou tudo o que acontecerá em breve, tudo isso já teria sido experimentado antes por alguém.

Segundo a fé trazida pelos africanos escravizados, vem do passado a luz a nos mostrar onde pisamos agora e os caminhos a seguir no futuro próximo. Não por acaso, candomblecistas e espíritas se encontram em algumas interseções filosóficas, como na crença da reencarnação.

Levi Vasconcelos, espírita praticante e militante, relutava em marcar a gravação de sua entrevista. Adverti brincando: marque logo, porque você já maltratou demais esse seu “cavalo”, pode ter um piripaque a qualquer momento e partir sem deixar seu testemunho! Duas semanas depois, infartou. É melhor a gente marcar logo, disse ele, brincando,

no dia seguinte à alta médica, conversando por telefone. Combinamos um almoço para acertar a entrevista e conversar sobre a experiência de botar um pé do outro lado.

Eu falava da sala da Presidência da ABI, e disse a Levi que Paolo Marconi estava gravando naquele exato momento, na Sala de Reuniões Afonso Maciel. Na saída para encontrar o infartado, transmiti o abraço enviado. Sabendo quem o abraçava por recado, Paolo disse não ter telefonado para não incomodar o convalescente e pediu para retribuir o abraço no próximo contato. Claro! Estou indo almoçar com ele. Incrédulo, Paolo quis saber se Levi já estava em casa. Não, professor, nós vamos almoçar com Clarindo, ali na Cantina da Lua. E me despedi de um Paolo boquiaberto.

Colegas que já nasceram para o jornalismo vivendo a realidade da imprensa cada vez menos imprensa não serão submetidos, às mesmas situações vividas pelos veteranos da primeira edição e desta segunda, enriquecida com depoimentos preciosos das primeiras mulheres documentadas pelo projeto MEMÓRIA DA IMPRENSA.

Nestas décadas que nos separam das histórias contadas aqui, profundas transformações nos espaços onde performam profissionais da comunicação de hoje – ruas, redações, estúdios escritórios, agências... A ponto de esses espaços se confundirem, na prática, com nossas próprias casas. No limbo sempre e cada vez mais perigosamente sedutor, as melífluas tentações e contradições entre público e privado.

Sim, o mundo do jornalismo é movido a mudanças. Mas, em essência, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos decanos. Por isso mesmo a leitura destas entrevistas pode ser mais do que um deleite saudosista. Pode. Depende dos olhos de quem lê.

Aos olhos deste leitor, assumidamente suspeito, aqui estão belas oportunidades de refletir sobre a profissão, ambições, vitórias, fracassos, virtudes e vícios, verdades absolutas e relativas, fatos e versões. Vivências que não serão reeditadas, mas poderão ser úteis para quem ainda tem muita vida pela frente.

TEMPO, Tempo, tempo...

Apresentação

FOTO: DIVULGAÇÃO



Biaggio Talento
Editor

Os 21 longos anos do regime militar (1964-85) e o período da redemocratização do Brasil, povoam grande parte das reflexões, revelações e testemunhos dos dez comunicadores que integram o conjunto de depoimentos deste segundo número da revista MEMÓRIA DA IMPRENSA da ABI. São profissionais que acompanharam, por exemplo, o efeito prático da implantação da ditadura nas redações dos jornais, rádios e TVs, com a censura como mecanismo de controle dos meios de comunicação.

Primeiro, apareceu o agente da Polícia Federal com assento no local de trabalho dos profissionais, “fiscalizando” as notícias que poderiam ser divulgadas, dentro das normas impostas pelo arbítrio. Depois, ante a repercussão negativa dessa figura e os constantes conflitos com os jornalistas, a ditadura resolveu retirá-la e exercer a censura prévia, através de ofícios e bilhetinhos que vetavam a publicação de matérias consideradas hostis ao regime. São detalhes históricos preciosos revelados nas entrevistas de Agostinho Muniz, Carlos Libório, Carlos Navarro, Gutemberg Cruz, Mariluce Moura, Mário Kertész, Moacir Ribeiro, Reynivaldo Brito, Symona Gropper e Walter Pinheiro. Além disso, a convivência desses profissionais com os chamados “*players* da época”, principalmente os integrantes do mundo político, resulta em situações curiosas, vistas nos dias de hoje, 50, 60 anos depois.

Destacamos as entrevistas de Mariluce e Symona, que enfrentaram certo preconceito por se arriscarem a entrar num meio dominado pelos homens. A primeira sofreu as terríveis consequências do envolvimento com uma das organizações políticas perseguidas pelo aparato de repressão. Resistiu e venceu na profissão que escolheu. A segunda, cuja família precisou mudar da Romênia,

transformada em “satélite” da ditadura soviética nos tempos da “Guerra Fria”, emigrou para o Brasil ainda criança e se firmou como jornalista e editora respeitável.

Os leitores conhecerão também - nesta edição - o estilo insuperável do repórter policial Moacir Ribeiro que trabalhava em regime *full time* no Jornal da Bahia investigando, por exemplo, os crimes do temível Manoel Quadros, chefe da sucursal baiana do “esquadrão da morte”, grupo miliciano responsável pela execução de elementos incômodos aos governos. Saberão detalhes da prisão de Gutemberg devido à edição do suplemento “A Coisa”, de cartuns, na Tribuna da Bahia, porque os militares acharam que se tratava de uma ofensa ao ditador de plantão.

Já Agostinho dá um panorama do clima das redações nos anos 60 e fala de sua campanha, na ABI, para a apuração dos crimes contra jornalistas. Libório relata sua convivência com Antônio Carlos Magalhães e Navarro mostra como funcionava, na Bahia, as sucursais dos grandes periódicos brasileiros, tendo ele comandado uma delas, a do jornal O Estado de S. Paulo. Kertész conta como foi sua transição da política para a área de comunicação. Reynivaldo descreve o dia a dia do A Tarde na época em que o diário era o mais poderoso jornal do Norte/Nordeste e Walter Pinheiro se refere à sua missão espinhosa de manter uma convivência com os representantes da ditadura na Bahia para que a Tribuna não sofresse mais danos, além dos prejuízos causados devido ao enfrentamento com lideranças regionais.

Lembramos que as entrevistas são versões reduzidas dos depoimentos colhidos pelas equipes do projeto MEMÓRIA DA IMPRENSA. Em formato de vídeo, o material completo ficará à disposição do público na Associação Bahiana de Imprensa.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial: Ernesto Marques, Florisvaldo Mattos, Luis Guilherme Pontes Tavares e Simone Ribeiro
Coordenação Editorial: Ernesto Marques
Editor: Biaggio Talento
Projeto Gráfico: Editora Bamboo
Coordenação de Produção: Daiane Rosário
Entrevistadores: Valber Carvalho, Kau Rocha e Carolini Assis
Revisão: Carolina Gomes
Impressão: Grasp
Assessoria de Comunicação: Joseanne Guedes (Jornalista - 4525/BA).

MEMÓRIA DA IMPRENSA é uma revista histórica da Associação Bahiana de Imprensa, que apresenta depoimentos de decanos da comunicação no Estado e suas contribuições para o desenvolvimento da mídia nos últimos 70 anos, revelando as peculiaridades e momentos marcantes da atividade jornalística ao longo do tempo. O projeto prevê três edições em 2022. Além da revista, o material em vídeo, com a íntegra das entrevistas, ficará acessível ao público na Biblioteca da ABI.

Distribuição Gratuita

Tiragem: 1.000 exemplares

Contato: ascom@abi-bahia.org.br

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA 2020-2022

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Ernesto Dantas Araújo Marques
1º Vice-Presidente: Luis Guilherme Pontes Tavares
2º Vice-Presidente: Florisvaldo Mattos
Secretária-Geral: Sara Barnuevo
1ª Secretária: Suzana Alice Pereira
2ª Secretária: Romário Costa Gomes
Diretor Financeiro: Antônio Pereira de Matos Jr.
Diretor de Patrimônio: Raimundo Marinho dos Santos
Suplente: Arthur Andrade
Suplente: Amália Casal Rey
Suplente: Luiz Henrique Sá da Nova

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Antônio Walter dos Santos Pinheiro
Vice-Presidente: Sérgio Augusto Soares Mattos
Secretário: José Valter de Lessa Pontes
Suplente: Julieta Miranda Isensee

CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Presidente: Raimundo de Campos Vieira
Secretário: Benevaldo Amorim dos Santos Silva
Tesoureiro: Valter Xéu

DEPARTAMENTOS:

Cultura: Nelson Varón Cadena
Social: Nelson José de Carvalho
Divulgação: Simone Ribeiro
Casa de Ruy Barbosa: Jorge Luiz Ramos

CONSELHO CONSULTIVO

Joad Góes
Jolivaldo Freitas
Valber Roberto Carneiro Carvalho
Sueley Maria Temporal Soares
Carmelito Walter de Almeida
Suplente: Paulo Nunes
Suplente: Isidro Octávio Amaral Duarte
Suplente: João Leite

CONSELHO FISCAL

Jorge Vital de Lima
José Pedro Daltro Bittencourt
Heloisa Gerbasi Sampaio
Suplente: Wilson Luiz Midlej Silva
Suplente: Luiz Hermano Abbehusen

ABI – REGIONAL NORTE/NORDESTE

Presidente: Jair dos Santos Cezarinho

ABI – REGIONAL SUL

Presidente: Maurício Maron

Sumário

6



Agostinho Muniz

Lutando contra a impunidade de jornalistas assassinados.

12

Carlos Libório

O criador do principal acrônimo do futebol baiano: BAVI.



18



Carlos Navarro

A busca pelo texto perfeito nas matérias jornalísticas.

24

Gutemberg Cruz

Valorizando a linguagem e a estética dos quadrinhos.



30



Mariluce Moura

Militante contra o regime militar e o machismo das redações.

36

Mário Kertész

O prefeito que virou comunicador de sucesso.



42



Moacir Ribeiro

Enfrentando tiros e o “esquadrão da morte” pela notícia.

48

Reynivaldo Brito

A verdade acima de tudo, seja boa ou ruim.



54



Symona Gropper

A menina que foi vento, virou jornalista e biógrafa.

62

Walter Pinheiro

Jogo de cintura para tratar com representantes da ditadura.





FOTO: KAU ROCHA / DIVULGAÇÃO

O juazeirense Agostinho Muniz se formou em Direito e Jornalismo no final de 1967. Começou a trabalhar no jornal A Tarde no dia 1º de janeiro de 1968, na sessão de Educação. Lá, conheceu um personagem que era uma espécie de “estranho no ninho”: o elemento colocado pela Polícia Federal nas redações dos jornais para censurar as matérias consideradas “hostis” ao regime militar. Acompanhou o processo de saída desse personagem das redações e sua substituição pelos comunicados escritos da PF proibindo matérias até o fim da censura prévia, nos estertores da ditadura.

Agostinho integrou o grupo de jornalistas de esquerda que lutou para participar das gestões da Associação Bahiana de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas, entidades, à época, controladas por pessoas mais afinadas com os interesses dos proprietários dos meios de comunicação. Quando finalmente integrou a diretoria da ABI, focou sua atuação em duas vertentes. Primeiro, realizando o levantamento dos assassinatos de jornalistas na Bahia, acompanhando os processos de apuração dos crimes que, geralmente, não puniam os responsáveis. Isso fez com que a ABI passasse a denunciar os casos a entidades de direitos humanos e de proteção à liberdade de imprensa nacionais e internacionais. A iniciativa reduziu o número de assassinatos de profissionais na Bahia. Num segundo momento, Agostinho se empenhou no resgate e preservação da memória do jornalismo baiano, mobilizando a ABI e entidades parceiras com o mesmo objetivo. Ele contou estas e outras histórias da sua trajetória ao jornalista Kau Rocha.

O prejuízo causado pela censura para a sociedade foi enorme

Como entrou no Jornalismo?

Ingressei na Faculdade de Direito em 1963 e, ao mesmo tempo, comecei a fazer o curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia. Formei em 1967 e comecei a trabalhar no jornal A Tarde a convite do então professor Fernando Rocha em 1º de Janeiro de 1968, na editoria de Educação. Em pouco tempo começaram a aparecer outros profissionais formados pelo curso de Jornalismo e vivi uma época de grande transição entre aquele jornalismo leigo, que se fazia num grande veículo como A Tarde, e jornalistas profissionais. Estávamos vivendo a época da ditadura e da intervenção violenta. Havia na redação um censor da Polícia Federal que aprovava ou desaprovava determinados enfoques para alguns assuntos relacionados com os interesses políticos. Convivemos com esse censor por muitos anos. Não queríamos aproximação com o censor. Ele jamais se integrava com os profissionais de comunicação. Só com um outro tipo: os chamados “dedos duro” que serviam à ditadura e mantinham uma diferença com a maioria dos jornalistas profissionais.

Como foi a vivência universitária no curso de Jornalismo?

O curso de Jornalismo da UFBA foi criado por uma solicitação do então ministro da Educação, Clemente Mariani, salvo engano, e sob a coordenação do doutor Jorge Calmon, que era professor de História da UFBA e redator-chefe do jornal A Tarde. Para

compor o curso de Jornalismo, ele chamou jornalistas que tinham alguma experiência também como professores. Além de Fernando Rocha, também do A Tarde, outro convidado por Calmon foi Florisvaldo Mattos, do Jornal da Bahia. Outro: Ari Guimarães, editorialista do A Tarde. Enfim, os professores do curso de Jornalismo eram jornalistas profissionais que trabalhavam com comunicação. O curso foi criado em 1952. Funcionou durante 1 ano e pouco, depois foi suspenso. Voltou com a primeira turma, depois de reativado, em 1962. Em 1963 eu entro. Fiz vestibular para a segunda turma. O curso durava três anos, depois passou a quatro.

Há um fato curioso quando você virou editor rapidamente...

Era tradicional que os jornalistas leigos, aqueles que começavam a exercer a profissão a convite geralmente do redator-chefe, de algum amigo do dono do jornal, somente depois de 20 anos chegassem a editor. Os antigos jornalistas se acharam até desprestigiados. O fato é que Jorge Calmon sempre prestigiou os formandos de jornalismo. Com menos de um ano trabalhando na sessão de Educação, foi-me dada a oportunidade de fazer a editoria de Educação. Houve um choque com o pessoal da antiga que trabalhava no jornal e a gente passou alguns anos tendo dificuldade de convivência. Eu tinha de mostrar, fazer um esforço para não alimentar essa diferença entre formandos e não-formandos.

Como funcionava essa editoria?

Hoje não tem mais. Naquele tempo, tinha as editorias de Educação, Esporte, Economia, Política. Eram as principais. Com o passar dos anos, isso foi mudando e se amoldando, tanto que continua a ideia de editorias até hoje, mas as sessões não são mais mantidas. Naquele tempo, cada editoria tinha, pelo menos, uma página, ou até mais, como o caso da editoria de Economia. Hoje, o editor produz matérias que podem sair em qualquer espaço do jornal que não na página determinada. É muito obedecido isso como uma hierarquia. É uma diferença muito grande de produção de trabalho entre o editor, que tem a responsabilidade maior, responde pelo conteúdo do que é publicado, e o repórter. A responsabilidade do repórter morre quando ele entrega a matéria ao editor e aí ele não responde por mais nada, em princípio. Só responde internamente. Isso decorreu muito do período da censura militar de 64, quando a matéria publicada deveria sempre ter um responsável. Chegava ao ponto de inclusive, esse responsável poder ser preso pelo que o jornal publicasse. O artifício da ditadura durante muito tempo era o seguinte: não atribuir a responsabilidade da publicação ao editor-geral. Porque o editor-geral convivia com o sistema militar, ele tinha aquela aproximação e identificação. Não era ele que ia responder. Quem deveria responder era o editor da página e isso, até hoje, não mudou completamente, não.

Na década 60 e 70 não era muito comum haver matérias assinadas, não é?

É verdade, durante muito tempo os veículos de comunicação se negaram. Não propriamente se negaram, houve uma solicitação. Evitavam identificar a responsabilidade da produção por quem assinasse a matéria. Uma das poucas vezes que assinei uma matéria, fui ameaçado de prisão. Era sobre um programa do governo federal nos estados, durante o período da ditadura e que estava sofrendo atraso. Quando fiz a matéria assinada, o então coronel Brito ameaçou mandar me prender com base na Lei de Segurança Nacional. Então, naquele tempo, quase não se assinava a matéria. A responsabilidade da publicação era do editor e também não constava o nome dele.

Como funcionava a redação no tempo da censura?

A presença do censor dentro do jornal foi o primeiro momento da censura mesmo. Isso se tornou uma convivência quase que insuportável, porque os censores sempre foram hostilizados. Quando essa figura foi retirada de dentro da redação, a Polícia Federal passou a fazer censura enviando uma comunicação, inicialmente em papel timbrado. Como em São Paulo e sul do Brasil a esquerda começou a juntar essas comunicações e espalhar cópias para mostrar como a censura atuava, a PF começou a mandar apenas

uma tira de papel dizendo: “Fica proibido a publicação, comentário, alusão ao seguinte fato”. A partir dali, [surgiu] a censura prévia para que o jornal não fizesse a publicação. Muitas vezes não se sabia nem do assunto que estava sendo proibido. Lembro de um fato. Um dos bilhetes: “Fica proibido qualquer publicação sobre a negação da Câmara de Vereadores de Piritiba do título ao General Castelo Branco”. E aí ninguém sabia que a Câmara de Vereadores tinha tomado essa decisão. Só a partir desse momento, evidente, o fato ganhou destaque.

Quando começa a haver a abertura, no final dos anos 70, a censura começou a agir de outra forma? Como você avalia essa mutação da censura?

Mudou de tática e mudou a forma de atuação. A censura dura, direta e prévia foi se acabando com o tempo, até de forma rápida, não há dúvida. Eu calculo que a partir de 70, não tenho precisão disso. A forma de atuação foi mudando de tal maneira que o controle econômico foi passando sobre a produção da informação. Quando o veículo não atendia ao sistema dominante passava a sofrer uma determinada perseguição econômica que a gente não conseguia tomar conhecimento.

Nesse período ditatorial, a organização dos jornalistas, o próprio sindicato, eram atuantes?

As entidades associativas da Imprensa, a Associação Brasileira de Imprensa, a própria Associação Bahiana de Imprensa, passaram a exercer um peso corporativo muito grande, sempre em defesa da liberdade de imprensa e dos profissionais. As entidades sindicais eram diretamente responsáveis pelos interesses dos profissionais. Elas não tinham muita força, dependiam de uma convivência delicada, politicamente difícil, entre os interesses dos jornalistas e o interesse da empresa de comunicação. As empresas de comunicação sempre estiveram a serviço de outros interes-



FOTO: KAU ROCHA / DIVULGAÇÃO

▼ Agostinho e Ernesto Marques: As entidades associativas da Imprensa passaram a defender jornalistas e a liberdade de imprensa.



FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO



A partir de 1991, estarrecido, notei que a cada seis meses alguém ligado à comunicação social era assassinado na Bahia.

ses, que não a responsabilidade com a comunicação, mas interesse econômico, interesse político e outros que nem se toma conhecimento. Às vezes é um envolvimento dos proprietários com o poder dominante.

Como foi esse resgate que o senhor fez na ABI e a importância da sua denúncia do número de jornalistas perseguidos e mortos na Bahia?

Em 1984, o então presidente da ABI, Samuel Celes­tino chamou a oposição para fazer uma composição de diretoria. Passamos a participar da direção da ABI junto com os representantes dos empresários. A direção era coordenada por Jorge Calmon. Samuel teve um grande mérito de deixar que nós atuássemos da forma mais livre e disponível possível. A partir de 1991, estarrecido, notei que a cada seis meses al-

guém ligado à comunicação social era assassinado na Bahia. Jornalista, diretor de jornal, proprietário de pequena empresa de comunicação do interior ou então alguém que tinha alguma relação política com a Comunicação Social. Fizemos, então, o primeiro seminário para avaliar essa situação. Convidamos entidades da área dos Direitos Humanos e da Comunicação Social e percebemos que além dos crimes serem cometidos contra as pessoas, os inquéritos policiais, sistematicamente, não tinham prosseguimento. Os crimes não eram esclarecidos e ficavam por isso mesmo. Então, começamos a fazer uma reação a cada episódio de violência que acontecia. Isso coincidiu muito com uma mudança de comportamento nacional em relação aos fatos políticos e as pessoas da área de comunicação – rádio, jornal e televisão – começavam a se entusiasmar e a fazer denúncias de crimes políticos, envolvendo os políticos. Foi naquela época de Fernando Collor, quando todo jornalista queria aparecer com uma denúncia, algumas até sem maior consistência. Mas jamais poderia ser justificado o assassinato, a autoridade da denúncia.

Como a ABI atuava?

Quando o fato acontecia aqui, nós já dávamos divulgação para as entidades de Direitos Humanos e as entidades de defesa da liberdade de imprensa no mundo inteiro. Isso repercutiu de tal forma que a entidade “Repórter sem Fronteiras” enviou uma correspondência para o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, atribuindo a ele a responsabilidade pelo assassinato de um jornalista na Bahia. Isso repercutiu muito! Eu não posso assegurar que tenha sido, a partir disso, o recuo da violência, mas é no seu livro “Memória das trevas” que Joca [João Carlos Teixeira Gomes] registra o fato dos assassinatos entre 1991 e 1997. O último foi de Manuel Leal, proprietário de um jornal em Itabuna. Ele foi assassinado por ter feito uma divulgação política que causou repercussão na Bahia. Leal foi assassinado em janeiro de 1997 e depois disso a onda de violência foi interrompida, ou melhor, passou a acontecer de outra forma, sobretudo, através da pressão econômica. A pressão econômica sobre os veículos que não entravam no jogo do sistema de poder continua sendo feita.

Algum caso desses teve consequência mais rígida? Houve a prisão dos culpados?

Coincidentemente, foi o assassinato de Manuel Leal. Foram identificados os autores do crime. Eram pessoas que, certamente, tinham um contrato para isso, mas os verdadeiros responsáveis pelo assassinato jamais, até hoje, foram punidos. A história mostrou que os inquéritos policiais realizados nesse período eram, sistematicamente mal feitos, ou feitos de forma incompleta, para não se descobrir quem eram os mandantes.

Como foi conduzido o trabalho de resgate da memória da imprensa baiana?

O primeiro empenho que eu tive foi tentar descobrir, aqui na ABI, o texto de uma conferência primorosa, feita por Luís Viana Filho. Infelizmente não encontramos. Mas a Assembleia Legislativa publicou um livro com essa conferência. A partir disso percebemos o seguinte: que não só há carência grande de produção de imagens da imprensa, como também o próprio desenrolar histórico do desenvolvimento da Imprensa não se encontra em canto nenhum. Coisas importantíssimas, documentais, históricas, que a Bahia não conserva. As fotografias de reportagens produzidas pela imprensa baiana ao longo dos anos nunca foram guardadas. Arquivos fotográficos da maior importância, como do Jornal da Bahia, Diário de Notícias, estão completamente perdidos. Os primeiros programas de televisão na Bahia, não têm cópias. Então, certa vez, vi numa publicação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, uma memória fotográfica de atuação do sindicato ao longo dos anos. Esse trabalho foi feito pelo repórter da Globo, Zé Milton Ribeiro e o sindicato produziu alguns exemplares do livro de fotografias identificadas com legenda. Fiz a proposta na ABI para a criação da produção da Memória da Imprensa na Bahia. O primeiro vídeo com Jorge Calmon, tem duração de 45 minutos, conforme combinado, mas a íntegra tem seis horas. Isso é um material que a ABI também precisa ter guardado. Depois, fizemos o segundo vídeo com João Carlos Teixeira Gomes. A ideia é que a ABI faça uma produção mostrando como se desenvolveram os veículos de comunicação, pelo menos, nos últimos 50 anos. A proposta maior é que o Governo do Estado faça um museu onde estejam expostas algumas daquelas antigas máquinas, por exemplo, Linotipo, Telex. Vai ficar para a história da Bahia. As fotografias perdidas: no caso do repórter fotográfico Anízio de Carvalho, ele tem no seu acervo particular mais de 5 mil fotos que, com o passar do tempo, estão se deteriorando. Ele admitiu, com alguma resistência, fazer doação dessas fotos para a Biblioteca Central da UFBA, onde poderiam ser guardadas com maior cuidado. A mesma coisa acontece com o acervo do repórter fotográfico Valter Lessa. Tem fotos preciosas sobre a história da Bahia que precisam ser devidamente preservadas, caso contrário vai ter de jogar no lixo. Essa coisa do registro histórico, entendo eu, talvez fique uma coisa pesada para a ABI, mas pode ser um projeto maior em parceria, por exemplo, com a UFBA, e não só com o curso de Jornalismo, com outros cursos de jornalismo existentes aqui no Estado. Essas instituições também podiam se associar e começar a fazer pesquisas sobre a comunicação na Bahia.

Algum outro fato marcante na sua trajetória?

Queria chamar a atenção para a denúncia que fiz à Comissão Estadual da Verdade sobre o que ocorreu na Bahia a partir de 1964, no tempo que os veículos de comunicação social, rádio, jornal e televisão sofreram as graves consequências da censura política. Sobretudo



FOTO: KAU ROCHA / DIVULGAÇÃO

A tecnologia avança tão rápido que ainda hoje não é possível prever quais serão as formas de comunicação, os instrumentos da comunicação daqui para frente.

quando era censura prévia. Jamais esses veículos reagiram como deveriam, inclusive tornando pública essa perseguição. Aqui na Bahia, essa discriminação foi muito grande, pior do que a censura da ditadura no Brasil. Aqui teve um secretário de Segurança Pública chamado coronel Luiz Artur de Carvalho. Ele agiu de forma duríssima contra veículos de comunicação para limitar, impedir que os veículos gozassem da liberdade de informar. Foram anos e anos de prejuízo para a sociedade e nunca se tinha feito a assinalação tão evidente, gritante, quanto a que foi feita pelo relatório da Comissão Estadual da Verdade. Agora este registro está feito de forma permanente, e a gente queria aqui destacar a importância da comissão que trabalhou nesse sentido.

Qual o futuro do jornalismo?

Não vejo com muita clareza o que vai acontecer no nosso caso profissional, sobretudo com a experiência do jornal impresso. Não tenho dúvida que a área de comunicação já se ampliou, que ela vai tomar uma outra forma. A gente vai dizer, com tristeza, que a época do jornal impresso foi muito boa, muito necessária. É com saudade que a gente vê que isso não tem continuidade. Agora, acho que a tecnologia avança tão rápido, que ainda hoje não é possível prever quais serão as formas de comunicação, os instrumentos da comunicação daqui para frente. Acho que quem estuda jornalismo, quem se forma em jornalismo, terá de acompanhar essa transformação dos instrumentos da comunicação da melhor forma e, sobretudo, sobreviver profissionalmente nessa área. Mas as perspectivas do ponto de vista econômico são interessantes porque, cada vez mais, a comunicação se torna necessidade da grande população. ■



Um futuro de mais inclusão e igualdade. A Neoenergia Coelba faz agora.

A Neoenergia Coelba entende que a diversidade tem uma energia transformadora. Por isso, vem promovendo cada vez mais a inclusão e a igualdade de gênero dentro e fora da empresa. Hoje, a companhia conta com a realização de processos seletivos mais inclusivos e com a formação de lideranças para gestão da diversidade. Pioneira na criação da Escola de Eletricistas para mulheres, que já formou 164 profissionais, sendo 122 contratadas pela empresa. A iniciativa é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres do programa da ONU Mulheres, junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Para incentivar ainda mais as transformações sociais, a Neoenergia se destaca como a primeira empresa no País a patrocinar exclusivamente a Seleção Brasileira de futebol feminino e o campeonato brasileiro feminino de futebol. São com ações efetivas no presente que a Neoenergia Coelba vem construindo um futuro melhor para todas as pessoas.

Conheça mais iniciativas
da Neoenergia Coelba:

   @neoenergiacoelba

www.neoenergiacoelba.com.br



BRASIL



NEOENERGIA



BRASILEIRÃO
FEMININO NEOENERGIA
2021

PATROCINADORA OFICIAL DAS SELEÇÕES BRASILEIRAS FEMININAS
DE FUTEBOL E DO BRASILEIRÃO FEMININO NEOENERGIA



NEOENERGIA
COELBA



FOTO: VALBER CARVALHO / DIVULGAÇÃO

O gosto de escrever sobre esportes levou o ilheense Carlos Elísio de Souza Libório a galgar cargos importantes na Comunicação da Bahia. Graduado em Direito, começou a trabalhar na imprensa aos 17 anos. Dos murais do Colégio Central, colaborou no semanário A Bahia abastecendo coluna sobre notícias estudantis. Depois, a convite do jornalista Geraldo Lemos, passou para a editoria de Esportes do Jornal da Bahia. Num dia de sufoco no fechamento, inventou o termo BAVI para encaixar um título com poucos toques sobre o clássico do futebol baiano Bahia x Vitória. Atuou como correspondente da Re-

vista Placar e de outros impressos da Editora Abril, foi redator de notícias da TV Itapoan, cujo proprietário, Pedro Irujo, o apresentou ao governador Antônio Carlos Magalhães, que o convidou para ser secretário de Comunicação de uma de suas gestões. Do governo passou a dirigir a TV Bahia onde se realizou como profissional da Comunicação, levando a emissora a ganhar vários prêmios na área de Jornalismo. Neste depoimento ao repórter Valber Carvalho, Libório fala do desenvolvimento das emissoras de TV na Bahia, de sua relação com ACM e de como ele agia com os profissionais que trabalhavam nos seus veículos de comunicação.

A relação com ACM era profissional *na medida do possível*

Como decidiu se tornar jornalista?

Desde o Colégio Central da Bahia. A gente fazia longos murais que terminavam se transformando no lugar, digamos, em que você discutia suas ideias, defendia a esquerda, a direita, o centro e todas as correntes que apareciam nos artigos publicados na imprensa. Um mural se chamava “A Luz”, o outro, chamado pela oposição de “A Escuridão”. Daí também comecei a me interessar muito por futebol. Foi um passo sair do jornalismo dos murais para a imprensa já remunerada, nesse caso.

Chegou a fazer vestibular para Jornalismo?

Não. Fiz vestibular para a Faculdade de Direito. Eu costumo dizer que não sou advogado, sou bacharel em Direito.

Qual foi o primeiro jornal que trabalhou?

Um semanário que tinha aqui, chamado A Bahia, que era de família muito conhecida, também, nos meios de imprensa: os Theodomiro Batista. Minha primeira experiência foi nesse semanário.

Que idade tinha?

Quando comecei a trabalhar na imprensa tinha uns 17, 18 anos. Formei aos 23 anos. Formatura até na época, era 5 anos de curso.

Quando você foi trabalhar no A Bahia já existia o Jornal da Bahia, que foi inaugurado em outubro de 1958?

Ainda não! Existia na época o Diário de Notícias, o Estado da Bahia, A Tarde, o Diário da Bahia. Além de outros jornais pequenos.

O que você escrevia nesse semanário A Bahia?

Uma coluna chamada “Notícias estudantis”. Era noticiário do movimento estudantil pelo lado político, não era ainda uma coisa mais aprofundada, não.

E qual foi o seu primeiro jornal profissional mesmo?

Comecei no Jornal da Bahia, a convite de Geraldo Lemos, que era editor do jornal de Esportes de lá. Ele leu uns artigos meus no A Bahia e me chamou para trabalhar. A gente formou uma equipe que era muito conhecida: eu, Ismael Silva, que é médico hoje, José da Silva Cardoso, que é dentista, depois foi alto funcionário do Ministério da Saúde em Brasília. Enfim, eu saí do A Bahia para o Jornal da Bahia e passei a trabalhar na editoria de Esportes. Porque naquela época você começava a trabalhar pelo esporte ou pela polícia. Como eu já gostava de esporte, passei a trabalhar na editoria esportiva.

Já estava formado?

Estava no segundo ou terceiro ano da Faculdade de Direito.

Então foi mais ou menos em 1961 por aí?

Exatamente, nessa faixa, em 61, 62 foi que eu saí do A Bahia, que não era um jornalismo profissional, que era mais um jornalismo de amadores da imprensa que gostavam, de qualquer maneira, de ver publicado seus artigos, suas poesias. Na época usava muito isso.

A maioria do pessoal que trabalhava no Jornal da Bahia era comunista. Você era comunista?

Não era comunista não, mas era, digamos, um cara que tinha, o que chamaria hoje de um bom trânsito com o pessoal de esquerda. Porque nunca fui, assim, um político apaixonado, sempre me interessei muito mais pelo esporte, pelo futebol, principalmente, e por dois clubes, o América do Rio e o Esporte Clube Vitória, em Salvador.

O que é que você lembra dos primeiros tempos de jornalismo, qual era o seu objetivo?

Primeiro, ganhar um dinheirinho para se ver livre um pouco da tutela paterna, para poder ficar indo pra matinê, para comprar alguma coisa mais barata etc. Além desse aspecto financeiro, minha paixão pelo futebol foi decisiva para isso, porque comecei a tomar conhecimento da existência do futebol através do jogo de botão. Morava em Coaraci, na época era um distrito de Ilhéus, e lá a gente disputava o campeonato. Quando fui disputar o campeonato na casa de Nel, filho de dona Nenzinha, a única vaga que tinha para disputar era com o time do América, então me tornei torcedor do América, sem possibilidade de escolha. E aí continuei América por muitos anos. Depois, morei uma época no Rio e frequentava o estádio do América, em Andaraí, longe como quê! Corria risco naquela Avenida Brasil, mas continuei torcedor do América. Aqui a torcida do América era tão “grande”: Luniere da Silva Freire que era o desportista da Skol, João Guimarães, diretor do Leônico e eu, praticamente, o terceiro ou quarto torcedor do América.

Quanto tempo ficou no Jornal da Bahia?

Dez a doze anos, trabalhando naquele tempo com Joca [João Carlos Teixeira Gomes], com João Batista Silva, com Santelmo, Nilton Roberto Galvão, tem muita gente... Welliton Rangel, meu amigo até hoje. Raimundo Carneiro Pinto, desembargador, morreu recentemente.

Você estava na reinauguração da Fonte Nova, em março de 71, com o presidente Médici na Tribuna de Honra, quando houve o estouro da lâmpada?

Tava lá, sim. A semana toda, através de certas insinuações, nunca se dizia diretamente, mas como alguns elementos da crônica esportiva começaram a



levantar dúvida que as obras do estádio tinham sido apressadas para que fosse inaugurado logo no governo atual da época, aí criou-se aquele clima, não digo de expectativa, mas de certa apreensão. Todo mundo, de alguma forma, admitia que poderia acontecer algum desastre. Lembro daqueles torcedores despencando das arquibancadas e encostei nas cabines de rádio, olhando aquela cena trágica e depois, seguindo com o carro para o pronto-socorro do Canela. O presidente Médici, foi visitar as vítimas com o governador da época, Luís Viana Filho.

Houve naquele episódio censura para não se dizer o número de mortos? Porque alguém me disse que foi diminuído o número.

Isso aí pode ter aparecido por algum criador de versões apimentadas, mais quentes, mas ninguém nunca apresentou o menor indício de que houve tentativas de esconder ou de não dizer o número de pessoas mortas, se não me engano foram 10 ou 12 pessoas.

Como foi sua saída do Jornal da Bahia para a Revista Placar e a Abril?

Quem me levou para a sucursal da Placar aqui em Salvador foi o jornalista paulista que veio morar na Bahia, Edgar Catoira. Ele viu que eu tinha o estilo que se tornou conhecido como “texto definitivo”, pelo trabalho que fazia no Jornal da Bahia e na TV Itapoan. Então acumulei Jornal da Bahia, TV Itapoan, e Revista Placar. Também atendia os demais pedidos das emissoras e da Editora Abril na Bahia. E hoje, a revista como outros veículos de comunicação no País, mantém um correspondente que repercute uma coisa ou outra.

Sobre a TV Itapoan, você trabalhou lá no início da emissora?

Quando fui trabalhar na Itapoan, a TV tinha 3 a 4 meses de funcionamento.



FOTOS: VALBER CARVALHO / DIVULGAÇÃO

Acumulei Jornal da Bahia, TV Itapoan, e Revista Placar. Também atendia os demais pedidos das emissoras e da Editora Abril na Bahia.

Mais ou menos em 1961, porque foi inaugurado em novembro de 1960.

O diretor da televisão era Mário Augusto da Rocha. José Raimundo, que é o repórter, era o outro diretor importante na estrutura da TV Itapoan. Tive na TV a convite de Francisco Aguiar, o chefe de Jornalismo. Interessante que no primeiro dia, cheguei lá umas 3, 4 horas da tarde, me apresentei, e o Francisco pegou uma porrada de notícias, de agências de notícias, e me entregou. Aí eu digo: Mas é possível? Acabei de chegar, não sei nem o que é que eu estou fazendo aqui. “Soldado que entrar no quartel tem que trabalhar”, e não sei o quê. Então, comecei no mesmo dia em que fui fazer uma visita à emissora. Fiquei mais de dez anos lá.

Você fazia o que na TV?

Meu cargo, como está na minha carteira profissional, era redator de notícias, então, eu e Chico Aguiar éramos os editores e redatores do Repórter Esso na televisão.

Então, você viu a chegada do Repórter Esso na Bahia?

Sim. A Esso, através da sua agência de publicidade McCann Erickson, mandou pra cá o editor-geral do Repórter Esso que trabalhava na TV Tupi do RJ. Ele ficou aqui alguns dias para implantar um esquema de trabalho para o noticiário. Porque o Repórter Esso tinha regras restritas de produção. Principalmente, não se noticiava casos de suicídio. Até hoje, na televisão você sabe que evita dar. [Quando se diz] “Foi encontrado morto”, normalmente é o cidadão que pôs fim à vida.

Você foi a pessoa que inventou o termo “BAVI”?

Mais ou menos. Eu e Luiz Carlos Alvarado estávamos trabalhando na Editoria de Esporte do Jornal da Bahia e precisávamos de um título. Ficou um buraco, seria necessário um título de 20, 22 toques. Fazíamos várias tentativas. Bahia x Vitória ficava muito grande. Eu: Por que você não faz BAVI? Aproveita que existe FLAFLU, GRENAL e não sei o quê. Faz, aqui na Bahia, o BAVI. Nesse dia, na página de esportes, que era impressa com o fundo branco e as letras em azul, a gente publicou: “BAVI não sei o que na Fonte Nova”. Pela primeira vez se usou essa expressão BAVI e isso se espalhou. Alguns comentaristas esportivos, que eram Vitória, acharam que deveria ser VIBA que o Vitória é mais antigo, mas BAVI é mais sonoro, mais curto, mais direto e foi assim que nasceu: pela necessidade de fechar a página de esportes do Jornal da Bahia.

Mesmo sendo um torcedor do Vitória, criou um nome BAVI, colocando o Bahia na frente porque era mais sonoro...

Sempre tive uma certa facilidade, não tendência, para ser um jornalista mais ou menos imparcial. Quem não gostava de mim achava que eu era puxa-saco de Antônio Carlos Magalhães. ACM nunca me pediu nada que não pudesse fazer, podia não gostar, às vezes não gostava. A gente não sabia o que ele não gostava logo de manhã cedo, quando colocava a mão para fora da porta do gabinete dele. Sebastião, uma espécie de faz tudo dele, sabia se o chefe, como ele chamava, estava tranquilo ou aborrecido. Tinha alguém que ele chamava: “Fulano de tal, venha aqui que eu preciso falar com o senhor”. A gente já sabia que ia acontecer alguma coisa na Assembleia Legislativa quando o governador chamava um deputado. ACM dizia: “Fulano de tal vem aqui, quando eu terminar minha reunião passe aqui”, não sei o quê. O cara saía da reunião da bancada governista e ia lá para Ondina, a depender da situação, ia tremendo ou tranquilo. Ai ACM fazia: “Venha cá, o que é que

está acontecendo lá, isso, isso, isso”. O pessoal mais próximo do governador chegava e falava: “Por que o senhor não deixa para tratar desse assunto amanhã de manhã e não agora, na hora do jantar?”, não sei o que, que vai atrasar... Ai ACM falava: “Não, porque ele tirou meu sono. Agora eu vou tirar o dele (risos). Agora ele tem que tomar o esporro dele, aí vai ter que demorar a pegar no sono!”

Como era a sua relação com ACM, você como assessor de imprensa do segundo governo dele, em 1981? Substituiu quem?

Kleber Pacheco. Fui secretário da Comunicação. Quem me levou para trabalhar com ACM foi Pedro Irujo. Ele me chamava de Carlito. “Carlito vamos a governador!” Mas seu Pedro que dia vai ser isso? “Agora, vamos a governador”. Aí tive a primeira conversa. Eu conhecia ACM de uma ou outra entrevista que fazia para a Veja. Chegando lá, o governador me recebeu cordialmente. “Eu vou colocar o senhor no lugar de Dr. Kleber. Vai ser uma espécie de gerente de comunicação”. Aí me baixou um negócio que não sei se teria coragem de fazer isso hoje, quanto mais naquela época: Governador, o senhor não precisa me nomear secretário agora, não. Não acho uma melhor solução eu ficar no lugar de Dr. Kleber. E Dr. Kleber ocupava outro cargo que é superior ao que eu vou ocupar, fica parecendo um negócio meio estranho! Aí ele disse: “Você quer que eu lhe nomeie agora, secretário?”. ACM tomava logo a decisão. Eu disse: Não quero que o senhor me nomeie secretário, não. Quero que o senhor procure me conhecer melhor, através de colegas que frequentam aqui, como Edson Alves, que era um bem informado jornalista político da Bahia, e vários outros que já me conheciam.

Seu nome já estava sendo ventilado ou foi de uma hora para outra? Quando ACM o viu?

Não sei exatamente o que se passava na cabeça dele, mas acredito que já tinha alguma intenção, através de outros colegas de imprensa, como o próprio Kleber, do Paulo Souto. Agora, todo esse pessoal terminou reforçando na segunda vez que eu estive com ACM.

Como era sua relação com ACM, primeiro na assessoria e depois na chefia do jornalismo da TV Bahia durante tantos anos? Ele lhe dava bronca? Te ligava para dizer, “olha vai ter tal coisa aí, a linha que a TV vai adotar é essa”?

Essa história de que ACM fazia jornalismo na TV Bahia ou no Correio da Bahia é meio folclórica, meio exagerada. ACM não telefonava, ACM não botava nenhum jornalista no colo para escrever, não. Se ele quisesse publicar o que quisesse, publicaria, mas não era de ficar aporrinhando todo dia. Claro que sabia coisas no jornal e na TV que ele, às vezes, não gostava, mas não era esse negócio de ficar impedido de trabalhar, de fazer um bom jornal. ACM não

chegava aqui na redação e dizia: “Ah, não pode fazer isso, só pode fazer esse tipo de coisa.” A relação era profissional, na medida do possível, mas era o tal negócio, você tem o veículo e não manda? Você vai manter o veículo para fazer oposição a você? Não vai fazer! Até porque ninguém faz.

Quando houve a queda do helicóptero de Clériston, você era assessor de imprensa. Como é que foi isso?

Eu estava na antessala do gabinete de ACM e, segundo as notícias que chegavam lá, nessa ocasião, estava prevista a visita de Luís Eduardo (Magalhães) a algumas cidades em torno de Itaberaba e Ruy Barbosa. Nessa situação, o governador ficou comandando as operações pelo telefone e cobrando de todos, do mais alto grau ao mais baixo, uma notícia a respeito de Luís Eduardo. Porque Luís Eduardo, de última hora, desistiu de embarcar no helicóptero e resolveu, parece, ficar. Chegou até a ter uma alteração de ACM que exigia que o prefeito de Itaberaba desse a ele uma notícia concreta, exata. “O helicóptero que levava Luís Eduardo estava desaparecido”. Para quem conhecia ACM e a relação dele com o filho, foi realmente um episódio incrível. Até que mais tarde, ao cair da noite, chegou a notícia que Luís Eduardo não estava no avião. Fernando Presídio morreu no lugar de Luís Eduardo.

Qual foi o momento de sua maior alegria lá na cobertura do jornalismo da TV Bahia?

O ano que a TV Bahia ganhou todos os prêmios de imprensa que concorreu. E foi na época que eu tive meus primeiros problemas de saúde e fiquei fora, deixei de trabalhar dois ou três meses, e fui ser internado no Hospital Sarah Kubitschek de Brasília.

Ter trabalhado com ACM representou o que na sua vida? Abriu caminhos, fechou caminhos no jornalismo?

Evidente que isso me ajudou. Por um lado, porque, afinal de contas, eu era secretário do governador mais poderoso da Bahia e um dos mais fortes do país. Mas, ao mesmo tempo, cria problemas de conduta, de você saber se conduzir diante de uma situação. De um lado a imprensa e do outro lado o interesse político do senador, né? Mas, no final da vida dele, foi meio difícil conciliar as duas coisas. Kleber Pacheco, um dos maiores amigos de ACM, costumava dizer, brincando: “Quando esse homem morrer a gente vai ter que abrir a cabeça para ver o que tem dentro, porque esse homem é demais”. Então, evidente que a gente andava sempre em guarda e trabalhando com todo cuidado, tendo o bom senso de não atropelar as coisas e isso, de alguma forma, eu consegui sem me incompatibilizar, pelo contrário, com meus colegas de trabalho. Até hoje recebo manifestações de carinho de todos eles. ■

Queremos aproveitar
que estamos na ABI,
para enaltecer a
liberdade de
imprensa e dizer
não às fake news.

**LIBERDADE DE
IMPRENSA
É LIBERDADE
DE VERDADE.**

**NÃO ÀS
FAKES NEWS**

FOTO: FABIO MACONI



PREFEITURA
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
GOVERNO PARA PESSOAS

Carlos Navarro



FOTO: KAU ROCHA / DIVULGAÇÃO

Natural de Iaçú, na Chapada Diamantina, Carlos Navarro Filho frequentou o seminário da Universidade Católica do Salvador tendo contato com a literatura clássica. Aprendia a traduzir do latim e, graças às aulas diárias, dominou as regras da língua portuguesa, a “Última Flor do Lácio”, estudando a origem das palavras. Antes de entrar no jornalismo, embrenhou-se na política estudantil em Alagoinhas – onde sua família fixou residência após a morte do patriarca – e acabou elegendo-se vereador nos anos 1960, aos 21 anos, em pleno regime militar. Para escapar da repressão da ditadura, mudou-se para Salvador, onde iniciou sólida carreira de jornalista. Primeiro, trabalhou no Jornal da Bahia, depois, na sucursal do jornal O Estado de São Paulo, galgando a posição de chefia. No Estadão, participou das mudanças que procuraram modernizar o Grupo Estado. Neste depoimento, Navarro conta como acompanhou as transformações do jornalismo na Bahia e no Brasil: da ditadura à redemocratização. Lamenta a queda do nível do produto jornal nas últimas décadas e lembrou que, nos anos 1990, o Estadão era considerado um dos cinco melhores jornais do mundo. Discorre também sobre a censura da ditadura e sobre autocensura, a que considera ainda mais nociva. Nos últimos anos, Navarro tem se dedicado à literatura e lançou três livros. O depoimento de Navarrinho, como é conhecido entre os colegas, foi registrado pelo também jornalista Kau Rocha.

Autocensura foi muito pior do que a censura formalizada

Você é natural de onde?

Nasci em Iaçu, na beirada da Chapada Diamantina. Fiquei lá até os 8 anos de idade quando meu pai, que era APT – Agente Postal Telegráfico dos Correios, morreu em 1953. Ele tinha menos de 40 anos. Antes de morrer, pediu a minha mãe que se mudasse para o trecho entre Salvador e Alagoínhas porque as crianças iam crescer e nós éramos sete irmãos. Então, viemos, inicialmente para Pojuca, onde terminei o primário com 10 anos – e não podia entrar no ginásio porque naquele tempo, só entrava com 11 anos. Como eu ajudava na missa, as beatas sugeriram à minha mãe me colocar no Seminário de Frades Capuchinhos, em Salvador, na Piedade. Um ano depois, voltei de férias para casa e estava tão pálido, tão magro que minha mãe disse: “Você não vai voltar lá”. Estudei um ano no ginásio, em Alagoínhas, onde a família já estava morando. Mas, aprontei tanto (perdi o ano por falta) que minha mãe me pôs na marra [de novo] no Seminário, o Seminário Central onde hoje é a Universidade Católica. Lá comecei a tomar gosto pelo português. Porque naquela época, isso era 1957, 58 por aí, a gente tinha duas ou três aulas de latim por dia, então foi traduzindo latim que eu aprendi português. Também comecei a ler, os clássicos, traduzidos...

Continuou lendo os clássicos?

Quando comecei no jornal, paradoxalmente, quase parei de ler por falta de tempo e por preguiça mesmo. Mas, a origem da inclinação pela comunicação foi no Seminário. Diretamente, comecei a escrever mesmo em Alagoínhas. Nós tínhamos lá, o Alagoínhas Jornal que era de um senhor, dentista, que a gente escrevia e tinha um grupo do Banco do Brasil que fazia a revistinha Cometa. E eu era tipo um articulista. Imitava, descaradamente, Stanislaw Ponte Preta, o Sérgio Porto. Os artigos não tinham nada objetivo, era

chamado de “artigo de fundo”. Você escreve besteira, o que quiser. Comecei assim. Em Alagoínhas entrei para política estudantil, presidente de grêmio, essas coisas... depois, entidade estadual, secundaristas etc. E aí, por conta disso, familiarizei com os políticos locais e terminei oficial de gabinete do prefeito Murilo Cavalcante, que era do PSD. Eu não tinha nem completado 20 anos. Murilo, o prefeito, tinha 26 anos. Por conta disso, terminei vereador em 1966, pelo MDB, com 21 anos. Quando veio o AI-5, teve uma sessão [na Câmara Municipal de Alagoínhas] e a gente baixou o pau na militada. E os Azi [família], da Arena [partido do governo], que eram nossos adversários e inimigos políticos, gravaram os discursos e mandaram para Salvador. Naquele tempo, o chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), era o capitão ou major, não me lembro, Bião de Cerqueira. Foram três discursos ofensivos ao golpe militar. O meu, o de Osthílio Dias, velho comunista – eu não tinha nada de comunista, só simpatizante – e o de Crisanto Borges, anarquista. Só que Crisanto era cunhado, ou concunhado, de Bião. Quando a coisa chegou aqui, Bião seguiu: “Mas que diabo é isso aqui? Você quer me complicar?” Morreu ali o processo, mas eu não sabia disso. Então, me mandei para Salvador.

Você começou no Jornal da Bahia e depois de um tempo voltou pra lá?

Comecei a minha vida profissional no Jornal da Bahia. Aí, caí na besteira de aceitar [o retorno]. Consegui ficar um ano, mas foi uma coisa maluca. O problema é que eu saía de casa às 8 da manhã e voltava meia-noite, porque acumulei com o trabalho na sucursal do Estadão. No Jornal da Bahia, ficava até as 10h, 11h da manhã. Depois da reunião de pauta, ia para a sucursal [do Estadão]. Aí, fazia as reuniões de pauta da sucursal, tocava a sucursal. Por volta das 19, 20 horas, voltava para o Jornal da Bahia para fazer a reunião

de fechamento e fechava o jornal normalmente às 23h, meia-noite. Isso foi em 1983. A única coisa que lembro dessa época é de um desastre que houve em Pojuca, um trem de combustível que explodiu.

E a história de que a venda do Jornal da Bahia foi uma manobra de João Falcão que expôs Joca [João Carlos Teixeira Gomes].

João Falcão resolveu, pelo menos é o que se sabe, é o que consta, vender o jornal para Antônio Carlos Magalhães. Não lembro qual era a moeda da época, sei que era 2,5 milhões. Falcão pegou um adiantamento. Não sei se era para pagar a indenização de Joca, para mandar ele embora. Quando isso vazou, jornalistas da Bahia fizeram uma campanha contra a venda, impediram que a operação fosse consumada. Isso manteve, por conseguinte, Joca à frente do jornal. Depois, a gente entrevistando ACM, pergunta a ele: E aí, a venda foi desfeita? E o adiantamento o senhor já recebeu? Ele disse: “Não. Se eu fosse governador e alguém fizesse isso comigo, não ia receber? Como eu não sou governador, você acha que nego vai me devolver?” O senhor vai fazer o que? “Não vou fazer nada!” Reza a lenda que ficou por isso mesmo. Nessa ACM tomou 1 a zero.

Na sucursal do Estadão você obteve de uma forma nada ortodoxa um aparelho de telefoto, que transmitia fotos.

O telefoto era um troço raro. São Paulo tinha um, em Brasília e no Rio, ninguém mais tinha. Só que quando o pessoal de São Paulo viajava para coberturas e tal, sempre tem que levar um telefoto. E, uma vez, naquela história dos Mil Gols de Pelé se imaginou que poderia ser aqui na Fonte Nova, no jogo do Santos contra o Bahia, o milésimo gol. E aí veio cobrir Domício “Toc Toc” [Pinheiro]. Todo mundo batia na madeira quando falava o nome dele que já morreu. Cada vez que apontava câmera para um negócio acontecia uma tragédia. Ele fotografou um centroavante do São Paulo [Mirandinha] que foi chutar e quebrou a perna. Fotografou uma arquibancada na Vila Belmiro desabando. Então, Domício foi para Fonte Nova e tal, mas não teve o gol de Pelé. Quando acabou o jogo ele falou que ia viajar logo ou se encontrar com alguém. Não lembro, mas o repórter da sucursal que tava com ele disse: “Deixa, Domício, que eu levo [o aparelho de telefoto] para a sucursal”. E aí veio a calhar, o fato exato não lembro, sei que falaram: “Olha, Domício, você pega amanhã de manhã lá na sucursal com Navarro”. Ficou de passar lá no dia seguinte. E aí eu combinei com pessoal: não quero ninguém cedo aqui amanhã. Domício passou lá, o táxi esperando e tal para pegar o telefoto: “Cadê Navarro?” “Não está!” “Cadê não sei quem?” “Não está! E ninguém pode entregar nada para o senhor, porque o chefe não tá aqui, o diretor não está aqui, a gente nem sabe onde é que isso tá”. Ligaram para São Paulo, sei que trocaram xingamen-

tos para lá e pra cá, ele não podia perder o avião foi embora. E aí eu digo pra São Paulo: Tudo bem. Eu mando amanhã, depois. E foi ficando, aí pensei, não vou mandar mais porra nenhuma! E assim nasce o primeiro telefoto da sucursal.

E a coisa foi se modernizando

O Grupo Estado de São Paulo deu uma reformulada nas empresas. E aí alguns eram a 3ª geração dos [família] Mesquitas. Cada um assumiu uma empresa, por exemplo, Julinho César Mesquita o jornal, Rodrigo Mesquita a Agência Estado, Ruizito o irmão dele o Jornal da Tarde, Fernão, outro irmão a Rádio Eldorado, os primos, os filhos dos primos assumiram a OESP Gráfica. E na Agência Estado a gente vivia numa penúria do cão. Por essas e outras é que eu aceitei vender minha “mais valia” pro Jornal da Bahia, para poder ajudar no orçamento, entendeu? Até porque, no começo dos anos 80 até quase meio dos anos 90, foram anos de crise no País. Com a reformulação, Rodrigo assumiu a Agência Estado e a gente modernizou tudo! Eu fiz parte de um grupo que lançou produtos novos no mercado. Um deles é o *Newspaper*, que o *Times*, em Nova York, já fazia: você imprimia o jornal na folha de ofício e mandava. Mas o que é você imprime? As manchetes, os títulos principais. E qual é o objetivo disso? Se alguma coisa ali te interessou, vai ter tipo um *spoiler* (eu tô moderno) você vai ver no jornal onde tá a matéria completa. Com base nisso, nós lançamos também o *Fax paper*, que era a mesma coisa, só que era notícias de economia. Nessa mesma época a gente comprou a *Broadcast*, uma empresa de informação em tempo real, de acompanhar pregão de bolsa e tal. Uma empresa que se tiver uma defasagem de 3 segundos na informação, tem que avisar porque o sujeito que está acompanhando o pregão da bolsa vai fazer negócio com base naquilo e em 3 segundos pode mudar tudo lá. E nesse meio de campo aí, eu pessoalmente tentei um negócio chamado Fax Evento, que era você cobrir grandes eventos.

Eu fiz parte de um grupo que lançou produtos novos no mercado. Um deles é o Newspaper, que o Times, em Nova York, já fazia.

Quais as grandes coberturas que participou?

Uma foi a visita do papa João Paulo II aqui, anos 80. Eu em 1969, por aí, ainda na faculdade, sempre tive gastrite, dessa vez chegou a ferir o aparelho de estômago e tal, então eu tive que fazer dieta não sei o quê. E depois, fiz uma viagem, Mato Grosso, Goiás

► Ao lado, Navarro com colegas da Agência Estado, anos 90.
▼ Abaixo, entrevistando o escritor Jorge Amado, na presença de Zélia Gattai.



coabrindo negócio de Rondon. E aí já voltei bom, tomando cachaça. A gastrite só voltou nesta cobertura do papa. Passei três dias na redação, sem vir em casa. Entendeu? Porque tinha uma equipe imensa, inclusive com gente que veio de São Paulo, de outros lugares, porque o Estadão tinha aquela coisa das pautas faraônicas. A gente cobria tudo! Mas meu batismo de fogo recém-entrado no Estadão foi o seguinte: Aconteceu um acidente pra bandas de Jequié, um ônibus bateu num caminhão-baú. Morreram 41. Então, claro que as pessoas lá [São Paulo], me orientando. Mas eu daqui fiz uma página inteira de jornal! Porque não tinha foto e os caras queriam tudo. Chamando os desdobramentos, o horário que tem mais acidente, coisa e tal, em suma. O Estadão sempre foi grande, eloquente.

Como você vivenciou a censura no Estadão?

O Estadão ficou famoso no mundo inteiro, porque publicava receita de bolos, poemas de Camões e tal nas partes que o censor cortava. O Estadão conspirou para ter o golpe, ele só rompeu [com o regime militar] porque o governo tomou outros rumos que não interessavam a ele. [Por outro lado] O Estadão tinha uma grande vantagem. Você mandava matéria, ele não dava, mas não mexia. A Veja, por exemplo - Paolo [Marconi] não lhe contou isso mas trabalhamos juntos, ele na Veja e eu no Estadão - a Veja mexia no texto que ela queria publicar. Tinha essa coisa, o jornal não mexia no seu texto, ou dava ou não dava.

Com relação ao Jornal da Bahia, teve pressão sobre você?

Só sobre mim, não! Sobre todo mundo! Houve épocas do repórter do Jornal da Bahia não ser atendido. Nem presencialmente, nem se ligasse. Foi guerra mesmo, entendeu? Pra vocês terem ideia, tinha empresário que comprava uma página do jornal: “Agora não toque em meu nome, não bote nada”. Ajudava o jornal para não fechar. Por que isso? Por medo de ACM. Perderia contratos ou ganharia antipatia de ACM, que perseguia e fazia o que queria.

No cinema, na ditadura, você tinha a “lei da bunda”: o que pode ou o que não pode ser mostrado. Mas alguns cineastas achavam maneiras de burlar isso. Como o jornalismo fazia isso?

Primeiro: quando acabou a censura oficial da ditadura, veio uma censura pior. A autocensura. Por dois motivos, um com medo da coisa degradingolar novamente, mas, principalmente, por problemas econômicos, medo de desagradar setores A ou B, inclusive, muitos anunciantes, por que depois da ditadura, estratificou um tanto, não como é hoje, mas quem é conservador? Quem é esquerda? E os jornais, no geral, eram conservadores, principalmente em São Paulo, que era meu caso, meu jornal. A elite, não só social, como empresarial, sempre foi conservadora, o jornal é conservador. Então, essa autocensura foi muito pior do que censura formalizada. Porque a

censura formalizada, a censura oficial, falava: “Não pode isso”. O resto a gente tocava. E na autocensura, você não sabe, exatamente, o que pode, o que não pode. Porque é você quem decide, entendeu? Então é muito pior do que a outra. Quanto a esse tipo que você tá falando, isso foi uma fase pós-ditadura. Primeiro, a censura tem uma lei e tem as pessoas que interpretam aquilo. Então, vai muito do censor. Caso você pegue um censor analfabeto, ele vai dizer: “olha não pode mostrar a bunda”. Mas aí você vai provar para ele que aquilo se chama glúteo e que é uma parte do corpo humano, que não sei o quê e que não tem nada obsceno. E ele: “tudo bem”. Isso com texto, com poemas, com canções é uma graça! Ah, não pode puta que pariu, mas pode sei lá: a sua mãe não é uma pessoa boa, sabe? Piada. Agora uma coisa que quero também desmistificar é o seguinte: a gente sempre achou que o aparato da repressão era um negócio fantástico. Coisa nenhuma, rapaz! Por mais que os americanos treinassem o povo daqui, dessem equipamento, mas era muito pouco. Hoje você ri se você for numa biblioteca em que haja documento daquela época já liberado. Você vai morrer de rir. Porque os caras não sabiam nada! Não tinham nada! Se você for pegar o seu perfil no SNI, vai dizer fulaninho de tal, estudante ou jornalista, comunista e tal e tal, mais nada. Não sabe o seu endereço, seu pai, quem é sua mãe, entende?

O que advém desse novo jornalismo, vai piorar ou melhorar esse horizonte?

Uma análise que poderia ser feita é a seguinte: Há 20, 30 anos, tenho um parâmetro que, talvez, não seja o mais apropriado, porque eu trabalhei quatro anos no Jornal da Bahia e 27 no Estadão. Então, o meu parâmetro é o do Estadão, um jornal conservador, que não mudou hoje - e que por sinal tá péssimo -, mas tinha um padrão de qualidade de texto, de pessoas bem acima da média nacional, não é da média da Bahia. Quando eu trabalhei no Estadão, era um dos cinco melhores jornais do mundo. Eu ainda sei de cor: era o *Times*, o *Post*, o *Excelsior*, que é um jornal do México, o *Assai Shibu*, que chegava a tirar 15 milhões de exemplares em edições diárias - não sei hoje como é que é isso - e o Estadão. Eu brigava, brincava que o jornal também precisa ser cultura. E se você conversar com o pessoal que trabalhou comigo, vão dizer o quanto eu era chato e era ranzinza na forma do texto. Na montagem correta da matéria. Fico meio desolado quando vejo, hoje, a qualidade dos jornais nacionais - e chamados jornalões - e os locais. Tem umas coisas bestas, que depois o senso comum se apropria. Por exemplo “onde”, advérbio de lugar, e depois cristaliza, há anos que se usa isso errado. Eu estou lendo o texto “onde não sei quem disse”. Puta que pariu! E por aí vai... “a nível de”? Com o advento dos meios eletrônicos, da internet, cada vez mais, o jornal tem que virar revista, ser opinativo, dar



FOTO: MAURO ROCHA / DIVULGAÇÃO

Quando eu trabalhei no Estadão, era um dos cinco melhores jornais do mundo.

pitaco, opinião, orientar. Prestar serviço é um troço que, em qualquer época, é útil em jornal. Que horas sai o ônibus, onde é que você tira carteira de identidade, farmácia está aberta ou não. Esse tipo de coisa continua sendo útil porque tem sempre alguém que está desinformado daquilo, embora tenha o Google, para onde todo mundo corre. O jornal tem que ser opinativo porque, na informação, não pode concorrer com a internet. Outra coisa: repórter ia para rua. E não é só descrever o ambiente que está vendo e tal. Também é a cor local, as projeções que a gente falou na descrição do fato e tal. Já há alguns anos, você põe um moleque na frente de um computador, ele faz cinco, seis matérias, entendeu? Que vai no Google aqui... Isso nivela lá embaixo. Quer dizer, isso vai acabar com o jornalismo. Vai piorando, se deteriorando. Isso aí, se continuar, insisto: vai acabar com o jornalismo, porque informação, você tem de graça. Hoje, por exemplo, já faz mais de 10, 15 anos que não leio mais jornal de papel. E eu trabalho ainda. Tenho uma tarefa de preparar boletins analíticos da economia de política com a imprensa nacional, não a local. E eu faço tudo pela internet, a leitura dos jornais, entendeu? Porque você ainda tem isso, porque o jornal físico, você ainda tem que ir comprar na banca ou, mesmo que receba a assinatura, pegar no papel e ver como está a tinta, que vai lhe sujar a mão. Claro que tem gente que só lê jornal dessa forma. Mas, se você é obrigado a ler jornal dessa forma, cada vez mais com pior qualidade, ele vai terminar desistindo. O futuro do jornal é esse: ou vai ser cada vez mais analítico e opinativo, ou vai deixar de existir. ■

MUSEU DE IMPRENSA

Um lugar de memória



EM FOLHA



EM RÁDIO



EM TV

Olhe para a história através do nosso acervo.



Agende sua visita

E-mail: museu@abi-bahia.org.br

Whatsapp: 71 99620-4014



Associação
Bahiana de
Imprensa

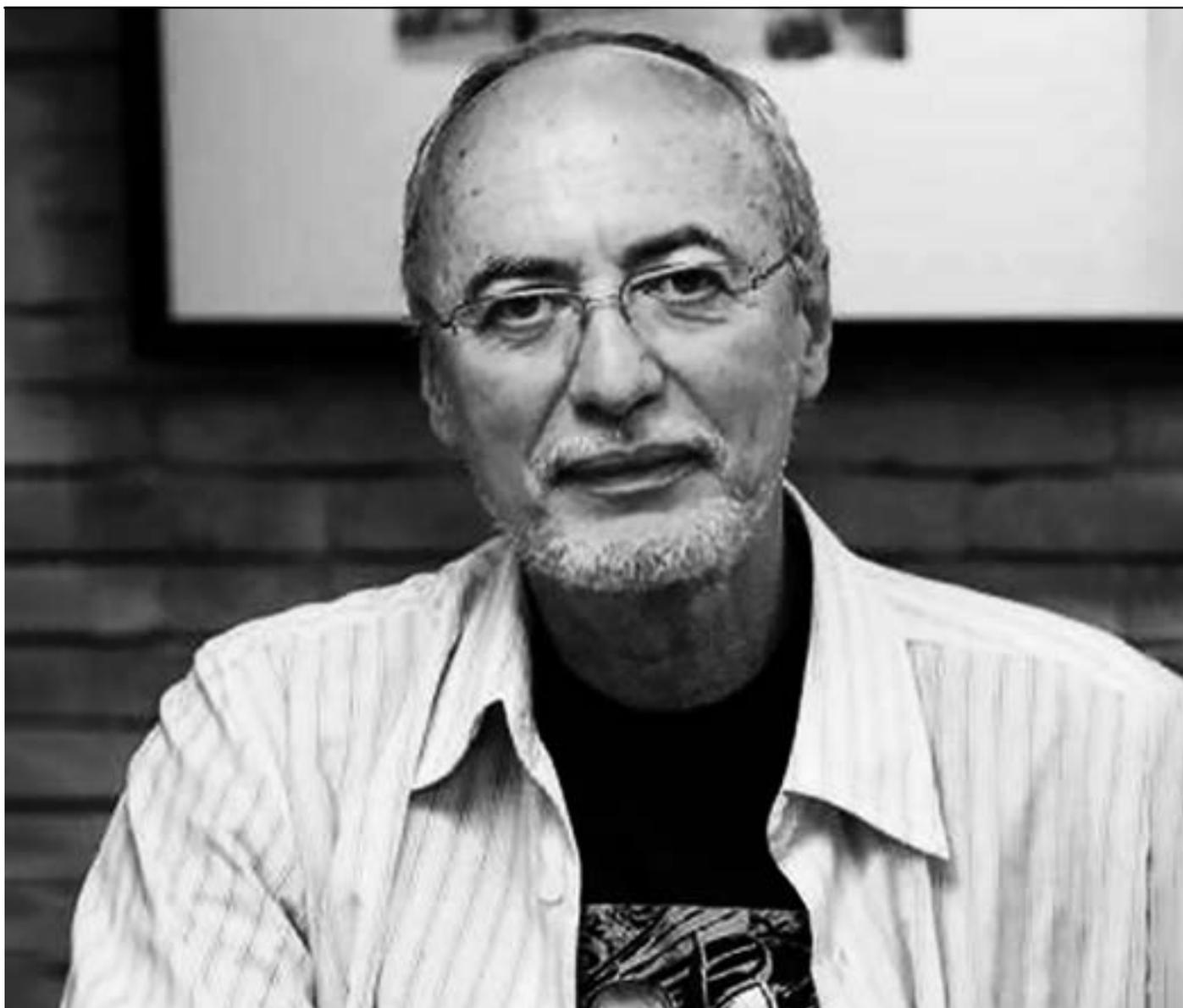


FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

Gutemberg Cruz Andrade, formado em jornalismo pela UFBA em 1979, é, nas suas palavras, um “apaixonado por cinema, literatura, música e, principalmente, histórias em quadrinhos”. Se define uma figura “imagética”, que adora imagem. Dedicou sua vida à pesquisa, discussão e fomento dos quadrinhos, levando esta linguagem para todos os meios de comunicação que trabalhou, principalmente os cadernos culturais dos jornais de Salvador. Gutemberg também atuou em rádio e na televisão promovendo os artistas da terra. Criança pobre do bairro periférico do Pero Vaz, encontrou nos quadrinhos a válvula de escape para enfrentar a dura realidade da vida. Aprofundou-se tanto no tema que, entre outras coisas, criou um “clube de quadrinhos”. Além de entretenimento, o clube serviu para afastar jovens do mundo das drogas e da criminalidade. Reconhecido por seu trabalho de pesquisador mais fora da Bahia do que em sua terra, fez palestras em universidades de outros estados lutando sempre pelo reconhecimento dos quadrinhos como arte visual. Quando foi editor de cultura no A Tarde, descartava os quadrinhos de fora (Tio Patinhas e cia.), deixando espaço no jornal mais lido do estado para cartunistas locais. Publicou vários livros independentes sobre o tema e finalizou o “Grande Dicionário do Quadrinho Nacional”, lançado por uma editora de São Paulo. Neste depoimento a Carol Assis conta alguns casos antológicos de sua trajetória, como o dia em que foi preso pelos agentes da ditadura por publicar, na Tribuna da Bahia, o suplemento “A Coisa”, que os militares acharam ser uma referência ao ditador de plantão.

Fui discriminado porque lia histórias em quadrinhos

Qual é a sua origem e como você entrou no jornalismo?

Nasci no Pero Vaz, bairro pobre e proletário de Salvador, onde, nos anos 1940, houve uma invasão conhecida como Corta Braço. Meu pai era padeiro. Semianalfabeto, ele conseguiu construir sua padaria e acabou ajudando muita gente da comunidade. Durante a minha infância, éramos tão pobres que não comemorávamos aniversário, Natal, Ano Novo. Nunca recebi presente de aniversário, mas nem por isso me sentia frustrado. Eu inventava meus brinquedos: pegava lata de sardinha e fazia meu trenzinho. A maioria da população do Corta Braço era negra, eu era um dos poucos brancos. Quando criança, sofri o que poucos sofreram: racismo ao contrário. Os outros meninos diziam: “Ô branquelo, amarelo, magrelo”... Eu não criava problema. Como dominava bem a língua portuguesa, os jovens mais fortes e violentos do bairro me pediam para dar aula de reforço escolar. Eram pedidos com tom de ameaça. Eu ajudava. Nunca fui de jogar bola, mas jogava com eles para manter essa interatividade.

Diante dessa infância de pobreza, como as histórias em quadrinhos surgiram na sua vida?

Quando eu tinha 10 anos, um colega me levou para conhecer a Biblioteca Monteiro Lobato, no bairro de Nazaré [Salvador]. Fiquei maravilhado com a área

de histórias em quadrinhos. Era como se estivesse ido para a Disneylândia. Nunca tinha entrado numa biblioteca. Chorei. No meu bairro, ninguém lia. Eu devorava livros que pedia emprestado a alguns amigos. O que aconteceu? Comecei a ajudar meu pai na padaria para ganhar um dinheirinho e assim comprar minhas revistas. As publicações eram baratas, porque impressas em preto e branco e em papel-jornal. Foi assim que comecei a comprar meus quadrinhos. Na verdade, os quadrinhos surgiram na minha vida de forma negativa. Estudava no Duque de Caxias, um colégio severo, militarista. Na época, a professora mandou a gente ler o livro “A Moreninha” e escrever uma redação sobre o romance. Eu não tinha dinheiro para comprar o livro, mas tinha a revista “A Moreninha” em quadrinhos e fiz meu trabalho. A professora gostou muito e considerou a minha redação a melhor. Ela falou: “Gutenberg, você entendeu o romance e fez um resumo que todo professor gostaria de ler”. Eu, que sempre tive esse caráter ético muito forte, disse: Professora, vou falar uma coisa e espero que isso não mude minha nota. Quando revelei que tinha lido “A Moreninha” em formato quadrinhos, porque não tinha dinheiro para comprar o livro, fui expulso do colégio. Quando veio essa confusão no Duque de Caxias, fiquei com raiva e resolvi criar e liderar um grupo em defesa das histórias em quadrinhos. Porque nada melhor do que criança aprender a ler com desenhos. Os

professores de português da época mandavam a gente ler José de Alencar, mandavam ler Machado de Assis, o que é uma maravilha para quem é adolescente em diante, mas é impossível conceber uma literatura forte para uma criança. Era por isso que as crianças não gostavam de ler. Os livros não eram adequados para a idade delas.

E como o jornalismo se consolidou na sua carreira?

Expulso do Duque de Caxias, fui estudar num colégio melhor, onde os alunos tinham interatividade com os professores. Lá, publicava um jornal chamado O Bicão, onde discutia questões como: por que não estudar sexo nas escolas? Quase fui expulso. Eram ideias muito avançadas para a época, mas era legal porque os professores mandavam eu manejar. Acabei virando líder do grupo estudantil. Quando a história em quadrinhos começou a ficar forte, virei jornalista. Trabalhei na Tribuna da Bahia sem ser jornalista, como estagiário. Depois, de 1975 a 1980, virei editor de Cultura. Nesse período, acontece uma coisa terrível. Fiz uma página com o disco Muito, de Caetano Veloso, que tem aquela música "Terra". Ele estava com um aspecto ambiental. Na época, eu botei o título: "Caetano Veloso: um equilíbrio ecológico na MPB". Por causa dessa matéria ganhei um prêmio, uma passagem pra São Paulo, mas um diretor da Tribuna falou: "Se você for pra São Paulo está demitido". Eu disse: Nossa, tenho cinco anos aqui, não recebi férias, nunca reclamei, não tenho salário de editor, por que isso comigo? Ele: "Ah, você nunca gostou de dinheiro. É muito arrogante. Peço para você matéria com meus amigos você não faz". Perguntei: Mas seus amigos querem ser cantor ou escritor sem um livro escrito? Não posso fazer matéria para agradar você. Então me demitiram e, quando fui me aposentar, ganhei 65% da minha aposentadoria porque não tinham dado baixa [na carteira]. A Tribuna não pagava FGTS. Depois, fui para o Correio da Bahia, a convite de Antônio Carlos Magalhães.

Mas ainda durante a sua passagem pela Tribuna teve o episódio com o suplemento "A Coisa"...

"A Coisa" era um suplemento de charge, caricatura que saía toda sexta-feira. Um dia, a manchete de capa do jornal era sobre um pronunciamento que o presidente Geisel daria. A manchete era: "Presidente



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO



▲ Acima, entrevistando o cantor e compositor Gilberto Gil.

◀ Ao lado, reprodução do suplemento "A Coisa" da Tribuna da Bahia que os militares interpretaram como uma crítica ao presidente Geisel.

Na lista do Ministro do Exército Sylvio Frota, que saiu na Folha de São Paulo, em 1977, com os nomes de 97 comunistas, está o meu.

Geisel fala hoje à nação". Lage[chargista], para chamar atenção para nosso suplemento, havia feito um *balãozinho* para sair na primeira página onde dentro estava escrito: "A Coisa vem aí". O diagramador botou o *balãozinho* ao lado da manchete sobre o pronunciamento do presidente. A Polícia Federal achou que a gente estava ridicularizando Geisel. Todo mundo que fazia o suplemento foi preso. A polícia foi me pegar em casa. Por causa disso, meu pai me expulsou de casa: "Meu filho, comunista, comedor de criança!". Na polícia, um quarto escuro, uma luz, assim, na cara e os caras: "Conte quem são seus comparsas!". Eu disse: Leio Batman, Super-homem, Homem Aranha, Luluzinha, Bolinha. Eles não entendiam de quadrinhos e diziam assim: "Você está falando em linguagem cifrada!". Eu nem sabia o que significava "cifrada" e não entendia porque estava sendo preso. Na lista do Ministro do Exército Sylvio Frota, que saiu na Folha de São Paulo, em 1977, com os nomes de 97 comunistas, está o meu. Depois desse episódio, passei em um concurso para a Telebahia, mas antes de

tomar posse no cargo, veio de Brasília um telegrama escrito "persona não grata". Por conta disso, fui chamado pela Telebahia: "Senhor Gutemberg Cruz o senhor tem uma pendência com a justiça". Quer dizer: de novo, eu fui discriminado por causa das histórias em quadrinhos.

E o caso do processo de ACM contra Lage?

Lage era um cara fantástico. O cartunista mais importante da Bahia. Quem quiser escrever sobre a história da Bahia dos anos 70 aos anos 90, precisa ler as caricaturas e as charges de Lage. Fez muito humor cáustico com Antônio Carlos Magalhães. Certa vez, ele fez uma charge onde ACM aparece vestido de presidiário. Antônio Carlos não gostou nada e tentou processá-lo. Mas não é que Lage contestou e ganhou! (risos) O Supremo Tribunal determinou que ACM respondesse ao processo em forma de cartum e Antônio Carlos não sabia fazer cartum (risos). Mas Antônio Carlos gostava de guardar [as charges]. Ele dizia: "Fale bem ou mal, mas fale de mim".

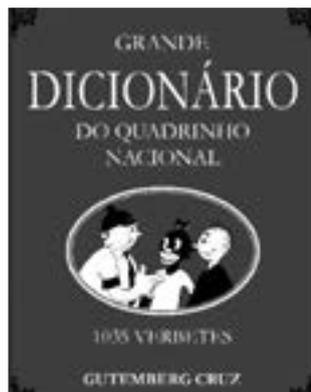


◀ Ao lado, no tempo das redações com máquina de escrever.
▼ Abaixo, com o cartunista Ziraldo.



▲ Acima, bate-papo com o compositor Chico Buarque.

► Ao lado, como assessor da UPB e a capa do novo livro, "Dicionário do Quadrinho Nacional".



Como foi sua entrada no Correio da Bahia?

Antônio Carlos Magalhães convidou vários jornalistas para fazer um teste, entre eles, eu. Por sorte minha, passei. Quando entrei na redação foi engraçadíssimo. Não gostava de ACM. Quando ele chegou, disse: "Fui com sua cara, meu filho!" Eu, com 20 anos de idade, metido a besta como sou, uma arrogância, respondi: Pois eu não fui com a sua... Ele ficou brabo e disse: "Eu tenho uma pasta rosa sobre você. Você não tem casa própria, sua família é pobre, você não tem onde morar, passa fome. Eu sei de tudo sobre você!". Retruquei: Eu só sei que passei no teste. Não vim lhe pedir favores. Ele então falou que queria que eu trabalhasse

em política. Eu não aceitei: Não quero. Vou assinar um documento informando que eu quero o menor salário da redação, mas não quero o seu dedo nas minhas matérias. Respeite o que eu escrevo que lhe garanto que nós vamos mostrar o melhor caderno de Cultura de Salvador. Ele falou: "Lhe dou seis meses". Eu: Quero apenas um mês. Chegava às 6 horas da manhã no jornal e saía às dez da noite. Matava-me de trabalhar no jornal, mas tinha contato com todo mundo da imprensa da editoria de Cultura. Desde cedo andava nas sucursais dos jornais e fazia meu arquivo próprio. Todo mundo perguntava se Gutemberg era inteligente. Não sou inteligente. Sempre tive um arquivo em minha casa. Gostava de

pesquisar sobre as pessoas e os temas ligados à cultura, datilografava e guardava.

Você tinha muitas fontes e era adorado pelos artistas, entre eles Roberto Carlos.

Uma vez, Roberto Carlos veio lançar, aqui em Salvador, o disco Emoções e me convidou para uma entrevista exclusiva. Eu morava na [bairro] Saúde. Meia-noite veio um carro me pegar. Fui todo tenso, nervoso para o encontro com Roberto no aeroporto. Ele havia mentido a hora da chegada para todo mundo só para dar a exclusiva ao Correio da Bahia. Respeitava o que eu escrevia. Todo ano ele lançava um disco na época do Natal. Certa vez eu escrevi: "Roberto Carlos continua usando jeans azul, mas a música está fantástica". Acho "Detalhes" uma música linda. No aeroporto, a entrevista foi dentro do avião dele. Quando entrei, ele deu um grito: "Tire esse sapato!". Pensei que meu sapato tivesse melado com coco, alguma coisa assim (risos). Até que alguém disse: "É que ele não gosta...". Outra vez, perguntei: E por que você não canta "E que tudo mais vá pro inferno"? Ele respondeu: "Se você falar mais uma vez, mando você se retirar". Não sabia que não podia usar aquelas palavras... Ele chegou a me contar alguns segredos, mas, por respeito, não divulguei. Chegou a me dar de presente uma coleção de discos autografados. Ana Magalhães [filha de ACM] acabou me pedindo essa coleção. Certa vez, a levei para o camarim de Roberto.

Você também passou um período no A Tarde. Como foi seu trabalho lá?

Trabalhei pouco tempo no A Tarde, mas o dono do jornal me deu todo o espaço. Eu era editor de Cultura. Então, o que eu fazia? Chegavam as tirinhas de Tio Patinhas, etc. para serem publicadas. Eu jogava tudo fora! No lugar, publicava as tirinhas de Nildão, Setúbal, de cartunistas baianos. Eu dizia para eles: Façam seus personagens. Criem histórias em quadrinhos baianas. Agora, vocês têm que fazer trinta tirinhas, porque é de segunda a domingo, todo dia tem que ter uma tirinha. Lembro que Nildão fez uma história em quadrinhos onde o personagem - era época de São João - criticava São Pedro. O arcebispo-primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, não gostou e pediu para censurar. O jornal me demitiu por causa disso... Mas, o fato é que, com essa abertura para as tirinhas baianas, consegui emprego para muitos desenhis-

tas. Muita gente, hoje, está morando no Rio de Janeiro, São Paulo, viraram artistas gráficos, graças ao espaço que abri para eles.

Quem fazia parte do Clube de Quadrinhos com você? Como é que funcionava?

Era um grupo de desenhistas, garotos que, se não fosse o clube, possivelmente iriam enveredar pela bebida. Naquela época, não tinha maconha. No clube, eu fazia com que eles lessem livros, quadrinhos, forçava a barra. Só entrava no clube quem tirava nota boa na escola. Era uma maneira deles estudarem. Durou, acho que, uns 15 anos. Eu fazia exposições em escolas, bibliotecas, galerias de arte, em tudo que era lugar. Queria mostrar a cultura dos quadrinhos. As exposições eram sobre quadrinhos e a literatura; quadrinhos no cinema... enfatizando que os quadrinhos estavam sempre a par das outras artes, sempre acompanhando as outras artes. Sempre dava palestra na Biblioteca Monteiro Lobato e em universidades. No dia que me convidaram para a palestra na USP, me pagando R\$ 3 mil, quando recebi aquele dinheiro, disse: "Vou comprar tudo de livro!". Nunca havia pegado em tanto dinheiro na minha vida (risos).

Você tem mágoa pelo fato de a UFBA nunca ter reconhecido seu trabalho de pesquisa sobre quadrinhos?

Não guardo mágoas. O que achei interessante, talvez, é que muitos professores da USP que vinham dar palestra de quadrinhos na UFBA, diziam: "Por que não convidaram Gutemberg?" Alguns diziam que eu era a maior referência sobre o tema. "Caso ele vivesse em São Paulo, já estava ensinando. Eu só dou palestra se ele vier aqui", diziam. Então, os professores da UFBA mandavam me buscar, com raiva, mas mandavam... Como eu tinha um amigo que cozinhava bem, convidava os paulistas para almoçar aqui em casa, mas não convidava os professores da UFBA. A comida era em panela de barro: caruru, vatapá, bobó de camarão, aquela comida bem afro-baiana. Eles adoravam! Eu me vingava assim... Mas o fato é que professores de São Paulo me chamavam para dar palestra lá. Os daqui, não. Eu nunca fui muito valorizado na Bahia.

E com relação ao futuro da charge, do cartum nos jornais? Como você vê isso?

A imprensa hoje morreu. Os donos de jornal perderam publicidade para a internet, para o celular. As pessoas não escrevem



▲ Acima, charge de Gutemberg feita por Setúbal.

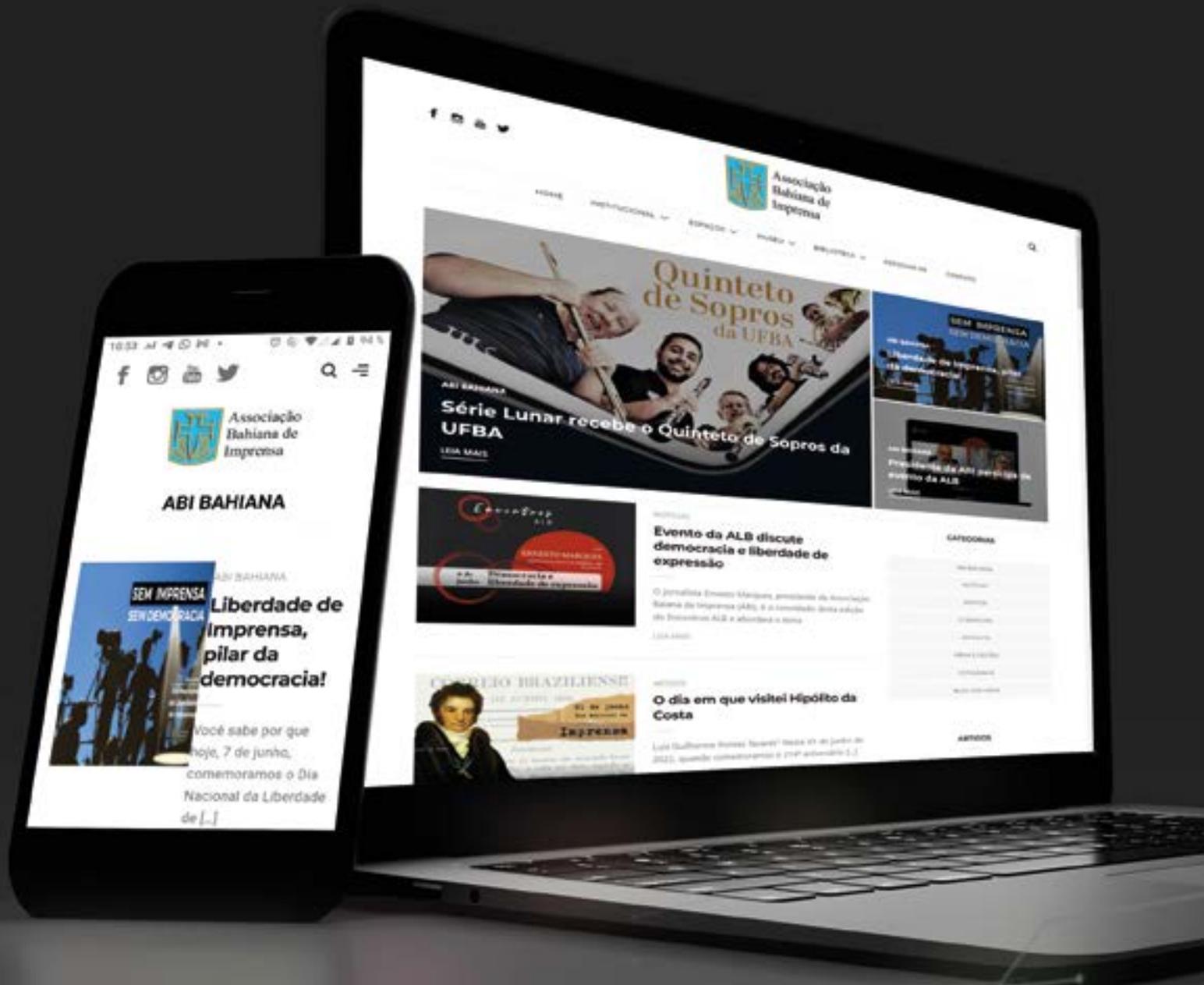
◀ Ao lado, a homenagem em forma de quadrinhos do amigo Eduardo Barbosa.

mais. Botam kkkkk. "Quando" é qdo. Em suma: as pessoas não sabem resumir nem um filme de 007. Uma notícia do Jornal Nacional: "O que você entendeu dessa notícia?". Não sabem... As pessoas não sabem interpretar. Resolvi doar um livro meu aqui no bairro da Saúde. Teve gente que disse que ia passar um ano pra ler o livro. Eu leio em 15, 20 minutos. Tudo bem que sou jornalista, é minha obrigação, mas não é possível. Hoje ninguém mais lê, é ultrapassado. Uma editora de São Paulo me convidou para lançar um livro. Eu disse que não queria dinheiro nenhum, mas pedi que o livro fosse o mais barato possível. O título é "Dicionário dos personagens de histórias em quadrinhos". Em três anos, pesquisei sobre mais de 1.200 personagens. Comecei com o mais forte personagem de história em quadrinhos brasileiro: Amigo da Onça. Durou 40 anos. É tão forte que, na época, fizeram música, boneco... Virou até gíria. Todo mundo dizia: "Você é amigo da onça?". O desenhista, Péricles, deu um tiro na cabeça porque não ficou milionário. Naquele tempo, caricatura não valia nada. Conto também sobre Pererê, de Ziraldo, Mônica, de Maurício de Souza e sobre Jerônimo, o Herói do Sertão. Descobri que, antes do Super-homem, dos super-heróis, na Tico-tico, primeira revista em quadrinhos do Brasil, em 1905, havia um cartunista baiano que criou uma história fantástica. O personagem tinha que salvar a princesa, e para isso precisa usar uma esmeralda que dava superpoderes. Com a esmeralda ele podia voar. O que isso quer dizer? Que antes da criação do personagem do Super-homem, já tinha, em 1905, um herói voador brasi-

leiro. As grandes enciclopédias do mundo não têm isso publicado. Eu descobri durante essas pesquisas. A editora está felicíssima. O livro tem mais de 500 páginas, não se vende. Ainda mais um livro sobre quadrinhos. Então, como não sou ligado a dinheiro, pedi para botar preço baixo. E outra coisa, todos os meus livros têm um "defeito" enorme: meus grandes amigos nunca me ajudaram. Todos os livros fiz sem ter uma revisão, sem ter alguém que fizesse uma capa, sem que tivesse alguém que dissesse assim: "Deixa eu dar uma lida antes." Porque é sempre bom que tenha alguém que leia o livro antes. Dessa vez, os professores da USP quiseram ler o livro, fazer a revisão. Consegui tudo isso. Ô que maravilha! Vai ser o primeiro livro com capa feita por um desenhista bom. Onde você acha isso?

O que é que os quadrinhos te deram, te entregaram?

Ah, uma viagem...Eu saio dessa realidade. Tenho uma mania, sabe? Quando eu vou ler, visto a melhor roupa, tomo um banho, boto perfume, sento num lugar, me tranco e vou ler uma história em quadrinhos, assim, como se fosse ao cinema. Entro naquela viagem. Quando vou ao cinema com um amigo não quero que ele fale nada. Tem que estar concentrado no filme. Como eu tinha um pai cachaceiro, uma infância pobre, as histórias em quadrinhos me faziam sair dessa realidade. A leitura me era muito benéfica. Foi a melhor coisa que tive, sair dessa realidade através das histórias em quadrinhos. Mas sofri muito nos colégios, porque quadrinhos era sublitteratura, coisa de gente maluca. Tinha um professor da UFBA, Albino Rubim, que dizia: "Tu não vai ser nada na vida" (sic). Ele virou diretor da FACOM, é arrogante e tal. História em quadrinhos era coisa para analfabeto. Todos aqueles professores olhavam torto para quadrinhos. ■



www.abi-bahia.org.br

Jornalismo responsável.
Informações bem apuradas.

Sempre com as últimas tendências
da área da comunicação e conteúdo
de valor para a sociedade.

Encontre a ABI na rede!



@abi_bahia



@abi.bahia



ascom@abi-bahia.org.br



71 98791-7988



FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

Mariluce Moura pensou em estudar Medicina, mas, com medo de lidar com sangue, optou pelo Jornalismo. Desde que começou a frequentar as redações dos jornais, na década de 70, transformou-se numa referência da profissão. Em paralelo, militava na Ação Popular (AP), um dos grupos de esquerda brasileiro que defendia o uso de armas para o enfrentamento à ditadura. Encontrou um ambiente machista nos jornais de Salvador. Um deles proibia que as jornalistas fossem trabalhar de calça, impondo a saia como traje obrigatório. Encarou esse clima com um certo humor, mas peitou a situação mobilizando as colegas e os colegas contra esse tipo de opressão. Venceu. Por sua militância na AP foi presa grávida, torturada e, depois, absolvida pela Jus-

tiça Militar. Seu marido Gildo Lacerda, também militante de esquerda, foi morto pela repressão. As impressões sobre o período nefasto que o país atravessou ela deixou no livro “A revolta das vísceras”. Mestre e Doutora em Comunicação pela UFRJ, trabalhou, entre outros, nos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, de onde partiu para um novo desafio, assumindo a revista do CNPq. Consolidou-se como especialista do jornalismo científico ao criar a revista Pesquisa FAPESP, considerada uma das mais importantes publicações de divulgação da ciência brasileira. Apesar da crise do jornalismo tradicional, neste depoimento ao jornalista Kau Rocha, ela se diz otimista com futuro da profissão, destacando sua importância no processo de democratização do Brasil.

A jornalista *tinha que usar saia* pra trabalhar

Dê um panorama do que aconteceu antes de enveredar pelo jornalismo.

Sou da periferia de Salvador. Nasci no bairro de Santa Luzia, subúrbio ferroviário, numa família de 11 filhos. Meu pai, pequeno comerciante, minha mãe, dona de casa, costureira, fazia bolos, “se virava nos 30”. Uma família de classe média baixa para pobre. Mas o meu pai e a minha mãe tinham claramente uma noção de que a educação era o principal ativo que eles podiam dar aos filhos. Então, nós estudamos em bons colégios. Meu pai dizia sempre duas coisas que eram completamente fora do padrão da época. Primeiro, que todo mundo tinha que estudar e ter uma profissão universitária. E, em segundo lugar, que as mulheres não deveriam, de jeito nenhum, casar antes de se formar e de se sustentarem. Porque ser mulher pobre, submetida ao marido, era uma tragédia. Depois do primário, aos 11 anos, fui para o Colégio de Aplicação da UFBA em 1962 e conclui o terceiro colegial, em 1968.

O País pegando fogo na época.

Completamente. A partir de 1966, a gente já tem um movimento estudantil retornando às ruas. Eu frequentava assembleias e ia para as passeatas. Em

1968, já tinha pensado em fazer Jornalismo, embora quisesse cursar Medicina, mas tinha medo de sangue. Meu pai perguntou: “Mas você vai fazer jornalismo pra quê? Arranjar emprego público?”. Disse, não, vou ser jornalista. “Você vai morrer de fome”. Minha mãe, prática, disse: “Bom, então você não precisa mais de cursinho”. Eu estava frequentando um cursinho de Química pra fazer Medicina. É, não preciso. “Então, você não precisa estudar!” [risos]. Não, eu preciso estudar História, da Pré-história até a Revolução Chinesa. [risos]. Junto com Mara Rabello, a minha colega nova no Clássico, estudei História quase todos os dias. Essa ligação com Mara, de certa forma, foi o que me vinculou à Ação Popular [AP]. Ela tinha dois irmãos muito ligados à política, Renato Rabello - que foi presidente do PCdoB por um tempão - e Agnaldo Rabello que, infelizmente, morreu muito cedo. Foi com Agnaldo que fiz o primeiro grupo de estudos pela AP.

Quando entrou no Jornal da Bahia?

Em junho/julho de 1969. Joca [João Carlos Teixeira Gomes], que era professor na escola [Facom], perguntou a alguns alunos se queriam fazer estágio no Jornal da Bahia, onde ele era redator-chefe. Eu quero!

Depois, refleti: Já tenho faculdade, a militância e ainda vou trabalhar no jornal? Cheguei em casa e disse: olha, o Joca me chamou para ser contratada como repórter. E acho que não vou, não, porque já estou fazendo muita coisa. Mamãe disse: “Você vai ou não compro mais roupa nenhuma pra você” [risos]. E eu: Mas mãe, uma moça me contou que é um ambiente nefasto, que aqueles rapazes ficam dando em cima da gente. E se a gente não der para eles, não sobe na carreira. “Não tenho nada a ver com isso. Não eduquei vocês para terem medo de cantada de homem. Você não se garante? Tenho certeza que você se garante. Vá e trabalhe lá na boa”. Aí eu fui. [risos].

Havia assédio?

Não acho que tinha muito assédio, sinceramente. O que havia? A gente era julgada menos capaz. Nos davam as matérias mais fracas.

Vocês trabalhavam em que editoria?

A norma do jornalismo era começar pela Geral. Mas, por exemplo, as mulheres não viajavam. Eu disse: posso viajar, sim. Conheço o interior da Bahia graças ao Jornal da Bahia. Vigota, fotógrafo, dizia: “Mariluce não é mulher, é homem. Usa calça comprida, fuma, xinga, faz tudo que homem faz” [risos]. Mas, veja, a gente tinha que usar saia, não podia usar calça comprida. E aí, tinha algumas situações bem complicadas. Por exemplo, em 1970, quando estava para inaugurar o monumento do Mário Cravo, na Praça Cayru, fui fazer matéria. A gente usava minissaia. Eu juro: quando a gente ia experimentar, media quatro dedos abaixo da bunda. “Tá bom!”. Quer dizer, era microssaia aquilo, gente... Lá para as tantas, Mário disse: “Você tem que ir lá para cima comigo para ver”. Como é que eu vou subir com essa saia rodadinha assim, curta? Ele disse: “Não tem problema nenhum. Você vai fazer a maior alegria dos operários aqui. Vamos lá!” [risos]. Tive que subir no elevador de andaimas. Um dia, a [jornalista] Lúcia Ferreira chegou ao jornal de calça comprida e o chefe de reportagem mandou ela voltar porque não podia. Então, fizemos um abaixo-assinado explicando todos os motivos pelos quais era civilizado que deixassem as mulheres usar calça comprida, que era um atraso esse negócio de só poder andar de saia.

De quem era essa determinação das repórteres não usarem calça?

Não sei se era do João Falcão. Talvez Enádio [Moraes, gerente da administração]... Não lembro de quem era. O fato é que não podia.

Vocês tinham a percepção de que era machismo?

Tinha plena percepção! Afinal de contas, eu era leitora da Alexandra Kollontai, “A nova mulher e a moral sexual” [risos]. Na verdade, diria assim, embora a esquerda também fosse machista, o fato de a gente ser

leitora da Simone de Beauvoir, da Alexandra Kollontai... elas colocavam a gente com a clareza de como os homens se comportavam em qualquer posição política. Como se o natural fosse eles ocuparem as posições e as mulheres sempre a linha auxiliar. Mas veja, do ponto de vista dos homens, que eram, sei lá, 90% da força de trabalho na redação, a gente era maluca de querer essas coisas. Gostávamos de fazer onda, confusão. Numa época, a Tribuna não queria contratar mulher por causa da gravidez. Passamos horas para escrever um texto - e aí estavam rapazes também - para dizer que era um absurdo o jornal se recusar a contratar mulheres com medo da licença de gravidez. A forma como o pessoal do Jornal da Bahia tratava as mulheres, era meio igualitária, meio jocosa. Fernando Vita gritava - se fosse repetido hoje dava milhares de processos - da mesa da chefia de reportagem: “Vão lá com isso, rebanho de porras!”. Para homens e mulheres. Um dia, eu estava falando com Gildo [o marido] pelo telefone comum da redação e queriam que eu desligasse. Vita então gritou assim: “Mariluce, fio de telefone não endurece, não!”. [risos].

A gente era julgada menos capaz. Nos davam as matérias mais fracas.

Quais suas lembranças da cobertura da morte de Carlos Lamarca?

Nós só viajamos no sábado, depois que foi informado aos jornais da Bahia, que Lamarca tinha morrido em combate no interior. Chegamos na localidade de Pintada [município de Ipuipara] no domingo. O corpo de Lamarca, quando a gente viajou, já estava no IML de Salvador. Toda a manhã do sábado foi gasta em ver como algum repórter, ou alguns repórteres, poderiam ir até o local [da morte]. A ida implicava em negociação da direção dos jornais com a 6ª Região Militar. Havia uma discussão entre os jornais e sucursais para ver qual jornalista iria para lá. O Jornal da Bahia me escolheu. Anísio Félix - que era correspondente não sei se do Última Hora ou de uma revista-, também disse que podia ir. Pediram para eu fazer matéria também para o Correio da Manhã e Jornal do Brasil. Fomos eu, Anísio Félix, o fotógrafo Anísio de Carvalho e o piloto. Saímos à tarde. Quando conseguimos chegar em Brotas de Macaúbas - o avião não podia voar depois das 6 da tarde. Tinha que descer, antes. Pousamos em Brotas de Macaúbas. Dormimos lá e no outro dia pela manhã, um



FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

domingo, saímos com o mesmo avião para Pintada. O pouso foi num campo de futebol. Após conversarmos com o pessoal do bar, com os garotos, acompanhados de um guia, a gente se põe em marcha até o local do tiroteio. Andamos um bom tempo. No caminho, a gente foi encontrando cápsulas de bala, um embornal, pé de meia, indicativos de que havia ocorrido uma fuga, uma situação complicada. Chegamos a uma clareira. Tinha uma árvore, bala para cacete, furo na árvore etc. Entrevistamos as pessoas ali. Acho que tinha alguém que era da polícia, do corpo da guarda. Foram eles que contaram como tinha sido.

Como funcionava o *modus operandi* da censura no dia a dia?

O preposto da 6ª Região Militar, Abdon Sena, levava

as ordens do Exército e os prepostos de Luiz Arthur, as da Polícia Federal. Mas o Exército é que tinha um papel muito ativo na censura. As ordens chegavam às 5 da tarde. “De ordem não sei de quem do Exército, não pode divulgar, não sei o quê”. Enfim, o cara levava a ordem na redação pessoalmente. Quando Luiz Arthur queria acelerar as coisas, telefonava para Joca, para Pastore, para João Falcão. Além disso, mandavam dizer o que você tinha que publicar, que Lamarca “não sei o quê”, que Marighella “não sei o quê”... Isso chegava diretamente na chefia de redação e no dono do jornal também, caso fosse necessário.

Houve alguma matéria sua que foi censurada?

Tem uma que escapuliu da censura. Fui entrevistar Dom Timóteo Amoroso por conta do Dia da Confraternização Universal, em primeiro de janeiro. Eu adorava Dom Timóteo. Ele ia falar sobre a paz. Lá pras tantas, ele diz: “...a paz verdadeira, só com ascensão das massas ao poder”. Como era véspera de feriado, ninguém prestou muita atenção. Não sei se no dia seguinte ou depois levei um esporro [risos]. Joca disse: “Você é louca! Quer que empastelem o Jornal da Bahia, Mariluce?”. E eu vibrando. Afinal de contas, eu era uma militante e tinha conseguido fazer Dom Timóteo dizer o indizível nas páginas do Jornal da Bahia.

A gente sempre arruma uma forma de sair, de um jeito ou de outro.

Exatamente! Lembro que o pessoal do Globo dizia: “Não queira fazer contrabando aqui”. Eles chamavam de contrabando essa forma enviesada que a gente encontrava. Só que Dom Timóteo não estava falando de forma enviesada. Estava falando claramente, com a autoridade de abade do Mosteiro de São Bento, completamente contra a ditadura, mas, como era um homem da Igreja, tudo bem. Não deu em nada. Segundo Joca, Luiz Arthur e Abdon Sena devem ter acordado de bom humor naquela manhã e não leram o jornal da Bahia. “Senão, eles iam baixar aqui...”

Com o fim da ditadura, muitos jornais de oposição acabaram. Como você viu essa transição?

Ainda está por se compreender porque, naquele primeiro momento de pós-redemocratização, todas as tentativas de jornais de oposição não permanecem. É de se pensar que tem muita fragilidade também na base econômica dos jornais. Acho que Opinião, Movimento, Em Tempo, o Jornal da República, o Retratos do Brasil não sobreviveram mais por dissensões internas de fragilidade econômica, do que por outra coisa. O grande golpe disso vai se dar posteriormente, na medida em que você tem um jornal como a Folha de S. Paulo, por exemplo, absorvendo, num primeiro momento, artigos de intelectuais da esquerda, artigos de pesquisadores das áreas de Humanas. Na

medida em que você tem um jornal como o Jornal do Brasil, com um Caderno B, que era bastante aberto. O jornal tinha potência de publicação, potência de venda, potência de publicidade. Os jornais que permaneciam mais conservadores eram mesmo O Globo e o Estadão, os dois pilares do conservadorismo total. A Folha e o Jornal do Brasil jogavam no meio de campo. A Folha já tinha perdido, há muito tempo, seu caráter de colaborador da ditadura. O que acontece é que, se nos anos da ditadura, aparentemente a imprensa era de oposição, com a redemocratização, ficam claras as posições mais ao centro, mais à direita, mais à esquerda, mais extrema-direita, menos extrema. As pessoas ficam liberadas e o que espanta é que isso se dá nos anos 80, o tempo do pensamento único. É o tempo em que, quem é de direita ou do centro, realmente, passa a se arvorar como detentor da verdade e vê toda a esquerda como um bando de sonhadores, malucos. O que desmonta um pouco esse jogo no Brasil é a presença do PT. O fato é que o jornalismo transita dessa fase de censura para a democracia trazendo à cena suas próprias posições conservadoras. Eu acho que o pior da problemática brasileira é a questão antipovo. As elites brasileiras não gostam do povo. Aí fica difícil você fazer um país. Acho isso um problema grave.

Como vê o fenômeno da internet e das redes sociais no Jornalismo?

Acho que essa transformação do jornalismo tem a ver com o ambiente político e cultural do mundo. A partir, principalmente de 2001, você tem a internet trazendo, de fato, outra dinâmica social e uma outra dinâmica industrial para o jornalismo. Isso vai crescer. Depois dos anos 90, no Brasil, você tem uma redução significativa do investimento na mídia impressa, nos jornais, nas revistas etc. Mas, uma questão que eu destaco é que fiquei, realmente, muito encantada, de novo, com o jornalismo durante a pandemia. Dei várias palestras e penso que é um negócio extraordinário a velocidade com que se foi capaz de transformar, em poucos dias, os jornalistas em geral em especialistas em pandemia. A imprensa brasileira trabalhou muito bem sobre a pandemia, fez um jornalismo de alta qualidade. No meio de toda essa vertigem de transformação, você tem em 2020 uma reafirmação do jornalismo como algo crucial para a informação verdadeira e para a democracia. Você tem o jornalismo como algo que é central, é da tessitura da democracia. Essa reafirmação de valor do jornalismo em 2020, para mim, é um fenômeno realmente a ser comemorado.

Para ficar uma coisa organizada, fale sobre sua trajetória no jornalismo.

Jornal da Bahia, 1969 até 1971. Depois de alguns meses na Tribuna, a partir de 1972, volto para o Jornal da Bahia que somo com a sucursal de O Globo. Fi-

quei no O Globo até começo de 1976, quando mudei para o Rio. Comecei a fazer mestrado na UFRJ antes de ser presa e só terminei em 1987. Minha dissertação foi sobre "O off no jornalismo econômico". Passei o ano de 1976 no Rio, em O Globo e fazendo mestrado. Voltei para a Bahia durante a licença de gravidez, onde fiquei até o começo de 83, quando voltei para o Rio. Trabalhei na revista Senhor, de Mino Carta, ao mesmo tempo em que concluía o mestrado. Da Senhor, Ricardo Noblat e Patinhas (João Santana) me chamaram para ir para Brasília. Fiquei no Jornal do Brasil de 1985 a 1987. Cansada do jornalismo econômico, pedi demissão e passei um ano no Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância. No final de 1987, o CNPq me chamou e assumi a revista do CNPq em São Paulo. De lá, fui para a Gazeta Mercantil montar, encorpar a editoria de Tecnologia. Foi quando tive a oportunidade de conhecer a Fapesp, onde fui trabalhar em seguida. Fiquei 20 anos lá. Em 1999, o boletim que fazíamos virou a revista Pesquisa Fapesp. Em 2014, concluí que a revista já podia andar com as próprias pernas e decidi fundar um projeto maluco para falar de ciência para jovem e pobre. É nessa agonia que estou até hoje. Chama-se Instituto Ciência na Rua. Sou diretora-presidente e continuo na batalha desesperada por dinheiro [risos].

O futuro do jornalismo está mais em que campo?

Boas reportagens bem investigadas continuam fazendo um serviço enorme à sociedade. Essas agências novas que surgiram, como a agência Pública, um jornal como o Nexo ou um veículo como Outras Palavras, o tipo de jornalismo que o Caco Barcellos faz com a turminha dele na Globo mesmo... Você tem várias ilhas de excelência, mesmo quando o *The Intercept* bota todo aquele negócio para fora e aí os jornais começam a trabalhar conjuntamente para botar os podres todos pra fora, você percebe que, se você tem investigação de qualidade e narração de qualidade, tem um jornalismo que não é substituível por nada. Seja qual for o suporte, papel, digital, esse compromisso fundamental com a verdade factual, a capacidade de investigar, de narrar, torna o jornalismo algo imorredouro. Acho que o jornalismo não está fadado a morrer, não. É claro que, se a gente não conseguir restaurar uma democracia no Brasil, por exemplo, o futuro, é muito sombrio. Mas, se a gente conseguir fazer de novo uma sociedade democrática e levar isso à frente - mesmo já sabendo que no Brasil existe quase 30% da população se aproximando das teses autoritárias e fascistas da extrema-direita - a gente consegue caminhar. O meu desafio, por exemplo, é como falar de jornalismo de ciência para os jovens da periferia e como fazer esses jovens descobrirem a Ciência, narrarem de outras formas aquilo que lhes interessa nas informações da Ciência. O problema é que a gente precisa descobrir formas de financiar o jornalismo vinculado a essa questão democrática. ■

*Lua cheia, música boa
e vista privilegiada*

SÉRIE
Lunar
Temporada 2022

De maio a dezembro,
no Auditório Samuel Celestino.

PROGRAMAÇÃO:

- 18/05 - Mario Ulloa
- 15/06 - Quinteto de Sopros da UFBA
- 13/07 - Duo Sá-Cramento
- 17/08 - Duo Tota e Teca
(especial 92 anos da ABI)
- 14/09 - Madrigal da UFBA
- 11-10 - Duo Cello e Violão
(Suzana Kato e Diego Esteves)
- 09/11 - Orquestra de Violões da UFBA
- 07/12 - Concerto de Natal, Madrigal da UFBA
e convidados



Associação
Bahiana de
Imprensa



Escola de
Música da
UFBA



FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

Mário de Melo Kertész fez o caminho inverso de muitos radialistas e jornalistas que se tornaram políticos. Prefeito duas vezes de Salvador - a primeira de forma “biônica” (entre 1979 a 1981), indicado pelo então governador Antônio Carlos Magalhães. Na segunda, já rompido politicamente com ACM, foi eleito pelo voto direto (1985 a 88). Só depois enveredou no ramo da comunicação. No início, convidado por amigos para gerenciar o Jornal da Bahia, o que não deu certo. Depois, junto com a família, adquiriu a Rádio Jornal do Brasil de Salvador, rebatizada primeiro como Cidade e depois Metrôpole. Começou como administrador, virou âncora e entrevistador, e transformou a rádio numa das mais importantes emissoras jornalísticas da Bahia, abrindo o microfone para articulistas e personalidades políticas de todos os matizes, tendo entrevistado vários presidentes e ex-presidentes da República. A Metrôpole também ficou conhecida como formadora de profissionais de comunicação, graças ao estilo de Kertész de dar oportunidades a novos talentos. Neste depoimento à jornalista Carol Assis, ele fala como se deu a transição do político para o comunicador e revela detalhes das suas relações com nomes do governo e da oposição com quem conviveu a partir da década de 1960.

Minha virtude única foi *dar* *oportunidade* *às pessoas*

O que motivou seu afastamento da política e entrada na comunicação?

O que motivou foi estar sendo demonizado. A campanha do jornal A Tarde contra mim foi muito séria. Chegou a dizer que eu desviei 200 milhões de dólares. O orçamento da Prefeitura nos três anos em que fui prefeito [pela segunda vez] era menos de 200 milhões de dólares. Como é que desviei 200 milhões? Um negócio terrível. Vi que não tinha espaço [na política]. E como sempre gostei muito de comunicação, resolvi. Primeiro, fui convidado para dirigir o Jornal da Bahia. Muita gente pensava que eu era o dono do Jornal da Bahia. Nunca tive uma ação do Jornal do Bahia.

Quando foi a época dessa perseguição?

No fim da segunda gestão de prefeito. Nessa segunda gestão [1985-1988] juntei a melhor equipe que a Prefeitura de Salvador teve em todos os tempos: João Filgueiras Lima (Lelé), Lina Bo Bardi, Roberto Pinho, Antônio Risério. Gilberto Gil foi meu secretário de Cultura. A Eliana Kertész foi secretária de Educação. Uma equipe realmente fantástica. Muito melhor do que eu, todos eles, todos, sem exceção.

Qual a origem dessa briga com o A Tarde?

Eu me dava super bem com Cruz Rios, Jorge Calmon, que é uma figura admirável sobre alguns aspectos. O jornal A Tarde era tão poderoso que achava que mandava em tudo. Certo dia Jorge me disse: “Mário, como é que está a sua sucessão?” Digo: Estou tentando conversar com o Waldir, com o Roberto

Santos. Ele: “Ah, eu queria participar disso também”. Eu: Ah, acho perfeito. Agora vamos fazer o seguinte: caso você for fazer alguma mudança importante no A Tarde, pode me chamar que também quero participar. E isso começou daí. Quiseram me vender o prédio onde hoje está o [Hotel] Fasano por um preço altíssimo, deixando para a Prefeitura inquilinos que estavam lá há 40 anos e que tinham que ser indenizados etc. Não topei. E aí, pronto. Começaram uma campanha muito forte, terrível.

Ficou alguma mágoa do jornal A Tarde daquele período?

Não, magoa, não... [ri em tom irônico]. Tenho os recortes todos e dou muita risada, agora. Eles começaram a me sacanear quando casei com a Eliana. Eu era casado, antes, com Alzira, mãe do meu primeiro filho, Sérgio. Grande figura, está viva, minha amiga até hoje, mas o casamento não deu certo. Naquela época, não havia divórcio. Sou judeu e quando casei com Alzira, casei só no civil, não no religioso. A família de Eliana era mais tradicional. Naquela época, rapaz, você namorar com um homem desquitado era uma coisa terrível. Quem me ajudou foi Dom Eugênio Sales, cardeal daqui, uma das grandes figuras da Igreja. Um dia fui procurá-lo. Dom Eugênio, estou com esse problema assim, quero me casar, a família de minha mulher quer isso. O senhor, me ajuda? Não sou casado no religioso. Ele disse: “Vou ajudar”. Cruz Rios botou no jornal A Tarde, na coluna Tempo Presente: “Desquitado casou-se. Será que o futuro

governador sabia do casamento de uma futura autoridade dele, que é desquitado e se casou?”. Faltavam poucos dias para Antônio Carlos Magalhães assumir o governo e eu a Secretaria de Planejamento. Ele deu tanta risada...

Voltando à sua passagem pelo Jornal da Bahia. Quais as circunstâncias de ter ido pra lá?

Um grupo de amigos pegou o Jornal da Bahia, que estava no chão, e me pediu para dirigir. Eu trouxe uma equipe fantástica. O editor-chefe era João Santana. Tinha pessoas que fizeram projeto gráfico da melhor qualidade, os melhores colaboradores. Mas acontece que o mercado baiano é, excepcionalmente, fraco para leitura de jornal. Não conseguimos entrar no mercado para sustentar esse projeto. O Jornal da Bahia foi, ao tempo dele, um jornal revolucionário. Com a briga com ACM entrou em decadência. Foi quando fui convidado para dirigir o jornal. A gente fez um projeto que, graficamente e do ponto de vista jornalístico, era inovador, mas não deu certo. Não havia viabilidade financeira.

E aí surgiu a rádio...

Sim. Na época se chamava Rádio Cidade. Tocava somente música como as outras FMs. Mas achei que não ia por aí. Resolvi introduzir notícias. Comecei como um âncora, sem me identificar. Primeiro, fiz um programa de meia hora, pela manhã, em que dois radialistas liam as notícias e eu comentava. Ninguém sabia que era eu. [Diziam] “A imprensa não tem que comentar”. Eu: Espera aí, a gente está dando os dois lados da notícia, mas tem um âncora que se expõe e que dá opinião pessoal dele. As pessoas acabaram se acostumando. Só depois me apresentei. No princípio foi difícil. Eu não conseguia quem quisesse dar entrevista. Com o tempo, a gente venceu. Quando introduzi o ouvinte, falando livremente, mudou mais ainda e serviu muito como um *feedback*.

Esse novo formato de rádio tem alguma inspiração?

Sim. Um dia estava conversando com o meu irmão, Eduardo, uma das figuras mais importantes da minha vida, e com David Raw, um homem de televisão e de rádio fundamental na história do Brasil, inteligentíssimo. Eu dizendo para eles: Não me conformo com esse negócio da gente ser



◀ O prefeito Mário na solenidade de posse do seu secretário municipal de Cultura, Gilberto Gil.

Na segunda gestão, juntei a melhor equipe que a Prefeitura de Salvador teve em todos os tempos.

um “vitrolão”. Davi disse assim: “Por que você não transforma num formato de AM, que tem outros tipos de programa e tem também notícias?” A partir daí, Eduardo começou a desenvolver mais ainda. Foi assim que surgiu.

Como sua família adquiriu a emissora?

Não foi difícil. Na época, o Jornal do Brasil estava em plena decadência. Eles quiseram vender de qualquer jeito [a rádio]. Estavam precisando de recursos para poder tentar segurar o jornal. Então, foi uma negociação relativamente fácil. Nós compramos a rádio, que ficou durante algum tempo funcionando como Rádio Cidade e depois mudou para Metrópole.

Como avalia as mudanças no rádio com a internet?

Nós sempre - até por uma característica pessoal minha que eu herdei do meu pai - fomos extremamente avançados e ousados em tecnologia. Agora, lembro o seguinte: para se fazer um programa de rádio, eu tinha que ser radialista. Fiz curso de pós-graduação. Ia todas as noites para a Fundação Visconde de Cairu (localizada no bairro nos Barris) já tendo sido prefeito duas vezes. Bom, o rádio mudou [se adaptou com a internet] porque sempre foi importante. Tem uma coisa que ninguém tem: instantaneidade. E você não precisa parar o que está fazendo para ouvir rádio. A televisão você precisa e hoje tem mil alternativas. O rádio, não.

O case Metrópole é estudado na Academia. Já formou vários jornalistas. Você tem consciência da importância da emissora?

Eu detesto me superestimar, sabe? Acho que a minha virtude única, no caso, foi dar oportunidade às pessoas. E liberdade de criar, inovar. Acho que o importante foi isso. Porque por lá passou muita gente que achava que não ia para a frente, que eu não sei o que e tal. E muitos deles, até hoje, dão depoimento, tipo assim: “Eu chegava para Mário com um projeto maluco e ele dizia: faça”. Gosto de dar incentivo.

Como foi a trajetória do político antes de entrar na comunicação?

Meu professor de finanças no curso de Administração da UFBA, Luiz Sandes, me levou para trabalhar com ele, no fim do governo Lomanto Júnior. Eu tinha 22 anos, casado, um filho. Depois, em 1967, Antônio Carlos Magalhães foi escolhido prefeito de Salvador e chamou Sandes para ser Secretário da Fazenda. Ele me colocou como chefe de gabinete. Quando Sandes viajava, eu despachava com o prefeito Antônio Carlos por quem tinha horror. Eu era uma pessoa de esquerda, mas nunca pertenci a partido de esquerda, desde a faculdade. E ele foi um dos mentores do golpe de 64. Mas comecei a me aproximar dele. Quando vai ser governador, me convida, aos 26 anos, pra ser o Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Quando acabou o governo, [presidente Ernesto] Geisel o

nomeou presidente da Eletrobras, no Rio. Ele me chamou para ir para lá. Depois, voltou a ser governador, dessa vez escolhido pelo general Figueiredo, último militar do golpe de 64, e me nomeou prefeito de Salvador.

Dizer que Mário Kertész foi homem de confiança de ACM te incomoda?

Não, nem um pouco. Ele tinha muita confiança em mim. Provoquei o rompimento porque ele estava me desrespeitando. E fez todo tipo de perseguição que se pode fazer a uma pessoa, porque Antônio Carlos quando tinha um inimigo, não tinha limites. E eu não abri a boca para falar nada daquilo que sabia da intimidade dele. Uma questão de ética minha. Aquilo que eu soube quando era amigo, não tenho o direito de usar quando inimigo. Ele chegou num comício, na Boca do Rio, me chamou de “judeu fedorento”. Fez miséria, demitiu todo mundo que trabalhava comigo. Consegui que o Imposto de Renda mandasse um inspetor para vir aqui ver minhas contas, todas pessoais, foi um horror. Depois, quando encontrei com ele na casa de Jonival Lucas, nós nos abraçamos, choramos muito. Nós tínhamos uma ligação emocional. No meio da conversa eu disse: só queria deixar claro para o senhor o seguinte: fui para a oposição.

Eu já era prefeito eleito. Todo mundo me apertava: “Conta aquela história [de ACM], isso e aquilo”. Eu dizia: não sei. É uma questão pessoal minha. Aí ele virou para mim: “É, você é um homem de caráter”.

Qual foi o motivo da sua demissão de prefeito biônico?

Tomei posse em 79. Em 1980, faltando poucos dias para o Carnaval, eu disse a ACM que já tinha tomado todas as providências sobre a festa e que, durante o Carnaval, iria com Eliana para a Europa. Ele: “Não vai, não”. Como? “Candidato a governador não sai no Carnaval”. Olhei para trás e disse: Onde é que está esse candidato? “Você”. Nunca, na minha vida, com toda honestidade, pensei nisso. O senhor está falando sério? “Estou, sim”. E começou a incentivar muito isso, porque eu era jovem, me comunicava bem e estava fazendo uma administração bem vista pela população. Mas Antônio Carlos tinha uma insegurança, achava que, quando a pessoa tinha um potencial de crescer mais do que ele, ele cortava. Aí, começou a torpedear meus projetos, segurar dinheiro da prefeitura. Um dia fui no Palácio de Ondina e disse: Governador, o senhor está me boicotando? Sabe que sou seu liderado. Sei que o senhor já não me quer como candidato a governador e que já escolheu o Clériston [Andrade], mas deixe-me ficar na Prefeitura até o fim e pronto. Vou seguir minha vida. “Ah, Mário, que é isso, não! Não escolhi, não”. Ele nunca teve coragem de chegar para mim e dizer porquê. Passou 15 dias me tratando bem, depois começou tudo de novo. Um dia, ele dá uma entrevista ao jornal A Tarde: “Se o prefeito não apoiar Clériston, demito ele”. E como eu também sou genioso, o bicho pegou. No dia seguinte, A Tarde pergunta: “O senhor viu esse negócio?”. Vi sim. Se ele quiser me demitir, demita. Eu não vou renunciar. Não tenho porque renunciar, estou trabalhando. Fui convidado para ser prefeito. Ponto. Mas ficou um mal-estar enorme. Virei para ele e disse: Olha, preciso de dez dias de folga, vou para os Estados Unidos com meus filhos. “Está bem..” Quando cheguei lá, vi

► Ao lado, o jovem secretário estadual de Planejamento comanda reunião da pasta.

▼ Abaixo, como prefeito, recebendo visita de Madre Teresa de Calcutá. Presentes: ACM e bispo Dom Thomas Murphy. Ao lado, numa inauguração em 1980, com governador ACM, o vice Luiz Viana Neto e o monsenhor Gaspar Sadock.



FOTOS: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

que não tinha mais condições de continuar. E aí, quando voltei, pedi uma audiência. Fui em Ondina, um carinho danado e eu: Vim aqui dizer que não vou apoiar Clériston. E como o senhor disse que me demitia, vim aqui para o senhor me demitir. Ele tomou um susto. [risos]. “O que é que você vai fazer?” Não se preocupe. “Você não quer ser presidente do Desembanco?” Não. Não vim pedir emprego ao senhor. Numa boa, sem problema nenhum.

Quem o senhor apoiou?

Resolvi apoiar a oposição. Eu não podia ser candidato porque já estava no partido dele [ACM], que não ia me dar a legenda. Voltei para a Eletrobras. Então, procurei Roberto Santos. Consegui, com a TV Aratu, fazer um pronunciamento de oito minutos, durante o Jornal Nacional. Foi brabo em cima dele. Deu uma repercussão imensa na época, um estrondo. Quando ele viu, ligou, na maior irritação, para o então presidente da Eletrobras, Costa Cavalcanti: “Demita este filho da puta!”. Daí Costa Cavalcanti, disse: “Não posso fazer isso”. “Por que?”. “Porque ele já pediu demissão.”[risos].

Se antecipou!

Claro! Esse gosto não ia dar a ele [risos]. Mas eu gostava muito dele. Tenho saudade dele até hoje. Sim! Bom, aí, Eliana aceitou ser candidata [a vereadora]. E a campanha: “Mário não pode ser candidato, eu posso”. Ela teve 90 mil e tantos votos. Uma votação que até hoje não foi superada. E a vida seguiu.

Essa votação foi um sinal claro, que os caminhos políticos estavam abertos para voltar à prefeitura?

Não. Foi um sinal de que as pessoas sentiram muito minha demissão e ficaram contra ele [ACM]. Mas não pensava, primeiro, porque não tinha eleição direta para a prefeitura. De repente, Tancredo Neves resolveu abrir a eleição. E, mesmo assim, eu não pensava. Estava no MDB, escorado lá. Fui colocado como segundo vice-presidente, encarregado da interiorização do partido. O MDB, na época, tinha um candidato natural, Marcelo Cordeiro. Aí, o Jornal do Brasil me liga: “Olha, saiu uma pesquisa e o senhor tem 77% da preferência para ser prefeito de Salvador”. Foi aí que acordei. Acabei ganhando a convenção do partido e fui eleito prefeito.



Essa segunda gestão foi marcada por conflitos e pela presença de Waldir Pires, que já estava no governo.

Quando fui eleito prefeito, em 1985, Waldir ficou com muito medo de que eu largasse a prefeitura para ser candidato a governador na eleição de 1986. Não pensei, não tinha nenhum tipo de planejamento. Talvez tivesse sido até o melhor caminho, mas não fui. Ele perguntava a todo mundo: “Mário vai ser candidato a governador?” Por incrível que pareça, ele tinha alguma coisa parecida com Antônio Carlos nessa coisa da insegurança, sabe? Ele me via sempre como um perigo e me escorou muito durante o governo dele. Para conseguir alguma coisa no estado era uma dificuldade. Depois, quando quis decidir sobre minha sucessão, todo dia falava com ele. Ele dizia: “Precisamos conversar”, mas nunca conversava. Até que um dia, eu disse no jornal: O governador todo dia diz que precisa conversar, mas não conversa. Aí ele me chamou [risos]. Mas não deu certo.

O que você considera um grande acerto político e um grande erro desse período?

O grande acerto que tive foi escolher pessoas melhores do que eu. Ouvir essas pessoas, dar espaço para elas e não disputar nenhum pouco, nem me sentir apagado por nenhuma delas. É porque eu tinha uma certa segurança. Simplesmente, adorava trabalhar, por exemplo, com o Lelé, com Lina Bo Bardi. Com o Gilberto Gil, Roberto Pinho. João Santana! Eram pessoas que davam ideias. Um dos erros, e foram muitos: primeiro, logo que comecei a ter um certo

[ACM] fez todo tipo de perseguição que se pode fazer a uma pessoa, porque Antônio Carlos quando tinha um inimigo, não tinha limites.

poder de secretário de Planejamento, em alguns momentos, fui arrogante com algumas pessoas. Depois, pedi tanta desculpa. Infelizmente, o poder, até você centrar a cabeça, amadurecer, às vezes, faz a gente fazer coisas terríveis. Tenho um enorme arrependimento disso.

Aos 78 anos, cinco filhos, nove netos, como é que tudo isso te constitui como cidadão, como pai, como profissional?

Tenho que agradecer muito à vida. É claro que todo mundo passa por dificuldades, por dores, por desencantos, mas não posso me queixar da vida [emocionado]. Meu pai era engenheiro, húngaro, veio para o Brasil aos 23 anos por conta do antissemitismo. Minha mãe era judia sefardim. E eles se encontraram em Salvador. Nasci numa casa muito especial. Nessa casa tinha minha avó Rachel, mãe de minha mãe, uma figura muito marcante em minha vida, e os irmãos. Uma família grande que me deu oportunidade de estudar, de ter acesso à cultura. Eu frequentava os melhores concertos de música clássica. Na minha casa tinha disco disso tudo, papai tocava violino. É aquela história... aquela música “*Gracias a la vida que me ha dado tanto*”... Depois, consegui ter uma família, meus 5 filhos, meus 9 netos são a coisa mais importante da minha vida. É muito mais do que eu pensei e muito mais, certamente, do que mereci. Chegar aos 78 anos ainda lúcido já é uma grande coisa. Estou pronto para qualquer coisa. Para continuar na luta ou, se não for, para me despedir dela também. ■

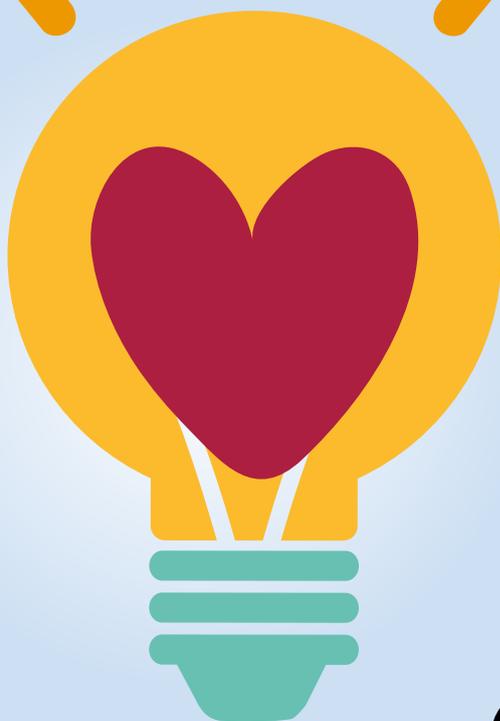
SUA DOAÇÃO DE AMOR TRANSFORMA MILHARES DE VIDAS!

Ajude as Obras Sociais Irmã Dulce através da sua conta de energia.

Escolha como deseja realizar seu cadastro: ligue para a nossa **Central de Relacionamento com o Doador (71) 3316 8899** (de segunda a sexta), ou cadastre-se virtualmente pelo site **www.irmadulce.org.br**.



OBRAS SOCIAIS
IRMÃ DULCE



NEOENERGIA
COELBA



Moacir da Motta e Silva Ribeiro completou 86 anos em janeiro de 2022 e permanece como uma lenda entre os jornalistas que atuaram na antiga editoria de Polícia dos jornais impressos de Salvador. De estilo único, atuou 35 anos a partir de 1962, apurando as notícias mais chocantes do submundo do crime. Muito antes do “repórter *full time*”, Moacir não titubeava quando era preciso passar dias atrás dos personagens que povoavam suas reportagens empolgantes. Mesmo que para isso fosse necessário frequentar o baixo meretrício ou testemunhar tiroteios e fugas espetaculares. A passagem de Moacir Ribeiro pelo Jornal da Bahia coincidiu com a ascensão, fama e queda de Manoel Quadros, o chefe do “Esquadrão da Morte” no estado. E isso levou o jornalista a denunciar os inúmeros crimes de Quadros, a existência de uma “máfia” dentro da Secretaria de Segurança Pública da Bahia onde vários integrantes atuavam como pistoleiros de aluguel ou associados aos mandantes de crimes. Mesmo sabendo do risco de suas reportagens, e alertado por parentes e amigos para deixar aquela vida perigosa, Moacir seguiu em frente. Considerava o jornalismo policial uma “cachaça” e assumiu o papel daquela pessoa que vai buscar os fatos do submundo da cidade para que os ‘cidadãos de bem’ possam evitá-los. O depoimento de Moacir Ribeiro, cheio de histórias e aventuras de um jornalismo que não existe mais, foi ao jornalista Valber Carvalho.

Eu pegava os fatos do lado *escuro* pra orientar o *claro*,

Quando veio a ideia de ser jornalista?

Não era formado. Meu irmão, Kleber, já trabalhava no Jornal da Bahia. Em 1962, um dia, ele me chamou para ir para lá. No dia que fui, Joca [João Carlos Teixeira Gomes] mandou fazer a cobertura na Delegacia de Jogos e Costumes. Fiz matéria de um *hippie*, que foi preso e depois mataram no xadrez. E, assim, entrei no jornal.

Você já tinha 28 anos, o que fez antes do jornalismo?

Trabalhei na Petrobras, fui torrista. Fiquei um tempo na Coelba, depois trabalhei na Pneumac.

Quando chegou no Jornal da Bahia, quem é que estava na editoria de Polícia?

Glauber Rocha já estava lá, fazia polícia. Minha mesa ficava ao lado da dele.

Ele era editor? Por que quando ele sai para fazer filmes, você...

Quando Glauber saiu, eu assumi a editoria. E aí continuei até 1994. Entrei em 1962, assumi a editoria em

1963 e fiquei até 1994. A criminalidade estava desenfreada em Salvador. Manoel Chaves Quadros, chefiava a Secretaria de Segurança. Mandava no secretário. Foi quando começou a saga de Manoel Quadros, com as mortes do Sargento Altino e Cabo Pernambuco, dois pistoleiros. Participavam do grupo de Quadros. Foram mortos porque abriram o bico. Queima de arquivo.

Qual foi a sua atuação nisso aí?

Passei a acompanhar os crimes de Quadros até a fuga do pistoleiro Antônio de Dina, da Casa de Detenção, com o alvará falso. Inclusive, tinha um radialista que dava o "serviço" para Antônio de Dina. Nilton Spino-la Cardoso. Antônio de Dina foi a Nilton e deu uma entrevista falando sobre Urbano Neto, que tinha sido mandante do assassinato de Lincoln Martins, em Jequié. Depois, deu entrevista a Souza Castro, do A Tarde, e apontou o dedo falando sobre as ajudas que tinha da imprensa e sobre Urbano de Almeida Neto e Manoel Quadros. A partir daí, se armou uma caçada a Antônio de Dina. Ele foi preso. E, na Casa de Detenção, saiu com um alvará [de soltura] falso. Quan-

do soube que Dina tinha fugido para Alagoas, viajei para Maceió. Queria entrevistá-lo, saber dele porque Quadros queria matá-lo. Ele estava em Serra da Prata, ficava no agreste alagoano. Floro Gomes Godoy era outro chefe de bandido daquela região. Eu levava um cartão do advogado Germano Monteiro, que me deu salvo conduto para Dina e Floro. Dina me conhecia. Começou a falar sobre a mulher, as duas filhas, a dificuldade de estar ali sozinho, a vontade de vê-las e ficou nessa conversa. Falou sobre a fuga dele, a certidão falsa, que o tiraram da prisão para matá-lo. Isso foi no início de 1963.

Você já tinha assumido a editoria?

Era o chefe da editoria de Polícia, mas eu fazia todas as reportagens, não tinha esse negócio de não fazer... O jornal não dava apoio. Só pagava meu salário. João Falcão era mão dura. E eu não dizia onde ia. Eu fazia por livre vontade e por mim próprio. Não tinha esse negócio, não. O jornal não pagava nada extra. Pagava o salário normal.

Como justificava os dias que ficava fora?

Eu não dava satisfação a ninguém. Tinha liberdade para fazer o que quisesse. Eles me exploravam mesmo...

E Antônio de Dina contou mais o quê?

Falou sobre os crimes, sobre a morte de Lincoln Martins, quem mandou matar. Terminada a entrevista, me deu uma carta para a mulher dele. No dia seguinte, 2 de janeiro, por sorte, resolvi sair. Fomos pra Bom Conselho, deixei o advogado lá. No dia 5 de janeiro, Manoel Quadros, Valdemar Conceição, Napoleão Cunha e João Ramos Fernandes, armados, invadiram a fazenda. Duas metralhadoras. E foi tiro, *mermão*.

Eles foram resgatar Antônio de Dina?

Pra matar. Eu tava em Bom Conselho quando soube do tiroteio. Imediatamente voltei. Rapaz, tava uma carnificina. Muita gente ferida, muita gente baleada. Quando eu entro na casa de farinha, olha Dina morto. Eu tomei um choque tamanho. Fui examinar o cadáver e estava sem os dedos indicadores. Em Salvador, na secretaria, estava a maior festa. Francisco Trindade, secretário de Segurança Pública, um cara estúpido, grosseiro, presente. Na entre-

vista havia vários repórteres. Entro no gabinete e chega Quadros, com metralhadora na mão, revólver na cintura e um pacote com um lenço branco enrolado. Trindade dá entrevista dizendo que a morte de Dina foi pelos companheiros após descobrirem que ele era ladrão e tinha roubado uma carga da Brasil Luso. Distorceu o fato todo da diligência de Quadros. Só fiquei escutando... No outro dia, eles receberam a “galinha pulando” no jornal. Conteí todas as mentiras deles. Nessa entrevista, Quadros entregou na mesa os dois dedos [decegados] e disse: “Aqui, secretário, quero ver esse homem apontar mais o dedo para alguém”. E botou na mesa, na vista dos repórteres. Ninguém noticiou isso, só eu.

Essa reportagem lhe guindou ao patamar mais elevado no meio do jornalismo policial?

Nunca houve isso. Eu tinha bom relacionamento com os colegas e ninguém sentia que eu queria aparecer. Queria era fazer meu trabalho com seriedade, respeito, dignidade. Eles sentiam isso.

Quadros passou a ser o seu grande inimigo?

Não sei se era meu inimigo em si. Esse cara era um perigo. Invadiu a Secretaria de Segurança em 20 de julho de 1978. Queria matar o secretário Luiz Arthur de Carvalho. Eu estava na assessoria de imprensa. Quadros passou para subir ao segundo andar. Tirou o revólver e disse: “Secretário, o senhor quer me matar, vai me mandar para penitenciária?”. Ele achou que Luiz Arthur tinha dado ordem para ele ir pra penitenciária quando saiu uma de suas condenações. Luiz Arthur entrou em luta com ele, segurou a mão de Quadros, tomou o revólver, picou-lhe na testa. Chegou João Russinho e outros policiais, seguraram Quadros que desceu as escadas algemado. Resultado: Quadros foi para penitenciária. E de lá, numa noite, fugiu espetacularmente. Foi para Itacaré e ninguém nunca o prendeu. Ficou lá até morrer, morando na casa da filha.

E você o encontrou sem querer?

Não sabia nem que ele estava em Itacaré. Entrei numa loja para comprar um pente. Quando eu saí, vi Quadros. E me reservei. Não sei se me viu.





Manoel Quadros meteu o revólver em minha cabeça, dentro da secretaria, no térreo, onde funcionava a Furtos e Roubos.

Quantos atentados você sofreu?

Nenhum atentado nesse período. Um dia Quadros chegou em minha casa, em Quintas. Estava com um amigo na varanda, mais ou menos umas 4, 5 horas, tomando umas cachaças no fim de semana, quando chegam Quadros e Alarico. E não foram para me fazer mal nenhum. Quadros virou para mim e disse: “Rapaz, vim saber onde é que você se esconde. Uma hora dessas eu venho aqui lhe achar”. Foi a única coisa que ele disse. E foi embora. Não fizeram nada. Foi no período do depoimento da morte de Gaguinho, sequestrado por Quadros, Alarico e mais dois policiais.

Outras pessoas da sua família ou colegas seus devem ter dito: “Moacir, pule fora”.

Os colegas meus diziam para eu pular fora desse negócio, que aquilo não ia dar camisa a ninguém. Não diziam que eu ia morrer, talvez, para não me assustar [risos]. Toda vez que me diziam qualquer coisa, eu respondia: tá certo, não vou fazer mais. E fazia no outro dia. Era o que eu gostava. Só teve uma vez em que estive com Quadros e pensei que ia morrer: quando ele meteu o revólver em minha cabeça, dentro da secretaria, no térreo, onde funcionava a Furtos e Roubos. Ele tinha aplicado um “crísté de pimenta” num preso. Era uma garrafa cheia de óleo que metia no cara, quebrava o fundo e enchia de pimenta. Quadros sai com o revólver, possesso, mete na minha cabeça. Floriano Ferreira viu aquilo e veio em minha

defesa. “Solte o menino, rapaz, solte o menino!”. Meteu o revólver em cima de Quadros. Ele me soltou. Saí e fui embora. Floriano era policial, mas era um policial íntegro. Foi quem me salvou. A saga de Manoel Quadros começou em 1960, com a morte de Sargento Altino e Cabo Pernambuco, e terminou em 1979, com a prisão dele na penitenciária. Foram 19 anos.

Qual era a sua rotina de trabalho?

Eu tinha muitos informantes. Filtrava pelo procedimento deles comigo. Seleccionava os bons e tinha em mente porque eles me ajudavam. Era difícil o trabalho dentro da secretaria porque todos estavam envolvidos. Poucos estavam afastados, uns cinco ou seis, no máximo, uns dez policiais não estariam envolvidos com aquela máfia. Quadros era o grande chefe na polícia, com secretário, com tudo. Ele entrava no gabinete a hora que queria, sempre armado. Era uma bagunça, mesmo na época de Joalbo Figueiredo. Joalbo começou a dar dura depois que Luiz Arthur começou a botar um freio em Quadros. Joalbo retrocedeu um pouco o comportamento e passou a evitar Quadros. Seu terreno era muito minado.

Como é que você sobrevivia a isso?

Eu tinha muito medo dessa situação. Quando entrava na secretaria, ficava olhando para tudo quanto é canto, pra ver como é que escapava. Tinha muito receio de uma emboscada em minha casa. Primeiro, por causa da minha família. Meu filho Paulo Moacir, por exemplo. Eu estava fazendo umas reportagens sobre Pedra Preta, fugas. Lá, encontrei um indivíduo cheio de feridas, jogado para morrer no pátio, sem cobertura, sem nada. Denunciei uma fuga que ocorreu logo em seguida. Fui com Anízio de Carvalho, fotografar a fuga, porque eu sabia que ia haver naquela madrugada. Haviam me informado lá dentro. E um dia, isso em 1974, um indivíduo me espera de tocaia em casa. Na hora que estacionei o carro, ele, atrás de uma mangueira, deu dois tiros. Paulo Moacir saiu com o rifle e foi bala pra lá, bala pra cá. O cara caiu fora. Foi o único atentado que sofreu.

Como foi a sua relação com o coronel Luiz Arthur de Carvalho?

Tinha uma excelente relação com ele. Eu o idolatrava porque ele botou ordem naquela secretaria. Antes de Luiz Arthur, era uma balbúrdia danada. Caladão. Não tinha pose de chefe.

Você foi um jornalista boêmio?

Sim. Frequentava o [bordel] “63” quase toda noite, o Tabaris...sempre frequentava esses lugares porque tinha muitos informantes. Já saía dali cheio de matéria. Vivia o submundo. Era um negócio, rapaz. Era uma vida.

Qual era a sua grande motivação de adentrar esse portal do submundo para ir lá ver e contar pro lado de cá?

Como se tivesse dois mundos: um claro e um escuro...
E havia dois mundos: um claro e outro, escuro. Eu pegava

do lado escuro para orientar ao claro, pro claro não chegar no escuro. Era uma loucura.

Na noite de 1º de abril de 1964, o Jornal da Bahia foi invadido por militares. Você estava lá trabalhando. Conte essa história.

Estavam de plantão eu, Nelson Cerqueira e o telegrafista, quando, lá pras tantas, um médico, que era informante do Exército, um oficial e soldados invadiram o jornal. Queriam ver o que o jornal ia publicar no outro dia. Eu saí, fui chamar [o editor-chefe] Joca [João Carlos Teixeira Gomes] na casa dele, na Barra: Joca, desgraçado, o jornal está sendo invadido! Voltei para o jornal. Os caras estavam na oficina olhando o que seria publicado - e foi censurado. "Isso aqui não pode sair". Eu tinha feito uma matéria durante o dia com [governador] Lomanto [Júnior]: "Cairei com Jango", era a manchete do jornal [risos]. Foi por isso que Lomanto quase cai. Joca chegou umas 2 da madrugada. Logo depois, chegaram dois diretores, que não me lembro... João Falcão não se metia nessas. Joca falou com o oficial, o médico quis intervir, Joca mandou ele calar a boca, etc. Lá pras tantas, Joca disse: "O jornal tem que dar satisfação aos assinantes!". Não dava nem para modificar as matérias. Aí ele disse: "Sai tudo em branco!". Foi a ordem. Joca disse: "Para não haver engano, assine aqui dando a ordem". O oficial deu. No outro dia o general Sucupira, eu acho, chamou esse oficial e deu um esporro retado.

Você acha que fez escola? Que outras pessoas seguiram os seus rastros?

Ninguém seguiu meu estilo de trabalho. Eu gostaria que tivesse seguido. Ia fazer sucesso hoje. Mas ninguém seguiu minha dedicação, meu empenho. Não vejo no jornalismo policial. Nos demais, eu não sei.

Quem foi a sua grande referência, quando você começou a militar no jornalismo policial? Quem era o cara que você seguia a trilha? Por exemplo, Jehová de Carvalho?

Jehová era meu amigo. Um cara espetacular, brilhante advogado, mas não me inspirei nele, não. Nem em ninguém [risos]. Eu fazia por fazer. Não tinha seguidores.

De alguma forma, esse tipo de atuação, quando você não fazia o jogo dos caras barra pesada, você conquistava também a simpatia da bandidagem?

Ninguém seguiu meu estilo de trabalho. Eu gostaria que tivesse seguido. Ia fazer sucesso hoje.

Eu sentia. Tenho uma passagem muito interessante. Era um Carnaval, não sei em que ano. Eu ia subindo a Rua Chile, antes do [cine] Guarany. Daqui a pouco, meu irmão, me cercaram. Uma porrada de vagabundos. Subi a Rua Chile escoltado por esses vagabundos. É um negócio que... porra, que coisa, rapaz... Não sei o que aconteceu. Um cara que estava no meio disse: "Vamos levar o homem lá em cima". Havia um reconhecimento de que eu não mentia e não ofendia a eles. No Maciel [zona do metrô], por exemplo, quando eu chegava, todo mundo me tratava bem. Quantas vezes almocei na casa daquelas mulheres?

E o jogo do bicho? Lembro de uma época da Tribuna que o bar O Abaixadinho foi metralhado. Você estava dentro?

Nós estávamos no passeio do Abaixadinho, que fica perto da Tribuna. Estávamos lá, sentados... Era um caso que eu estava fazendo. Eu sei que passou um carro e tomou-me bala. Uma rajada de metralhadora. E desapareceu.

Vocês estavam apurando a questão da chegada do jogo do bicho do Rio de Janeiro para tomar conta e ir matando o pessoal daqui.

Exatamente... era isso que eu estava apurando: a morte do cara que foi assassinado na boate Bual'Amour.

Como era a relação de vocês com Joca, sobretudo porque vocês faziam farra juntos, mesmo sem comprometer a situação de chefe de vocês?

Olha, Joca, como líder nosso... A nossa união não tinha chefia, não tinha nada. Quando a gente estava tomando cachaça, era todo mundo igual. Não tinha superioridade, não. Todo mundo era igual. Joca é fantástico, de um caráter notável.

Quando você saiu do jornal, foi uma decisão sua? Foi demitido? Como é que foi tanto tempo de convivência, de 62 a 92?

Um dia, Mário Kertész chegou na redação e disse que o jornal estava fechado. Foi a

maior decepção que eu passei, um choque. Vander Prata, que era o chefe do jornal, chorou. Fui o único jornalista que não tinha limite de laudas para publicar. Isso criou uma revolta entre os colegas. Eles se chatearam comigo. Eu tenho recorte do jornal, ele dizendo que me concedia isso.

Eu queria que você definisse a sua vida profissional. O que aconteceu, se valeu a pena, se não valeu.

Eu só tenho a agradecer à ABI e à Câmara de Vereadores os estímulos que me deram, as várias homenagens que me fizeram. Eu agradeço e sou sempre agradecido. Quantas reportagens por mim feitas no Jornal da Bahia e no Bahia Hoje, em situações diferentes, em ocasiões distintas, são flagrantes ou ecoam os rumores da rua. A selvageria da tragédia humana. São relatos de um passado não muito distante, mas do qual fui autor, espectador, representando o dramático da vida. Só isso.

Quanto tempo você ficou no Bahia Hoje e como foi a aposentadoria?

Enquanto o Jornal da Bahia passou calote em todos nós, jornalistas, o Bahia Hoje cumpriu rigorosamente. Pedro Irujo, no dia em que eu pedi demissão, mandou que passasse na sessão pessoal que tinha uma coisa lá para mim. Quando chego lá, foi o dobro da minha indenização. Foi de uma lisura espetacular comigo. Eu estive no Bahia Hoje de 1994 a 97. Não houve convite. Eu me ofereci para trabalhar e fui logo aceito. Não havia como negar, eu fui para trabalhar mesmo. Já entrei como editor no Bahia Hoje. Quando saí do Bahia Hoje, encerrei a carreira.

Hoje, como você vê esse segmento, essa editoria do jornalismo policial?

O jornalismo policial desapareceu. Hoje, já não existe. O que existe são interesses. Ver o noticiário da Globo, é um absurdo. O repórter policial, hoje, se acomodou de uma forma que vive de informação que colhe na assessoria de imprensa. Não sai mais a campo. É uma vergonha. Eu represento um período que passou. ■

NOVA CARTEIRA

Seja a renovação que nossa luta precisa



venha para a ABI

Acesse o
formulário
de filiação





FOTO: CAROL ASSIS / DIVULGAÇÃO

Formado em Ciências Sociais e Jornalismo, Reynivaldo Dantas Jacobina Brito, que completou 79 anos em junho de 2022, faz um balanço positivo de sua jornada, mas se diz desencantado com o jornalismo atual, classificado por ele como “militante”. Perseguido pela ditadura pelo simples fato de, como escrevente e datilógrafo do Ministério da Educação, ter sido designado para registrar um congresso de Paulo Freire, em Salvador, Reynivaldo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou uma breve temporada, retornando a Bahia para trabalhar no jornal A Tarde. No primeiro dia, foi pautado para cobrir a visita do cineasta Pier Paolo Pasolini, às escondidas, à capital baiana. Pasolini estava acompanhado da cantora lírica e atriz Maria Callas. Deu a manchete do jornal, no qual ocupou várias funções ao longo dos anos, chegando a editor-chefe. Ele acompanhou a evolução técnica do diário, saindo do linotipo dos anos 1960 até a computação gráfica e a internet, trinta anos depois. Lembrou que, junto com um grupo de jornalistas de sua geração, dedicava a vida ao A Tarde, tendo dormido na redação em momentos críticos do noticiário, como a morte do presidente Tancredo Neves. Neste depoimento à jornalista Carol Assis, Reynivaldo fala de sua trajetória como jornalista e de sua formação no rígido Colégio Salesiano, que moldou seu estilo como professor na Faculdade de Comunicação da UFBA.

O jornalismo *perdeu* *descaradamente* *a verdade*, virou militante'

Quais são suas melhores lembranças de infância?

Tive uma infância muito rica, libertária, ninguém conseguia me conter. Desde jovem saía para caçar, pescar de manhã e, às vezes, voltava à noite. As grandes amizades que tenho foram as que fiz na infância, em Ribeira do Pombal. Nasci em Jacobina, mas finquei as minhas raízes e eu sempre me apresento como pombalense.

Nesse período do ensino médio já tinha vontade de ser jornalista?

Sempre tive aquela coisa de defender as pessoas e achava que depois de Ciências Sociais, que eu fiz, o Jornalismo era realmente o meu caminho. É uma profissão que, dia e noite, abraço com muita força. Mesmo aposentado, não consigo ficar parado.

Você estudou no Colégio Salesiano, depois no grupo Jesuítas. Teve essa educação conservadora, mas, ao mesmo tempo, foi uma base muito boa para os estudantes.

Muito boa e de valores! Pombal era muito atrasada, não tinha nem curso de Admissão na época. Fui fazer em Caldas de Cipó e depois vim ser interno no Salesiano, em Salvador, onde fiquei quatro anos. Era interno mesmo, parecendo presídio, uma rigidez muito forte. Depois, fui para Colégio Antônio Vieira, mas lá já era uma coisa mais soft. A gente já fumava, os padres reclamavam, chamavam para aconselhar, mas não existia castigo. Já no Salesiano, sim, cansei de ficar de castigo com outros colegas, de costas para a tela, dentro de uma sala de cinema. O pessoal assistindo filme, gritando horrores. Era uma tortura.

Depois dessa fase você passa no vestibular da UFBA.

Sim. Nesse vestibular passei em último lugar, a turma era só de 9. Final dos anos 1950 para 1960. Fui manter contato com o pessoal universitário a partir daí. Eu era um tabaréu, porque fiquei internado no Vieira, no Salesiano. Quando fui para o restaurante universitário era um movimento espetacular! Centenas de alunos, toda a universidade comia lá.

Quem eram os mestres daquela época?

Os professores eram grandes jornalistas. Quem teve a ideia de fundar o curso foi o Dr. Jorge Calmon, redator-chefe do A Tarde. Ele foi meu professor. Outros: Florisvaldo Mattos, Carlos Libório... O interessante é que não tinha aquela militância do professor ficar ali... Era uma coisa espontânea, do movimento estudantil que era livre. Às vezes, os professores ficavam até um pouco afastados. Hoje, ao contrário, é cooptação. Era muito diferente da universidade de hoje.

Você fez parte do movimento estudantil?

Muito. Eu era um dos delegados do Congresso de Ibiúna, onde foi todo mundo preso. Mas não pude ir porque trabalhava. Foi uma pessoa no meu lugar, que também foi presa. Foi a maior maluquice de Zé Dirceu [José Dirceu, militante de esquerda e ex-ministro do governo Lula] querer fazer um congresso estudantil numa cidade daquele tamanho. Parece esse negócio feito de propósito, para poder ganhar as manchetes de jornal. O pessoal sofreu muito porque foi uma prisão debaixo de chuva, debaixo de frio.

O que os estudantes estavam querendo?

Abaixo a ditadura. Nas ruas, em todo lugar, o que a gente mais queria era mais liberdade dentro das universidades. Existia, na realidade, é bom que se diga, uma tendência muito grande da maioria dos estudantes de implantar uma ditadura do proletariado. Então, era a troca de uma ditadura militar por uma ditadura do proletariado. Não sei qual é pior das duas.

Você chegou a sofrer perseguição?

Muita. Fui suspenso com alguns colegas, durante dois anos, do curso de Ciências Sociais. Então, mudei-me para o Rio de Janeiro, tentar a vida. Aqui, eu tinha um emprego no Ministério da Educação, era escrevente datilógrafo. Uma das razões por que fui perseguido é que teve um congresso com Paulo Freire, no Ginásio Balabinho. Eu era um funcionariãozinho da superintendência do MEC e fui designado para ficar datilografando os documentos da programação. Fui chamado não sei quantas vezes à Polícia Federal e respondi inquérito.

Como foi sua entrada no primeiro jornal?

Comecei a atividade de jornalista sendo assessor de imprensa de Oliveira Brito (meu primo), da Secretaria de Minas e Energia. Brito foi cassado pelo regime militar. Wilson Rocha, que assumiu a secretaria disse: “Olha Reynivaldo, você está se perdendo aqui. Você é um cara que tem talento, vou te indicar para meu irmão, Fernando Rocha, diretor do A Tarde”. No meu primeiro dia, chega a notícia que [diretor de cinema] Pier Paolo Pasolini e [cantora lírica] Maria Callas estavam hospedados no Hotel da Bahia. Doutor Cruz Rios, secretário de redação, disse: “Você vai fazer a cobertura de Pasolini e Callas!”. Eu: Não falo inglês. E ele: “Mas fala português”.

Como você conseguiu?

Dei a sorte de Pasolini estar no balcão de informações. Maria Callas já estava no quarto. Comecei a abordá-lo. Ele era um pouco agressivo com as pessoas. Colhi algumas coisas com o pessoal do hotel. Como ela [Callas] estava vestida... e fiquei esperando. Quando eles desceram para passear eu e o fotógrafo saímos atrás, até que concluímos a matéria, que eu achei que estava razoável. Duas vezes ele ameaçou chamar a polícia. Estavam sem segurança, sem nada. Só eles dois.

As agências de notícia haviam informado que eles tinham embarcado do Rio pra Roma...

Jornal do Brasil, Jornal da Manhã, todos deram que embarcaram para Roma. Aí o jornal A Tarde deu a manchete assim: “Pasolini e Maria Callas não foram para Roma, eles estão na Bahia”. No primeiro dia de trabalho dei a manchete de primeira página, sem nem estar empregado, sem ter conversado direito sobre a contratação, entendeu?

No primeiro dia dei a manchete de primeira página, sem nem estar empregado.



► Ao lado: Reynivaldo assinando ficha de filiação à ABI.
▼ Embaixo: Anos 70, recebendo prêmio de reportagem da ABI.



▲ Acima: Dividindo o troféu Ranulpho Oliveira com Chico Viana e Magno Cardoso.

Isso ajudou de alguma forma?

Deve ter ajudado. Comecei como repórter C, passei para repórter B, depois fui ser editor e subeditor. Depois, era o terceiro na diretoria. Tinha dr. Jorge, Cruz Rios, e o terceiro, eu. Quem tocava o jornal à noite era eu. Todos se reportavam a mim.

E como era, na época, lidar com essas questões de política?

Era um jornal de centro e queria ser um pouco independente, mas nunca conseguia ser completamente. Mas não era totalmente atrelado ao governo. Quando algum político queria pressionar, dr. Jorge ligava para combinar a manchete. Dr. Jorge tinha uma vida social muito ativa, ia para tudo que é casamento. Ele então se comunicava comigo. Às vezes eu dizia: Olha, Antônio Carlos [Magalhães] quer falar com o senhor! Ele: “Diga que não me encontrou, não falou comigo e que não vai falar mais comigo”. Veja que não era atrelado por isso. Às vezes dizia assim: “Hoje eu não vou falar com você. Vire-se aí e faça a sua manchete”.

► Com Dorival Caymmi na Lagoa do Abaeté.



▲ Acima: Na redação do A Tarde com Jorge Calmon e o prefeito Jorge Hage.



▲ Acima: Muito à vontade entrevistando João Ubaldo Ribeiro.

◀ Ao lado: Circulando nas palafitas da favela de Alagados.

Não sou contra a opção sexual de cada um, agora você não queira me impor a sua opção sexual.

Você trabalhou 17 anos na UFBA, quais as disciplinas que ministrava?

Ensinei Jornalismo Informativo e Prática Jornalística. Questão de redação, questão de abordagem, como entrevistar, a postura do jornalista. O problema da ética. Não era a matéria Ética, mas mostrando como deve ser o comportamento do jornalista e das situações que ele ia enfrentar. Foi uma boa convivência com os alunos. Não deixa de ter conflito, porque eu era um professor exigente. Aprendi no Colégio Salesiano os valores que a gente tem que respeitar: as pessoas, o professor, a mãe, o pai, os próprios colegas. Com o passar do tempo, peguei uma fase muito complicada, uma fase em que as drogas entraram firme na universidade.

Foi uma época de contracultura, todo mundo rompendo com algumas questões.

Questões de gênero também. Não sou contra a opção sexual de cada um, agora você não queira me impor a sua opção sexual. Então, você tem que respeitar os outros, fica mal se tivesse aqui um homossexual se beijando com uma mulher, mas hoje a gente vê ao

contrário. A gente vê essas pessoas com o propósito de agredir as outras. Eu me lembro que eu tive um problema com um [aluno], que foi diretor de um bocado de obra, dizendo que respeitasse os colegas dele, que eu não tinha nada com isso. Eu nem estava condenando ele, agora, ali, não era lugar disso.

Você passou por várias fases da comunicação. Saiu do linotipo, veio a modernização das redações. Do seu ponto de vista, como foi essa inserção da tecnologia nas redações?

A Tarde trabalhava com linotipo. Através da radiofoto, as fotos vinham com muita interferência e muito risco. No jornal, tinha um chargista russo, Nicolau Tchecko. Ele fazia uns retoques com nanquim e guache branco, porque as fotos vinham muito riscadas. O material impresso chegava das agências de notícias via telex. Depois, aquilo descia para o linotipo para fazer aquelas pranchas. E lá em cima ainda tinha que fazer a foto, o clichê. Cada clichê é separado. Então era um negócio muito artesanal e passível de erro. Os gráficos da época eram muito sindicaliza-

dos. Às vezes erravam de propósito, quando estavam com alguma questão. Aí tinha que revisar de novo. Na época, se você for examinar, os jornais têm muito erro de português, de composição. As pesquisas eram feitas de recortes de jornais, revistas etc. E depois A Tarde construiu a sede nova no Caminho das Árvores. Aquilo era tudo mato. Eu alcancei gente matando raposa lá no Caminho das Árvores. Onde o A Tarde está era um pântano. Eles aterraram e construíram a sede do jornal.

E a redação?

Quando eu fui para lá, ainda era máquina de datilografia. Só depois vieram os computadores. Aí foi um choque, porque nós não fomos preparados para receber o computador. Parecia que o computador ia assassinar a gente. Alguns não se adaptaram ou demoraram a se adaptar. Não peguei internet, o “senhor Google”. Fiquei no jornal até chegarem os netos de Simões Filho. Eles começaram a querer, sem entender nada de jornal. O que o jornal tinha de mais importante era um grande capital social, grandes jornalistas, sem menosprezar os outros, mas tinha editores capacitados. Aí eles começaram a hostilizar. Porque a gente tinha prestígio também na comunidade.

Credibilidade é fundamental.

O mais importante, de qualquer veículo de informação ou mídia, é a credibilidade. Perdeu a credibilidade, pode preparar a tampa do caixão. É o que a gente está vendo hoje. Os jornais sempre viveram com muita publicidade estatal, editais, as coisas... Quando os jornais se apertavam, recorriam à uma estatal, que dava uma página. Não era escancarado assim, mas sempre houve. Hoje, a gente está vendo que a mídia se transformou num consórcio. Por exemplo, vi um jornal, Folha de São Paulo, que divulgou a morte da rainha da Inglaterra. Como é que, em plena internet, em plena instantaneidade que a gente tem hoje, um jornal dá uma “barriga” dessa? Foi o maior erro que vi no jornalismo! Justo no auge da internet, da rede social. Outro dia, saiu que a escola de samba Gaviões da Fiel ia botar o Bolsonaro como gay. Depois, a Gaviões deu nota desmentindo. Dou esses dois exemplos, porque isso tem se repetido numa quantidade enorme. Hoje, não importa mais a verdade no jornalismo. O jornalismo perdeu descaradamente a verdade. O jornalismo virou jornalista militante, entendeu? Cheguei a tirar 100 mil

exemplares, naquela época, no A Tarde. Era a maior [tiragem] do Norte-Nordeste. Acho que hoje não deve estar tirando 10 mil.

Lembra quando deu adeus às redações?

Foi um adeus triste. Eu fui demitido em pé. Quando chegaram os netos, eles trouxeram para a redação do A Tarde um sujeito para fazer uma espécie de *compliance*. Chamava as pessoas e tal, mas a realidade é que era para demitir todo mundo. Demitiu todos os editores e o jornal perdeu a qualidade. Porque [diziam] a gente estava lá, é porque perdeu a qualidade. Eu já esperava. Foram demitindo os outros e foram me deixando. Eu, macaco velho, já não tinha nada na minha gaveta. Certa vez, o neto Ranulfo Oliveira me chamou: “Reynivaldo, acho que a partir desse fim mês você não precisa mais vir!” Eu disse: não, eu vou embora agora. Tenho nada mais a ver com o jornal... Dei um palavrão que eu não vou dizer aqui e fui embora. Entrei com uma ação, ganhei uma parte da ação e nunca mais fui lá e não entro mais. Todos foram [demitidos] assim, desrespeitosamente. Eu quero que fique bem registrado: homens que tinham 30/40 anos dedicados. Perdi muita noite lá, naquela época do Tancredo Neves, dormindo em cima de carteira. A gente se dedicava demais àquele jornal e fomos desrespeitados pelos netos e eles hoje estão pagando.

Qual foi a matéria que mais marcou você profissionalmente?

O enterro de Cosme de Farias. Nunca vi uma multidão espontânea tamanha como naquela época. Pegaram o caixão dele no Terreiro de Jesus e levaram até a Quinta dos Lázarus na cabeça, o povo pobre! Foi um negócio assim...É emocionante. Outro dia publiquei uma página sobre Cosme de Farias. Eu o entrevistei algumas vezes. Entrevistei João Gilberto, peguei pelo braço.

Que balanço você faz de você enquanto jornalista?

Que valeu a pena, entendeu? Fui um profissional. Eu, Francisco Viana e outros colegas, eram profissionais que nos respeitavam. E a gente concorria, mas foi um período muito gostoso. A gente fazia reportagem de páginas inteiras. Eu fiz uma reportagem que me orgulho muito. Juntei os principais capoeiristas da Bahia, entre os quais Pastinha, levei ele lá para o Mercado Modelo, fizemos uma foto linda. A [revista] Manchete deu não sei quantas páginas.

O que é o jornalismo para você?

O jornalismo tem um papel fundamental na sociedade democrática: o de expor o que está acontecendo com verdade, sempre com aquela preocupação de trazer a verdade. Seja uma notícia ruim, seja uma notícia boa. Agora, acho que sempre tem que procurar as versões. Tem que procurar ouvir as pessoas, tem que responder todas as perguntas e mais ainda que puder, não pode ser jornalismo capenga, não, para no outro dia estar se desmentindo.

Qual conselho você daria ao jovem jornalista de hoje?

Não sou de dar conselho. Acho que ele se mire nos grandes jornalistas que o País tem. Não nessa mídia que tá aí, a mídia militante. Se mire no [José Roberto] Guzzo, no Augusto Nunes, nesse tipo de gente que realmente faz um jornalismo corajoso. Parece que são bolsonaristas, não são, não. Eles estão fazendo o contraponto do consórcio da mídia.

Uma saudade?

A saudade da redação, pela maneira que eu saí. Não saí com saudade da redação, e achei que já estava me preparando para sair, entendeu? Sabe por que estava preparando? Vi alguns jornalistas velhos serem enxotados. E eu tenho uma consciência crítica, minha horrorosa, tenho um “simancol” horroroso. Quando chegaram, já estava me preparando para sair. Inclusive já tinha minha vida financeira arrumada, estruturada, para realmente sair e já preparado para o que ia fazer. Por isso que tinha comprado uma sala, que vou toda tarde lá e escrevo as minhas coisas, para não ficar em casa mudando jarro, né? Porque não tenho natureza para ficar mudando jarro e botar cachorro para cagar e comprar pão na padaria. Todo dia vou ao meu trabalho, no Mundo Plaza, trabalho, faço minhas coisas, 17h30 saio e vou para casa. Tô escrevendo dois blogs, “Reynivaldo Brito artes visuais blogspot” e “Nivaldo blogspot.com”.

Qual legado que você acha que deixa como jornalista?

É difícil dizer. As gerações futuras que vão saber se eu deixei ou não. Não é humildade. Só sei que cumpri meu papel com responsabilidade, honestidade. Nunca recebi propina de filho da puta nenhum, nunca, ninguém teve a ousadia de me abordar, entendeu? Sempre fui respeitado em todo lugar! ■

50 ANOS

Biblioteca
de Comunicação
Jorge Calmon



Estudo, pesquisa, informação e lazer.
Tudo isso com um acervo raro e especializado em comunicação.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

Symona Gropper integra o grupo formado por milhões de pessoas que, ao longo da história, precisa deixar a terra natal devido à opressão de governos autoritários para tentar a vida em outras paragens. Natural de Bucareste, Romênia, quando o regime comunista começou a sufocar a vida das pessoas, a família de Symona emigrou para Israel. Ela tinha 5 anos. Quatro anos depois, a família transferiu-se para o Rio de Janeiro. O pai queria que se tornasse arquiteta, mas ela preferiu o jornalismo. Procurou estágio numa emissora de TV e num pequeno jornal, mas consolidou-se como profissional quando foi trabalhar no Jornal do Brasil. Conviveu com os agentes da ditadura e colegas que partiram para a luta armada. Visitou a Bahia como turista onde conheceu o futuro marido. O casamento a fez mudar para Salvador, transferida para a sucursal do Jornal do Brasil, em 1972. Enfrentou o machismo das redações, nas quais os integrantes eram predominantemente homens, mas não se intimidou. Com a decadência do diário carioca, foi trabalhar como editora do Caderno de Cultura do A Tarde, onde passou sete anos. Quando saiu do jornal, dedicou-se a escrever biografias. Fez duas: Diógenes Rebouças e Silvio Robatto. Uma preparação para escrever a autobiografia “A menina que foi vento – memórias de uma emigrante”, na qual enfrentou seus demônios da infância. Neste depoimento a Carol Assis revela, entre outras coisas, o amor que tem pela profissão de jornalista e o fato de nunca ter brigado com um entrevistado, nutrindo por eles um grande carinho.

Existe *falta de cultura geral* do jornalista atual porque *ele não lê* ,

Com quantos anos chegou ao Brasil?

Aos 5 anos saí da Romênia, onde nasci, e fui para Israel, onde morei 4 anos. Aos 9 anos e meio vim para o Brasil, para o Rio. Era uma criança alegre na Romênia. Nada tímida. Participava de um programa de rádio cantando. De repente, quando mudei para Israel... a minha primeira lembrança é que não conseguia entender o que a professora do jardim de infância falava. Isso me deixava muito angustiada e comecei a me fechar. Passei a ser tímida, mudei de personalidade. Em Israel fui alfabetizada em hebraico. Estudei quatro anos de primário lá. Quando mudei para o Brasil foi outro choque porque não falava português. Nem sequer sabia o alfabeto latino, que aprendi no navio com meu pai. E aí queria aprender português o mais rápido possível, porque estava ficando angustiada de não entender o que as pessoas falavam. E resolvi, deliberadamente, não falar mais o hebraico - que eu falava muito com a minha irmã. E pronto. Deletei totalmente. Olha que sou boa em idiomas, mas o hebraico não sei falar nada. Nem falar, nem escrever, nem ler.

Desde a saída da Romênia, havia a questão política daquele momento. Você era uma criança, não entendia dessas questões...

Tinha 5 anos, mas com plena consciência do que se passava à minha volta pelo seguinte: de repente, a vida da gente no apartamento tinha mudado. Como muitos estavam vindo do campo para a cidade grande, Bucareste, eles não tinham onde botar essas pessoas, então iam acomodando na casa dos que já moravam lá. E um casal veio morar na nossa casa. Então, o quarto que era meu e da minha irmã passou a ser deles. Nós tivemos nosso espaço invadido. E como a política de delação estava muito forte, era o regime comunista, não se podia falar nada dentro de casa. Percebia muito bem que meus pais não falavam nada. Não podiam, porque não sabiam quem eram essas pessoas. Então, o desconforto foi aumentando, sabe? Meu pai não conseguia emprego, aí resolveu migrar. E o único lugar que era permitido naquele momento sair era para Israel, com a desculpa de que, como éramos judeus, a gente estava querendo voltar para o nosso país de origem.

Como foi sua entrada no mundo do jornalismo, no Brasil?

Eu desenhava muito bem. Passei minha vida achando que ia ser arquiteta. Era o sonho do meu pai. Estava fazendo o pré-vestibular e não estava gostando, porque na época caiu uma disciplina chamada Descritiva, você tem que ter raciocínio espacial. Eu não tenho raciocínio espacial, o problema é esse. Então, tinha muita dificuldade. Sabia Física, Matemática, Desenho, mas Descritiva, não. E, de repente, me deu um estalo porque meu pai sempre falava muito do “quarto poder”, que era o Jornalismo. Tinha muita admiração pelo Jornalismo e jornalistas. Mas queria uma filha arquiteta. Então, quando faltavam quatro meses para o vestibular, falei assim: vou fazer Jornalismo. Porque era muito boa de escrita também, ótima em redação, os professores elogiavam: “Ah, essa redação é digna de Machado de Assis” - tipo assim. E resolvi fazer Jornalismo. Li os livros que precisava ler, correndo, e passei em quarto lugar. Meu pai ficou uma semana sem falar comigo [risos]. Depois virou meu maior fã. Cada vez que saía matéria minha recortava, guardava no bolso, mostrava para os amigos, sabe?

Como foi o início de sua experiência profissional?

Fui entrevistar o apresentador Flávio Cavalcanti que, na época, era o *hit* daquele momento na TV Rio. E ele gostou de mim. Perguntou se eu queria fazer um estágio com ele. Faça! As coisas vieram relativamente fáceis para mim. Acho que é por isso que sou tão otimista. Mas eu era muito bobinha, tinha 19 anos. Não aproveitei a oportunidade. Achei meio sem graça a televisão, muita miséria. Ele fazia promessas no ar: “Venham que eu resolvo a vida de todo mundo”. Aí vinham aqueles miseráveis todos. E ele não resolvia nada e aquilo foi me decepcionando e me incomodando. Eu falei: Não quero trabalhar em televisão, meu negócio é escrever. Aí fui procurar um estágio. Havia um jornal chamado Diário Carioca, que já tinha sido muito importante, mas naquele momento já estava meio decadente, e fui lá pedir um estágio na cara e na coragem. Acho que só tinha uma mulher na redação, na época.

E conseguiu.

Cheguei para o chefe de reportagem, me apresentei dizendo que eu estudava jornalismo e queria fazer um estágio lá. “Não!”. Mas, como não? Era de graça, naquela época não se ganhava pelo estágio. Mas queria aprender. “Os homens não vão trabalhar, minha filha. Não dá para você ficar aqui?” Falei: juro que não vou dar em cima de ninguém. Só quero trabalhar. “Não vai dar certo”. Eu disse: não levanto daqui até você me dar esse estágio. Pronto. Ele teve que aceitar. Claro que era super paparicada. Mas ficava por isso mesmo. Depois que terminou meu estágio... saí, na verdade, porque entrou uma chefe de reportagem



FOTOS: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

◀ Ao lado na redação do Jornal do Brasil, no Rio, em 1969.

▼ Abaixo, aos 23 anos também como repórter do JB. As duas fotos foram tiradas pelo colega e amigo Evandro Teixeira.



Eu falei: Não quero trabalhar em televisão, meu negócio é escrever. Aí fui procurar um estágio em jornal.

mulher - não vou nem dizer o nome - e ela não gostou de mim. E aí, me encostou, não me dava matéria. Até hoje fico atravessada com ela. Mas, enfim, parto do princípio que todos os males vêm para o bem. De lá fui para o Jornal do Brasil.

Isso foi que ano?

Em 66 ou 67, sou péssima de datas. Em plena ditadura. O Jornal do Brasil ficava na Avenida Rio Branco, que concentrava todas as passeatas de protesto. E a gente olhava da sacada. Foi uma época incrível.

E como foi essa experiência? Porque tinham os censores...

Uma vez tive que fazer uma matéria sobre 1º de abril [dia da mentira]. Fiz a matéria, daqui a pouco vem o



▲ Acima, foto de casamento com o marido Samuel.

► Ao lado, entrevistando cordelista Rodolfo Cavalcante, foto de Oldemar Vitor.



Quando [Fernando] Gabeira sumiu, todo mundo já sabia: participou do sequestro do embaixador americano.

Alberto Dines, que era o editor-chefe: “Você quer que feche esse jornal? Como é que você escreve essa matéria?”. Porque uma das coisas do 1º de abril: “Acabou a Revolução” [risos]. “Militares foram derrubados”. Argumentei: mas falaram isso pra mim. Eu reportava o que ouvia, né? “Mas não pode escrever isso”. A gente se virava como podia, mas tinha que ser muito atento, porque os censores ficavam lá dentro mesmo.

Chegou a ter algum outro evento que você recorde com relação àquele período, algum colega desapareceu?

Fernando Gabeira. Quando Gabeira sumiu, todo mundo já sabia: participou do sequestro do embaixador americano [Charles Elbrick]. Dito e certo. Gabeira era o pauteiro. Ele era maravilhoso! Altamente criativo, inteligentíssimo e supernovo. Acho que tinha 25 anos na época. De um dia para o outro, ele sumiu. Pronto, está envolvido no sequestro. Tinha muito pessoal de esquerda no jornal, sempre teve, em todos os jornais.

Você tinha ligação com algum partido?

Nunca quis. E a minha experiência com o comunismo foi muito ruim, então desconfio muito de regimes totalitários. Não gosto de nenhum, nem de direita, nem de esquerda. Tenho pavor. Essa situação atual do Brasil me apavora porque, do jeito que está, esse ódio mútuo ainda acaba em guerra civil. Tudo é possível! Não tem a guerra da Ucrânia? Alguém imaginava que ia ter guerra na Ucrânia? Não. Tudo é possível, inclusive uma guerra civil aqui, porque nunca vi tanto ódio como atualmente. É uma coisa horrorosa. Lembro-me que quando estava na sucursal do Jornal do Brasil, uma menina, suíça de nascimento, foi presa e ninguém podia entrevistá-la. Então, fui para lá como amiga. Sem papel de jornal, sem nada que me identificasse. Consegui falar com ela. Quando prendiam alguém, a maior preocupação era saber se estava sendo torturado. Ela não estava, mas acabou deportada.

Quais as lembranças do Jornal do Brasil?

Um jornal maravilhoso. Primeiro, porque as pessoas eram extremamente colaborativas. Não havia aquela vontade de derrubar o colega, muito pelo contrário. Depois, o jornal dava muita importância à forma porque isso atraía o leitor. Então: *lead* bem feito. As pessoas ficavam por cima do seu ombro para comentar o seu *lead*. “Ah, isso aqui não está bom, mude assim, mude assado”. Todo mundo se ajudava. Era uma época diferente.

Chegou a presenciar esse tipo de jornalismo na redação aqui da Bahia?

Cheguei no A Tarde em 2002 ou 2003. Fiquei uns sete anos. Então, já não era exatamente a mesma coisa, mas eu carregava isso. Era editora do Caderno 2 e não

conseguia ver uma matéria que eu não melhorasse. Caso achasse que precisava melhorar, melhorava. Não importa se é assinado por outra pessoa. Importante é o produto que você dá para o leitor, entendeu?

E como foi a sua vinda aqui para a Bahia?

Vim como turista. A Bahia estava, assim, na crista da onda. Foi quando conheci Samuel, meu marido. Naquela época, esse negócio de namoro à distância não estava dando certo porque o telefone era uma coisa difícilíssima. A gente ficava umas quatro horas esperando a telefonista completar a ligação. Avião estava fora de cogitação porque era caro. Samuel ia de ônibus para o Rio para me ver e vice-versa. Aí a gente casou. Como eu estava muito empolgada com a Bahia, vim morar aqui. Eu já trabalhava no Jornal do Brasil, então, fui transferida para a sucursal, comandada pelo Florisvaldo Mattos, figura importante do jornalismo da Bahia. Cheguei à sucursal em 72. Quando eu saí, em 82, continuou um tempo. Depois, financeiramente falando, o Jornal do Brasil se viu mal das pernas e foi acabando com tudo.

Na sucursal você também ia cobrir Esportes?

Também. Era a única mulher que cobria Esportes. Num domingo, tinha que cobrir um jogo, acho que era Bahia e Vitória. Fui pro campo. Bando de fotógrafo, tudo homem, e eu ali. Numa determinada hora, eu devia estar mal posicionada, um fotógrafo virou para mim e falou assim: “Dá licença, madame” [risos].

Aquela cara de poucos amigos.

É, eles tinham preconceito, na época.

Se sentia um peixe fora d'água?

Não estava nem aí. Nunca tive problema. Não gostou? Problema seu. Meu é que não é [risos].

Você chegou aqui na Bahia num período em que o nome de Antônio Carlos Magalhães era muito forte, politicamente. Teve alguma questão com ele?

Não brigo com entrevistado, não brigo com ninguém, nunca briguei. A não ser uma vez, na época da ditadura, com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Eu fazendo as perguntas e ele: “Isso não posso falar”. Aí estourei: Então o senhor fala o que o senhor quiser!. Fiquei muito chateada. Mas, normalmente, não brigava com meus entrevistados. Aliás, tenho carinho pelos meus entrevistados. É como se eu tivesse compaixão por eles. Quanto a ACM, às vezes, ligava para mim nos plantões. Ele e [cardeal-arcebispo] Dom Avelar. Eles precisavam saber o que estava acontecendo.

O que Dom Avelar queria?

Ele não era a favor do governo, mas maneirava daqui, dali. Teve uma vez que eu estava naquele centro de treinamento de líderes da Igreja, em Itapuã. Tinha



FOTOS: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO



▲ Acima, anotando na entrevista. Abaixo, com a atriz americana Maureen O'Hara, em 1968, que procurava no Rio um violão para o filho.

uma reunião da CNBB e ninguém podia assistir. Eu, na cara de pau, escondida, só ouvindo... Aí levei uma bronca dos padres.

Mas fez a matéria?

Claro. No Jornal do Brasil não existia você voltar sem matéria. A gente tinha que achar o gancho.

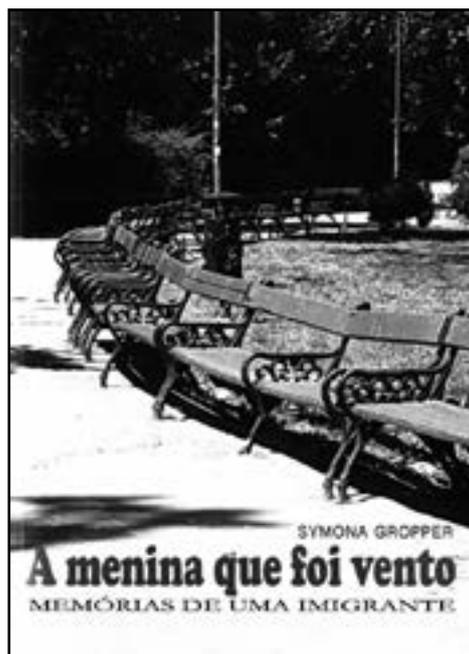
E como era sua rotina de trabalho como editora de Cultura do A Tarde?

A gente tinha reunião de pauta pelo menos uma vez por semana. Nessa reunião se definia, mais ou menos, o que seria feito em termos de matéria. Reunia a equipe toda, todo mundo podia dar palpite. Eram pessoas muito criativas e textos muito bons. Lamento tanto que essa equipe toda tenha se dispersado. Só



▲ Acima, ao lado de Frank Júnior, filho de Sinatra, no Rio.

► Abaixo, capa da autobiografia "A menina que foi vento".



sobrou um repórter, Chico Castro Júnior, que é ótimo. Tem um texto lindíssimo, mas quase nunca escreve porque virou editor.

Como você acompanha a situação do A Tarde, onde você trabalhou alguns anos?

Saí na hora certa. Eu editava o Caderno 2. Aos domingos, tinha dez páginas e nos outros dias da semana, oito. Hoje, sinto uma dor no coração. Não tem nada para ler, gente. Não sei porque ainda assino o A Tarde, não consigo perder esse vício. Tem um artigo ou outro que gosto de ler.

Como foi o episódio da entrevista que você não fez com Jack Nicholson?

Ah, que arrependimento... Todo mundo procurando conhecer a Bahia, não só os brasileiros, como os estrangeiros. E aí Oldemar Vítor, fotógrafo da sucursal do Jornal do Brasil na época, chegou para mim e falou: "Symona, sabe quem está na Bahia? Jack Nicholson. A gente podia fazer uma entrevista com ele". Eu: não quero fazer entrevista com ele, não. "Por que?". Não gostei do personagem dele no [filme] Easy Rider. É horrível. Ele é um alcoólatra... Perdi uma grande oportunidade. Ai que arrependimento, meu Deus!

Você sente falta ou saudades da rotina de uma redação?

Adoro a rotina da redação. Sinto falta até hoje. Meus filhos diziam: "Mãe, tenho inveja de você - todos dois - porque você ama o que faz, eu não amo". Realmente amo jornalismo. Trabalhava sábado, domingo, feriado. Não me incomodava porque gostava do que estava fazendo. Não ficava estressada, sabe? Tanto que, quando fiz as biografias, por que eu senti prazer em fazer? Porque entrevistava, continuava como jornalista. Era muito legal.

Como surgiu a oportunidade para escrever biografias?

Toda vez que perco um emprego, aparece outra coisa. Quando saí da Bahiatursa, apareceu o A Tarde. Quando saí de A Tarde, me apareceram as biografias. A pessoa responsável pelas biografias, Délio Pinheiro, me conhecia da Secretaria de Cultura. E aí me convidou para escrever. Topei na hora. O Silvio Robatto já tinha morrido. O Diógenes Rebouças, que foi outra biografia, também já tinha morrido. Eu tinha que pegar as informações por outras fontes: de arquivo ou com pessoas que conheceram esses personagens. Foi super divertido, super agradável, muito bom. E ainda foi uma espécie de curso para que eu fizesse a minha própria biografia.

Você não tinha ainda conversado com seus filhos sobre sua origem...

Meus filhos não sabiam nada da minha vida. Não conseguia conversar com ninguém sobre minha

vida, tinha muita dificuldade. Meu marido também não sabia nada do passado. Na época, estava fazendo terapia. Um dia, a minha terapeuta me incentivou a escrever sobre a minha vida. Enquanto escrevia, as lembranças foram surgindo. Foi muito bom porque deixei de ficar tão tensa ao falar de mim. Até então, eu não conseguia falar do que tinha se passado. Eu simplesmente chorava em vez de falar. O engraçado é que meu filho me apoiou totalmente. Desde o início, deu força para eu fazer a biografia. Minha filha não queria nem saber. Não queria nem ler. Ela intuía que não devia ter sido uma infância feliz e como a dela tinha sido ótima, ela não queria saber.

Como você avalia esse momento do jornalismo hoje?

Acho que a principal mudança é a falta de cultura geral do jornalista atual. A incapacidade de escrever bem porque não lê. Não lê e não tem cultura geral, infelizmente. A gente lia muito no passado. Os tempos mudaram, mas acho esquisito. Como é que o cara vai ser jornalista sem ter informação nenhuma de outras coisas ou de coisas passadas? Acho isso muito triste. Cheguei a ensinar na Faculdade de Jornalismo da Unibahia, instituição privada que recebia pessoas de muitas escolas públicas. O problema é de base, a educação no Brasil está relegada ao décimo plano. As pessoas não têm informação de nada. Você tenta explicar, mas as pessoas não têm nível de compreensão, não conseguem entender. Esse é o problema do Brasil. Educação, realmente, não é levada a sério, em nenhum nível. E mesmo na escola particular também não vejo essa base toda, não. As pessoas são muito técnicas mas são fracas, culturalmente falando.

Existe futuro para o Jornalismo?

Acho que existe, porque é aquela história, em princípio, até onde eu sei, no Jornalismo você procura checar as suas fontes. Então, enquanto houver essa checagem, o jornalismo vai existir. Se ficar só no “ouvi dizer” ou pega uma *fake news* e não vir se realmente é uma *fake news*, isso não é Jornalismo. Acredito que as pessoas continuam querendo informações confiáveis. E informações confiáveis quem dá é o jornalista. O jornalista de verdade. Não é influenciador social, nem criador de *fake news*, ok? ■



FOTO: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO

Como é que o cara vai ser jornalista sem ter informação nenhuma de outras coisas ou de coisas passadas?



► Gravando com a equipe da ABI.



site

WALTER DA SILVEIRA

Conheça a vida e obra
do pai da crítica
cinematográfica
brasileira

walterdasilveira.com.br

Acesse as correspondências trocadas
entre ele e Glauber, Alex Viany,
Paulo Emílio Sales Gomes e outras figuras
que fizeram o cinema nacional vingar
como indústria. O conjunto do acervo
segue sob a guarda da ABI e disponível
para pesquisas.

REALIZAÇÃO



Associação
Bahiana de
Imprensa

In Amis Veritas



APOIO FINANCEIRO

FUNDAÇÃO
CULTURAL
ESTADUAL
**fun-
ceb**

 **GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



FOTO: VALBER CARVALHO / DIVULGAÇÃO

O economista Walter Pinheiro iria se tornar jornalista no momento em que tomou a decisão de aceitar o convite do empresário Joaci Góes para integrar o Grupo Goés-Cohabita, da área de construção civil. Quando Joaci decidiu ampliar os negócios e entrar na área de Comunicação, adquirindo a Tribuna da Bahia e a TV Aratu, Walter assumiu uma superintendência do novo jornal, criado com o objetivo de agregar uma faixa de leitores considerada não-tradicional: universitários, executivos e o gênero feminino. Nascida durante a ditadura, sob forte censura aos meios de comunicação, a Tribuna precisava dialogar com os militares para poder funcionar. Walter, conhecido pela sua lhanza e equilíbrio no trato com as pessoas, foi designado pela direção da Tribuna para resolver os “assuntos delicados” junto aos representantes das Forças Armadas na Bahia. Ele entrou na Tribuna em 1975. Acompanhou todas as fases do jornal até os dias de hoje, ajudou a levar João Ubaldo Ribeiro para o cargo de editor-chefe e promoveu as mudanças internas no momento que o escritor mudou-se para a Europa. Walter Pinheiro sempre gostou de escrever e na sua convivência diária com jornalistas e editores, passou a contribuir com notas, observações, comentários e editoriais. Neste depoimento ao jornalista Valber Carvalho, Walter conta sua trajetória e se diz realizado como profissional da Comunicação ao chegar à presidência da Associação Bahiana de Imprensa.

O objetivo da Tribuna era *alcançar um público jovem*

Como foi o seu início profissional até desembocar na Tribuna da Bahia?

O meu início profissional foi na vida bancária, em 1961. Comecei no banco Corrêa Ribeiro. Tinha, a essa altura, 15 para 16 anos. Meu pai era diretor do grupo Corrêa Ribeiro e pediu para eu fazer um estágio. Levei cinco anos nisso, de 61 a 66, quando o Bradesco comprou o Corrêa Ribeiro. Eu ainda permaneci mais dois anos no Bradesco. Me formei contador, depois fiz Economia. No início de 1975, fui para o Grupo Góes-Cohabita. Joaci Góes tinha adquirido a Tribuna recentemente. Mas não vim, propriamente, para a Tribuna. Com a *expertise* de economista, fui fazer um planejamento empresarial. O grupo tinha crescido muito com a compra de várias empresas e Joaci precisava de alguém que tivesse conhecimento de planejamento empresarial. O grupo comprou o banco e a TV Aratu entrou nesse processo. Dentro disso tinha a Tribuna. Então, eu também me integrou na parte financeira, administrativa e de planejamento. Quem cuidava da parte editorial era o professor Jairo Simões. Em 78, houve uma grande crise que veio afetar as construtoras, pegando também a Góes-Cohabita. Por outro lado, surgiu um curso que Jairo precisava coordenar na área de Economia. Existiam três pessoas que tinham conhecimento do funcionamento da Tribuna: eu, Joaci e Jairo. E aí, deliberamos que eu focaria mais o meu trabalho na Tribuna. Pegaria também a parte editorial. Foi quando assumi uma superintendência.

Que ambiente encontrou na Tribuna da Bahia em 1975?

Podemos considerar que cheguei no grupo, e também no jornal, em 15 de abril de 1975. Mas neste último só me vinculei mais definitivamente em 1978. A Tribuna vinha com tudo novo. O objetivo era alcançar um público mais jovem: universitários, executivos, a mulher - um público que precisava ser agregado mais à própria imprensa, aos jornais. Esse comprometimento de proceder assim tomou um choque muito grande com o surgimento do AI-5, em dezembro de 1968. A Tribuna veio às ruas em outubro de 1969 e o jornal tinha que mostrar o seu destemor. Os jornalistas foram preparados para isso: na sua grande maioria eram universitários. E o Quintino de Carvalho se incumbiu disso, criando a famosa Escolinha TB para treinar o pessoal, superando algumas expressões que não eram mais próprias para o jornalismo. Mas aí você tinha um grande choque. Porque, por exemplo, as manifestações ocorriam nas ruas em 1971, 1972 e a Tribuna tinha a obrigação de divulgar. Foi por isso que ela ganhou essa imagem de jornal destemido, independente.

A equipe era muito boa...

O pessoal que esteve na Tribuna, ou que fez a Tribuna, vamos citar aqui apenas alguns. Olha, um Emiliano José: quando ele veio para cá, antes mesmo de começar, Joaci foi avisado que aquele jornalista não seria bem-visto. Tinha acabado de sair da cadeia. O

nosso João Ubaldo, diretor de redação, foi processado. Jairo Simões também foi processado à época. Porque a Tribuna tinha um dever para com o público. Então, não era possível que as coisas acontecessem e o jornal fizesse cara de paisagem, não divulgasse. À medida que isso acontecia, normalmente, sempre havia um tipo de represália. Mas era lenta, não houve nada de violento. Eu presenciei e acompanhei alguns casos por força do sistema.

Provavelmente a Tribuna foi, durante a década de 70, o jornal com mais jornalistas processados da Bahia.

Quando a Tribuna surgiu, o Jornal da Bahia já tinha 11 anos de existência. Agora, o Jornal da Bahia já sofre o embate que teve com o então prefeito Antônio Carlos [Magalhães]. E o João Falcão enfrentou. Todo mundo conhece a briga do Jornal da Bahia com Antônio Carlos. O jornal chegou a ficar com uma folha, duas folhas, e criou-se o célebre lema “não deixe essa chama se apagar”. Isso ficou muito conhecido. Não afirmaria que a Tribuna foi o jornal que teve mais jornalistas processados. Acho que, na frente da Tribuna, teve o Jornal da Bahia. Ou seria o Jornal da Bahia ou seria a Tribuna. Quando eu cheguei, em 1975, o processo já estava a caminho da chamada “distensão”. Geisel gostava de dar esse nome. Ou seja, é o momento em que o país começa a sair daquele clima mais tenso, criando-se um momento para a transição, que, na verdade, só veio a acontecer a partir do governo [João Baptista] Figueiredo, depois da chegada da eleição [de governador em 1982].

Naquele período, no final dos anos 70, já se falava do processo da “distensão”?

Quando aqui cheguei, uma das missões que me incumbi, além da administração e finanças, era a parte de relacionamento institucional da empresa com as forças de comando. Então, a minha relação, por exemplo, com o Exército, as Forças Armadas, a 5ª Seção, o SNI, isso passou a ter uma certa frequência. E aqui devo render homenagens a um saudoso companheiro, o nosso Marcelo Nonato, que tinha muito bom trânsito com os coronéis, os generais, e me ajudou muito. Inclusive, nós criamos uma coluna na Tribuna que dava informações das Forças Armadas. Era uma maneira de aproximação com o sistema. O objetivo era ir acompanhando o processo de distensão. Devo dizer que a Tribuna figurou na lista negra dos jornais brasileiros. Existia em Brasília uma relação dos jornais de todo o Brasil nos quais os órgãos públicos não poderiam anunciar porque estavam proscritos. E, evidentemente que, se aquilo vazasse para outros grandes anunciantes, eles evitavam [anunciar]. Foram consequências dessa luta pela liberdade de imprensa, pela liberdade de todos. No decorrer disso aí, nós tivemos alguns embates, seja com o general comandante da [6ª] região, seja com

o próprio SNI, devido a publicações que o jornal tinha. À medida que eles percebiam algo, diziam que era Brasília. “Brasília viu isso e não gostou. Explique-me o que é”. Então, era Walter Pinheiro que estava caminhando para lá, a princípio, como eu disse, com Marcelo Nonato. Depois passei a ir sozinho ou, às vezes, com o próprio Joaci. Foram momentos tensos, mas, felizmente, conseguimos superar.

Quem era João Ubaldo Ribeiro? Como era a administração desse editor-chefe que tomava cachaca no bar Abaixadinho junto com os outros jornalistas?

Quando Cid Teixeira saiu, Joaci começou a pensar num substituto e disse: “Nada melhor do que se for João Ubaldo”. E João Ubaldo aceitou e veio ser o editor-chefe do jornal. Naquela época já era um fenômeno. O forte do João Ubaldo era fazer o editorial. Para escrever nota, um gênio. Mas o que incomodava muito João era quando o dia começava, jornal enfiado embaixo da porta, telefonema de Joaci. Às vezes, Joaci ligava para ele para relatar coisas que o jornal publicava, enfim, porque não foi ouvido. Um dia ele veio aqui e disse, com aquele vozeirão: “Walter, vou falar também com Joaci, mas quero lhe dizer que arranje outro. Eu não aguento. Quero ter meu sono, acordar tranquilo. Quando vejo esse jornal debaixo da porta, já sei que tem problema na minha cabeça. Faça um acerto: eu lhe dou o editorial e dez notas para a Raio Laser, mas arranje alguém para conduzir o jornal, que eu não vou aguentar”. Eu disse: Quem poderia ocupar essa posição dentro da redação?. Ele disse: “Olhe, tem dois jornalistas jovens com muito valor”. Um é o Paulo Roberto Sampaio, que era editor de Esportes. E o Alex Ferraz, editor de Cultura. “Observe esses dois que você estará muito bem servido e tal”. E ficou em casa. Mandava o material para nós. E passados, talvez, uns 60 dias nesse novo formato de fazer editorial, mandar notas e não se responsabilizar pelo resto da edição, João volta aqui: “Walter, olha, quero lhe falar o seguinte. Eu não vou poder mais fazer nem o editorial, nem as notas. Não tanto por não querer, mas é que Jorge Amado me conseguiu uma bolsa em Coimbra. Eu vou para Portugal passar um tempo e não vai dar para fazer”.

Aí sai João Ubaldo. E quem escolhe Paulo Sampaio?

O jornal, naquele tempo, estava com dois cadernos. Tinha um primeiro caderno, que envolvia política, cidade e tal; e um segundo caderno, que envolvia cultura, esportes, entretenimento. Coloquei Paulo tomando conta do primeiro caderno, que era um caderno mais vivo, mais dinâmico, e Alex ficou tomando conta do segundo caderno. Na verdade, eu estava querendo sentir o desempenho, a adaptação deles a isso. Com 15 dias deste processo, Alex veio até mim e disse: “Senhor Walter, estou sabendo qual é a sua

FOTOS: ACERVO PESSOAL / DIVULGAÇÃO



▲ Walter é empossado presidente da ABI, cargo que recebe do antecessor Samuel Celestino.

► Ao lado, de cima para baixo: com Jorge Calmon, Joaci e Prisco Viana; Walter com Jairo Simões, que cuidava da parte editorial da Tribuna, e o diretor-presidente do jornal, Joaci Góes. Em 2020, Walter Pinheiro passou a presidência da ABI para Ernesto Marques, numa cerimônia limitada pela pandemia.



jogada. O senhor está testando a mim e a Paulo para ver quem substitui João. É o seguinte: coloque Paulo. Ele é o adequado, porque lhe confesso que não sou de estar me relacionando com colega, olhando horário e marcando isso, cobrando. Não sou administrador. Gosto da cultura, gosto de escrever. Deixe Paulo que nós estaremos muito bem servidos”. Aquilo me tirou um peso. Eu estava naquela fase: cada um com muitos talentos e quem escolher? Então, Paulo vai ser o novo editor-chefe e, em seguida, diretor de redação. Paulo permaneceu até a assunção de Nilo Coelho governador, que virou pra mim: “Quem você indica pra ser Secretário de Comunicação?” Meu editor-chefe, Paulo Sampaio. Paulo serviu ao governo durante os dois anos de Nilo. Depois saiu, foi pra TV Aratu, passou um tempo fora e, mais adiante, retornou à Tribuna, onde está até os nossos dias.

Uma das grandes matérias da Tribuna foi a do cego que tirou carteira de motorista.

Alguém me confidenciou que o sistema lá era tão falho que isso poderia acontecer: um cego tirar carteira no Detran. A partir daí, conversando com Paulo, ele coordenou todo o processo de como chegar até lá. Não deixa de ser um jornalismo investigativo, de denúncia, mas de muita apuração e muito cuidado. Afinal de contas, alguém ia se passar por um cidadão comum para ter esse processamento no Detran. Mas, era um cego. Isso foi um alerta muito grande. Nós tivemos informações das medidas que passaram a ser tomadas para evitar que absurdos como esse pudessem acontecer. Quantas pessoas, não digo propriamente cegas, mas inabilitadas, foram credenciadas a dirigir? O que pode ter provocado de acidentes, enfim, uma deturpação. Foi um dos momentos mais marcantes na vida da Tribuna.

Em algum momento Walter Pinheiro se torna jornalista?

Eu sou o chamado jornalista provisionado. À medida que você tinha um determinado período à frente de um jornal, podia recorrer, naquele tempo, à Delegacia do Trabalho e pedir que, na sua carteira, fosse registrado que você era jornalista. Não existia diploma, não existia escola de Comunicação. A partir dali, eu já estou oficialmente classificado como jornalista. E por que jornalista também? Bom, na verdade eu trago o jornalismo, a comunicação, no sangue desde o tempo de escola. Mesmo no tempo dos bancos, que eu falei inicialmente, sempre assumi a confecção dos *house organs*. Na escola, dos murais. Gostar de escrever, gostar da comunicação, isso sempre foi uma marca. E no caso do jornal, quase que diariamente eu tenho alguma coisa. Normalmente, são notas. No Raio Laser, há uma contribuição quase frequente minha. Notas, observações, comentários, interpretações que são feitas. Evidentemente, não é nominada, mas a nota sai. De tempo em tempo, artigos também,



FOTO: FÁBIO MARCONI / DIVULGAÇÃO

Uma das missões que me incumbi, além da administração e finanças, era a parte de relacionamento institucional da empresa com as forças de comando.

ou até editoriais. Editorial não tem assinatura. Mas, quando o assunto é muito pesado, muito sério, é costume fazer. E a vivência do diário, eu não vivo apenas do papo, da representação, da relação pública, do comercial, não. O convívio com o diretor de redação, Paulo Sampaio, com repórteres, com o *online*, isso aí é muito frequente.

Como surgiu o conselho editorial na Tribuna em 1992?

Quando Bené Simões deixou a chefia de redação começou a se procurar, novamente, alguém para ser o redator-chefe. Então, surgiu a ideia de criar esse conselho. Nós tínhamos um editor que cuidava do primeiro caderno, principalmente política. Era Jânio Lopo. Grant Mariano na edição de domingo, Paulo Amâncio na edição de Cidade e Roque Mendes era do caderno de Esportes. Vivenciamos esse período, de julho de 92 a março de 95. Acho que foi um momento marcante também, em especial, a edição de domingo. O jornal trouxe uma série de sessões, colunas, com material de colunas nacionais. Esse é um detalhe que marca muito a Tribuna. A Tribuna foi o jornal baiano que deu abertura para colunistas nacionais. Por exemplo, Zózimo. O primeiro jornal, além do Jornal do Brasil, que publicou a coluna, simultaneamente com o Jornal do Brasil, foi a Tribuna da Bahia. Hoje, o que, de certa forma, desestimula é a possibilidade de, imediatamente, acessar pela internet. Esse período do conselho em si eu acho que foi válido pela qualidade. Havia, inclusive, uma competição entre eles. A edição de domingo tinha uma equipe própria para trabalhar. Começavam a trabalhar na terça-feira. Ainda tinha Luiz Brito, que até hoje está na ativa, trabalhando com a parte de Esportes.

O que levou vocês a essa mudança de formato?

O conselho se manteve até março de 1995. Depois o jornal voltou ao formato anterior. Nesse período, acredito que também houve a supressão da edição dominical, em razão da própria situação econômica que o Brasil vivia. Devemos nos lembrar que o Plano Real é de 1995. E, se houve o Plano Real, é porque o que havia antes já não recomendava ninguém [investir]. Por outro lado, surgiu a possibilidade de termos também Raimundo Lima, um jornalista consagrado, ex-presidente de Sindicato dos Jornalistas, enfim, com um nome muito forte, para ser o redator-chefe.

Depois veio a ideia da cooperativa.

A cooperativa foi uma ideia que surgiu em 1997. Joaci tomou essa decisão em 26 de abril daquele ano e comunicou à equipe que, a partir de 1º de maio, o jornal pararia. E que voltaria [apenas] com edições dominicais, menores. Aí eu lembrei que Raimundo Lima teve uma participação forte para conter [a crise]. Eu que vinha acompanhando isso, fui convocado



FOTO: VALBER CARVALHO / DIVULGAÇÃO

Na verdade eu trago o jornalismo, a comunicação, no sangue desde o tempo de escola.

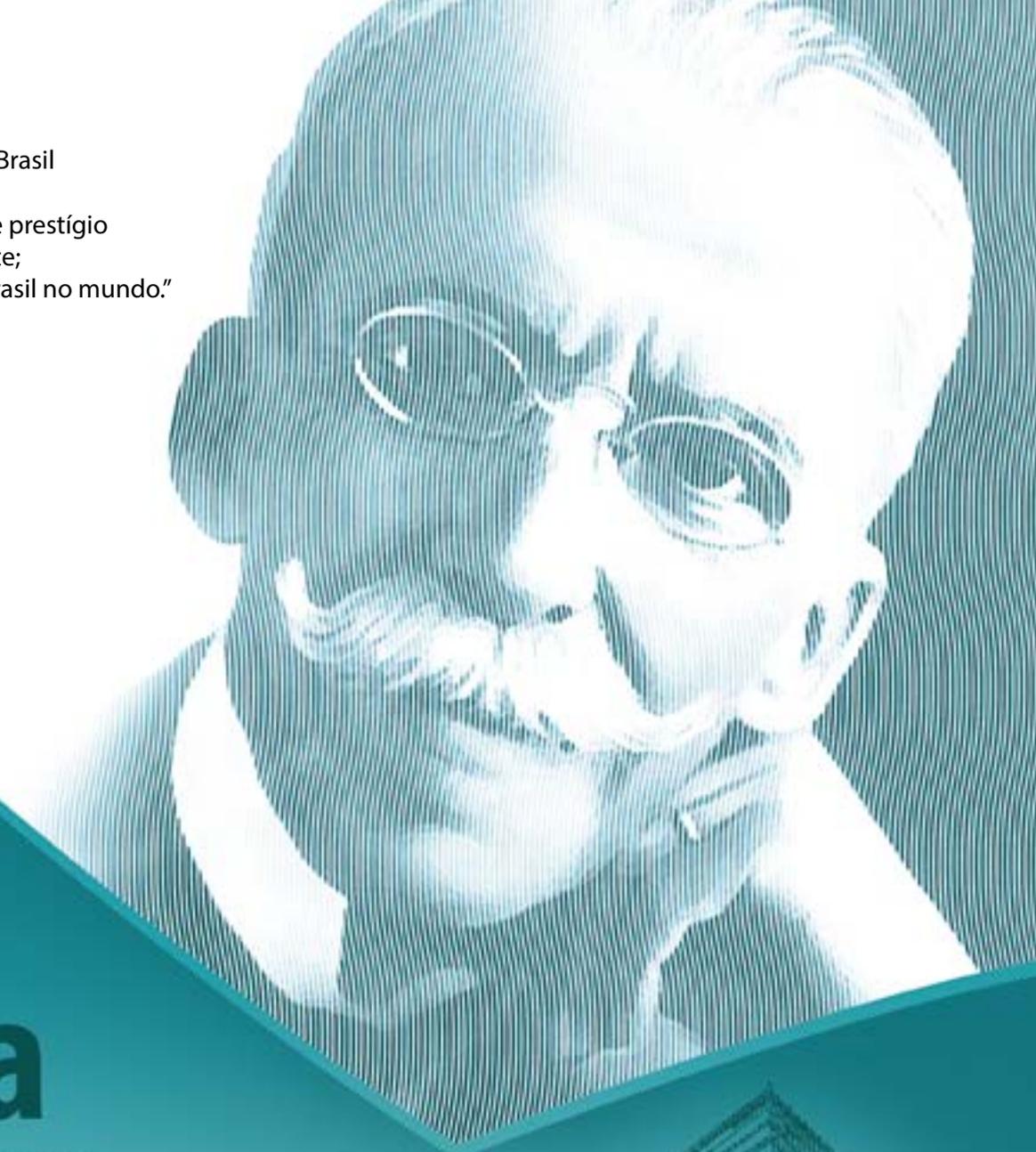
para que déssemos sequência, ou seja, passássemos a ter um voo solo nessa história da Tribuna. A ideia da cooperativa surgiu porque um grupo de jornalistas - integrado, por exemplo, por Vera Martins, Ivan Carvalho, Valverde - pensou na criação de uma cooperativa que sequenciaria a Tribuna. Motivada, também, pela reação interna. A primeira consequência disso foi o não cumprimento da paralisação anunciada para 1º de maio e se aguardar o surgimento de algumas propostas que pudessem manter o jornal vivo e à frente. A proposta apresentada, mais adiante pelo grupo, não convenceu Joaci de que aquilo seria duradouro. Então, surgimos nós com a proposta das reformulações que seriam feitas. Nesse momento, a ideia da cooperativa em si não existiu. Foi criada uma sociedade anônima que passou a contar comigo, Francisco Aguiar e Raimundo Lima.

Valeu a pena toda essa luta?

Me dá aquela sensação do dever cumprido. De dizer, no momento em que eu partir, que deixei uma herança. Isso, pra mim, é o grande legado. Vantagens financeiras, políticas não são o principal. O principal é essa participação na sociedade. É ter a chance de ser presidente da Associação Bahiana de Imprensa. Ao chegar, os nove anos vividos ali, aquilo marcou a minha vida. Cheguei lá em cima tendo o reconhecimento dos nossos companheiros, da sociedade. Isso é algo que sempre me orgulhou e me orgulha muito. Ficou registrado na minha vida. Por tudo isso sou muito grato, inclusive a você. ■

“Rio Branco pensara o Brasil
na América do Sul;
Nabuco esboçara esse prestígio
no norte do continente;
Ruy sonhava com o Brasil no mundo.”

Tristão de Athayde



Museu Casa de Ruy Barbosa



Construído onde o Águia de Haia nasceu e viveu até deixar Salvador para estudar Direito, o Museu Casa de Ruy Barbosa foi inaugurado em 1949, centenário do seu nascimento. Gente do povo, intelectuais e políticos, empresas e órgãos governamentais da época se mobilizaram e reuniram acervos e recursos para abrir a Casa, sob a liderança da Associação Bahiana de Imprensa.

No marco do centenário da morte de Ruy Barbosa, mais uma vez pessoas e instituições

comprometidas com a cultura e a memória da Bahia se juntam para fazer Ruy renascer através do seu legado, exposto em um novo Museu, dinâmico e interativo. Um espaço de diálogo onde a história é o caminho para se conhecer o passado, compreender o presente e prospectar o futuro.

Tudo isso a partir do que fez e produziu o jornalista, jurista, político e diplomata baiano, Ruy Barbosa de Oliveira.

QUE TAL VOLTAR PRA CASA?

Quem já fez parte da Associação Bahiana de Imprensa, e se afastou, tem boas razões para se recadastrar e voltar a fazer parte da mais tradicional e abrangente entidade da comunicação baiana:

01

Basta preencher o formulário de recadastramento. Isso pode ser feito numa visita à sede, ou através do nosso site.

02

Novo cadastro estruturado para garantir uma comunicação direta e eficiente com associados e associadas, que estarão sempre por dentro de tudo que estiver acontecendo na ABI.

03

Anistia parcial de débitos equivalentes ou superiores a 5 anos de contribuição mensal.

04

O processo de readmissão é rápido e resolvido diretamente pela Secretaria – para profissionais ativos e legalmente habilitados.

05

Dados cadastrais trabalhados dentro de uma política de privacidade claramente definida e rigorosamente dentro do que prescreve a LGPD.

06

Acesso prioritário para eventos culturais, técnico-profissionais e acadêmicos realizados pela ABI.

07

Em eventos realizados, co-realizados ou apoiados pela ABI, gratuidade ou condições especiais.

E o mais importante:

Quem é da ABI faz parte de uma entidade que guarda a memória da imprensa baiana e faz história há 92 anos, sempre na defesa da democracia e do livre exercício do jornalismo profissional.

Quer mais?

Associados e associadas efetivas recebem a versão impressa da revista MEMÓRIA DA IMPRENSA em casa e antes de todo mundo.



Associação
Bahiana de
Imprensa

